

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 13

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

Sociologia On Line

Revista quadrimestral

N.º 13, abril 2017

Diretora: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH; aferreira@fcs.unl.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH; dalilacerejo@fcs.unl.pt) e Joana Azevedo (ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Conselho de Redação: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH); Joana Azevedo (ISCTE-IUL); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais – Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José Augusto Palhares (Instituto de Educação – Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); Mar Venegas (Faculdade de Educação – Universidade de Granada, Espanha); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Arturo Rodriguez Morató (Faculdade de Economia – Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Université Lyon II, Centre national de la recherche scientifique (CRNS), França); Hustana Vargas (Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense, Brasil); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) – Universidad Nacional Autónoma de México, México); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology – Hong Kong Baptist University, Hong Kong); Renate Klein (University of Maine – College of Education and Human Development, EUA); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Juarez Dayrell (Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Brasil) e Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences, TU Dortmund University, Alemanha)

Assistentes Editoriais: Brenda Silva e Isabel Rebelo

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é uma revista eletrónica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, textos de reflexão sobre a formação em Sociologia e sobre experiências profissionais relacionadas com esta área, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Aguarda indexação na SHERPA RoMEO e Latindex

Contactos: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail*: sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

Sociologia On Line

Quarterly journal

N.º 13 April 2017

Editor: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH; aferreira@fcsch.unl.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) and Joana Azevedo (ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Board Members: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH); Joana Azevedo (ISCTE-IUL); Lúgia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA/FCSH)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais – Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José Augusto Palhares (Instituto de Educação – Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); Mar Venegas (Faculdade de Educação – Universidade de Granada, Espanha); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía – Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Université Lyon II, Centre national de la recherche scientifique (CRNS), França); Hustana Vargas (Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense, Brasil); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) – Universidad Nacional Autónoma de México, México); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology – Hong Kong Baptist University, Hong Kong); Renate Klein (University of Maine – College of Education and Human Development, EUA); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Juarez Dayrell (Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Brasil) e Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences, TU Dortmund University, Alemanha)

Editorial Assistants: Brenda Silva e Isabel Rebelo

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; reflections on the development of Sociology or on professional experiences on this area of work; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in english, portuguese, spanish, french or italian

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: under review in SHERPA RoMEO and Latindex

Contact: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Web Design: Facticis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

ÍNDICE

Editorial	9
<i>Ana Ferreira, Joana Azevedo e Dalila Cerejo</i>	

ARTIGOS

O jogo duplo do espaço urbano: contributos para uma sociologia pragmática do espaço.....	13
<i>Nassima Dris</i>	
Pachukanis: política criminal e prisões na pós-Modernidade	26
<i>José Manuel de Sacadura Rocha</i>	
Relações sociais de sexo e gênero no Islã: uma análise do filme “A fonte das mulheres”	41
<i>Maria Lúcia Vannuchi e Antônio Carlos Lopes Petean</i>	
Mulheres e criminalidade: um estudo acerca do envolvimento de mulheres no plantio de <i>cannabis</i> no Vale do São Francisco, Brasil	55
<i>Paulo Cesar Pontes Fraga e Joyce Keli do Nascimento Silva</i>	

REFLEXÕES

Processos de confronto: o caso Correia da Serra	81
<i>Maria de Lourdes Lima dos Santos</i>	
Normas para autores	133

CONTENTS

Editorial	9
<i>Ana Ferreira, Joana Azevedo and Dalila Cerejo</i>	

ARTICLES

The key dual role of urban space: a contribution to a pragmatic sociology of space	13
<i>Nassima Dris</i>	
Pachukanis: critical policy and postmodernity prisons	26
<i>José Manuel de Sacadura Rocha</i>	
Social relations of sex and gender in Islam: an analysis of the film “The source of women”	41
<i>Maria Lúcia Vannuchi and Antônio Carlos Lopes Petean</i>	
Women and criminality: a study into the involvement of women in <i>cannabis</i> plantations in the São Francisco Valley, Brazil	55
<i>Paulo Cesar Pontes Fraga and Joyce Keli do Nascimento Silva</i>	

REFLECTIONS

Confrontational processes: the case of Correia da Serra	81
<i>Maria de Lourdes Lima dos Santos</i>	
Submission Guidelines	133

EDITORIAL

Ana Ferreira

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas –
Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL) Avenida de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal.
E-mail: aferreira@fcsn.unl.pt

Joana Azevedo

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL),
Lisboa, Portugal. E-mail: joana.azevedo@iscte-iul.pt

Dalila Cerejo

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas –
Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL) Avenida de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal.
E-mail: dalilacerejo@fcsn.unl.pt

Em 2017, a revista da Associação Portuguesa de Sociologia, *SOCIOLOGIA ON LINE*, pretende afirmar-se como um espaço privilegiado de reflexão sociológica e como um meio de disseminação e comunicação do conhecimento produzido pela nossa comunidade profissional e científica. A revista manterá assim as suas características distintivas, mas apresentará, igualmente, algumas transformações que permitirão, assim o esperamos, tornar a revista mais interessante, apelativa e alargar a sua projeção académica e social.

Numa linha de continuidade, a *SOCIOLOGIA ON LINE* publicará textos originais onde a investigação, a formação e a profissionalização em sociologia são alvo de reflexão. A revista continuará ainda a ser disponibilizada em acesso livre, contribuindo ativamente para uma Ciência Aberta, e publicará, tal como no passado, artigos em vários idiomas promovendo, diretamente, a internacionalização de trabalhos sociológicos.

No que diz respeito a transformações de forma e conteúdo, importa relevar algumas que, estando presentes desde já, serão aprofundadas no decurso do próximo ano. Assim, alargámos e internacionalizámos o corpo editorial da revista e estabilizámos, tanto o número de revistas por ano, como o processo de revisão dos artigos, com recurso a avaliadores externos e cujo trabalho de revisão passa a ser reconhecido publicamente no *site* da revista. Em termos de comunicação e divulgação, teremos um novo *site* a ser lançado no segundo semestre de 2017 com conteúdos alargados e disponibilizados integralmente em português e inglês e passámos a realizar uma divulgação da chamada para artigos nos dois idiomas referidos. Finalmente, procedemos à reformulação da revista no que diz respeito ao grafismo, paginação, formatação e edição dos textos e números da revista. São estas alterações que irão, ao longo de 2017, possibilitar a inclusão da revista em bases de dados internacionais e a indexação da mesma, processo já iniciado, e que será continuado ao longo do próximo ano.

No que concerne especificamente a este primeiro número de 2017, este revela, desde logo, a internacionalização da revista e uma variedade temática, teórica e metodológica que pretendemos continuar a estimular. O número inicia-se com o artigo “O jogo duplo do espaço urbano. Contributos para uma sociologia pragmática do espaço” onde a autora, Nassima Dris, parte de um questionamento do espaço enquanto experiência social, política e cultural para discutir os modos como o espaço urbano pode, simultaneamente, limitar e capacitar os atores sociais. O número prossegue com o artigo “Pachukanis: Política criminal e prisões na pós-modernidade”. Neste texto, José Sacadura, mobiliza a abordagem clássica de Pachukanis para refletir criticamente sobre as políticas criminais na atualidade e sobre o potencial papel do encarceramento na ressocialização ou, inversamente, num fortalecimento dos mecanismos de exclusão social.

Os dois textos que seguem têm por pano de fundo as desigualdades de género. O primeiro destes textos, “Relações sociais de sexo e género no Islã: uma análise do filme “A fonte das mulheres””, é escrito por Maria Lúcia Vannuchi e Antônio Petean que realizam uma análise sociológica das relações sociais de sexo e género nas sociedades islâmicas. A análise da obra cinematográfica supracitada permite ainda aos autores refletir sobre os impactos dos processos de naturalização das diferenças entre homens e mulheres na legitimação, muito para além do mundo islâmico, das desigualdades de género. O segundo destes textos é da autoria de Paulo Fraga e Joyce Silva e intitula-se “Mulheres e criminalidade: um estudo acerca do envolvimento de mulheres no plantio de cannabis no Vale do São Francisco”. Neste artigo, os autores caracterizam as singularidades da participação de mulheres nas plantações ilícitas de cannabis no nordeste brasileiro a partir das suas histórias de vida.

O número termina com a reflexão “Processos de confronto: o caso de Correia de Serra” de Maria de Lourdes Lima dos Santos. Este texto, apresenta uma análise detalhada de três processos confrontacionais reveladora, por um lado, dos desafios, riscos, ameaças e tensões de mudança subjacentes ao confronto, e por outro, das posições e disposições dos atores sociais em causa.

A Associação Portuguesa de Sociologia e a *SOCIOLOGIA ON LINE* agradecem os contributos de autores e revisores e esperam que os artigos que compõem este número contribuam para um aprofundar do questionamento, análise e compreensão da realidade social.

ARTIGOS
ARTICLES

O JOGO DUPLO DO ESPAÇO URBANO
Contributos para uma sociologia pragmática do espaço

THE KEY DUAL ROLE OF URBAN SPACE
A contribution to a pragmatic sociology of space

LE DOUBLE JEU DE L'ESPACE URBAIN
Contribution à une sociologie pragmatique de l'espace

Nassima Dris

Laboratoire des Dynamiques Sociales (DySoLab), Université de Rouen Normandie (France) & l'UMR Cités-Territoire-Environnement-Sociétés (CITERES), CNRS, Université de Tours (France). Département de Sociologie. Rue Lavoisier, F-76821 Mont Saint-Aignan, France. *E-mail*: nassima.dris@univ-rouen.fr

Resumo: Se a grande cidade, em certos aspectos, liberta o indivíduo, noutros limita-o. Liberta das restrições comunitárias, colabora no seu desenvolvimento intelectual, porém, simultaneamente, acarreta elementos de instabilidade e certas contingências relacionadas com a mobilidade. O objetivo deste artigo é questionar o papel do espaço como experiência social, política e cultural no contexto urbano. Para isso propõe um debate que parte da investigação urbana em geral e do campo da sociologia urbana em particular, cobrando especial relevância a pertinência do enfoque pragmático.

Palavras-chave: Espaço, Cidade, Sociologia Pragmática, Investigação Urbana.

Abstract: If in some ways the big city liberates the individual, it also sets constraints on individuals. Indeed, if the big city partakes in the intellectual fulfillment of the individual and sets him free from the constraints of a community, it also imposes on the individual the instability and contingencies of mobility. To explore this two-faced role this paper resorts to the analysis of space in urban sociology and urban research in general as well as the relevant pragmatic approach of urban analysis. It aims to explore the role of space as a political, social and cultural experience of an urban environment.

Keywords: Space, City, Pragmatic Sociology, Urban Research.

Résumé: Si par certains côtés, la grande ville libère l'individu, elle le contraint par d'autres. En effet, elle l'affranchit des contraintes communautaires, participe à son épanouissement intellectuel mais lui impose l'instabilité et les contingences de la mobilité. Le débat proposé dans cet article situe l'espace dans le champ de la sociologie urbaine et la recherche urbaine en général, d'une part et la pertinence de l'approche pragmatique dans l'analyse urbaine, d'autre part. L'objectif est d'interroger l'espace en tant qu'expérience sociale, politique et culturelle en milieu urbain.

Mots-clés: Espace, Ville, Sociologie Pragmatique, Recherche Urbaine.

Introduction

Les sens multiples de la spatialité (Bachelard, 1958) et du “vivre-ensemble” sont au cœur de la sociologie urbaine. Aujourd’hui, le processus de la mondialisation accorde à la ville un rôle primordial dans le devenir de nos sociétés. Elle est le lieu stratégique annonçant les tendances majeures de la société contemporaine. À l’évidence, chaque société est traversée par des courants idéologiques divers qui influent sur le cours des choses et maintiennent les réalités sociales en devenir perpétuel. Or, cette mouvance généralisée n’exclut en rien les fondements et le socle sur lequel reposent les référents sociaux et culturels des groupes sociaux. Il s’agit de comprendre comment se négocient ou se réinventent les relations, les rôles et les liens entre ancrage et mobilité. Autrement dit, comment aborder la complexité du rapport entre les espaces et la société? Cet article¹ a pour visée une analyse de l’espace en tant qu’expérience sociale, politique et culturelle inscrite dans le champ de la sociologie urbaine et la recherche urbaine en général.

Il est désormais admis que, par certains de ses aspects, la grande ville libère l’individu mais le contraint par d’autres. Autrement dit, elle l’affranchit des contraintes communautaires et participe à son épanouissement intellectuel en lui imposant par ailleurs, l’instabilité et les contingences de la mobilité. Dans cette perspective, le rapport entre distance et proximité interroge ce qui permet aux individus de s’affranchir des liens communautaires pour s’inscrire dans la mobilité et le changement constant. Cette dualité favorise à la fois la diversité des expériences individuelles et la communication avec autrui (Park, cité dans Grafmeyer et Joseph, 1984, pp. 197-211). L’idée est ancienne, elle s’apparente à la pensée de Kant selon laquelle “la liberté” réside dans l’action en tant qu’expérience d’une citoyenneté active qui se manifeste au moment même de l’action, comme le souligne Arendt “ni avant, ni après; être libre et agir ne font qu’un” (Arendt, 1961, p. 198). La ville oblige ainsi l’individu à une adaptation constante aux choses du monde, à la diversité des situations et à l’objectivité au sens de Simmel qui l’associe à la liberté individuelle: “L’homme objectif n’est retenu par aucune espèce d’engagement susceptible de le faire préjuger de ce qu’il perçoit, de ce qu’il comprend, ou de son évaluation du donné” (Simmel, 1984, p. 56). De nombreux auteurs contemporains poursuivent la réflexion sur les nouvelles configurations sociales à partir des nouveaux modes de communication à l’échelle globale (Castells, Goffman, Joseph, Sennett, Hannerz, Urry, Bauman...).

Face à un monde de discontinuité et de mobilité, il s’agit alors de saisir l’espace comme un ensemble d’îlots où se développe “l’insularisation de la socialisation”.

Dans ce contexte “les espaces comportent aussi bien une dimension d’ordre qui renvoie aux structures sociales qu’une dimension de l’agir, à savoir le processus de leur organisation” (Löw, 2015, p. 132). Cette perspective repose sur l’idée selon laquelle l’espace émerge de l’interaction entre objets, structure et culture. On perçoit bien ici l’expression d’une théorie dynamique de l’interdépendance des dimensions matérielles et symboliques de l’espace.

Plus récemment encore, Blokland (2017) revient sur la notion de communauté pour spécifier que celle-ci n’a rien à voir avec une construction stable fondée sur des relations durables avec les parents, les amis, les groupes sociaux ou les voisins. Elle confirme, au contraire, son caractère fluide et éphémère. Autrement dit, les communautés contemporaines sont marquées par des pratiques urbaines actives et partagées. Elles s’inscrivent de ce fait dans de multiples dimensions spatio-temporelles. Il en résulte deux acceptions de la communauté: d’une part, la familiarité et la construction des identités et d’autre part, la liberté d’entrer et de quitter les espaces urbains. Il s’agit donc d’une expérience urbaine dynamique sans lien avec la fixité et l’immobilisme des pratiques. Cela revient à dire que l’interprétation de la demande sociale nécessite de “comprendre les micromondes d’un univers complexifié” (Hirschborn, 2010). Malgré la complexité d’une mise en pratique d’une sociologie de la mouvance et de l’impermanence, l’intérêt d’une telle démarche est de rendre intelligible les “dimensions cachées” de l’espace. La confrontation des échelles, leur croisement, leur superposition constituent, en ce sens, un choix méthodologique adapté à l’inscription des approches spatiales dans une dynamique plus large englobant la société dans son ensemble et ses multiples évolutions.

Espace public, coprésence et visibilité des acteurs

Si nous admettons que les individus adhèrent à une multiplicité de milieux sociaux à géométrie variable, nous acceptons par là-même la possibilité pour les individus d’appartenir à plusieurs mondes à la fois. Or, certains auteurs mettent en évidence des réalités antinomiques opposant d’une part, l’espace de la mobilité réelle ou virtuelle sans contraintes (liberté d’aller et de venir) et d’autre part, l’espace de la fixité vécu comme une astreinte et un enfermement progressif (Bauman, 2007). Ces deux univers opposent deux perspectives de la vision du monde et deux stratégies du rapport à l’espace mondialisé. Toutefois, sans nier l’existence des mondes opposés, il est judicieux de déplacer le regard vers les interstices des pratiques sociales pour en saisir les sens.

Le regain d’intérêt pour la sociologie pragmatique réside dans le dépassement du rapport individu-société et la multiplicité des perspectives d’analyse.

Cette sociologie accorde une place privilégiée aux compétences des acteurs et au caractère situé de l'action en intégrant la pluralité des modes d'engagement et un intérêt pour l'analyse des discours des acteurs sur leurs propres actions. Cette "sociologie des épreuves" se veut résolument empirique et expérimentale avec un renouvellement permanent du protocole d'enquête et du regard sociologique du chercheur. Ainsi, l'espace public comme épreuve s'apparente à une expérimentation de l'occupation d'un lieu par la mobilisation collective.

Comme le suggère Joseph, la sociologie pragmatique distingue trois aspects essentiels propres à l'espace public et à ses limites à savoir, l'utopie communautaire, la visée anthropologique, la théâtralité de l'espace:

Penser aujourd'hui l'espace public de nos grandes métropoles, c'est commencer par l'affranchir d'une vision réductrice, qui tend à en faire l'espace résiduel de l'habitat ou de l'œuvre architecturale, et d'une utopie communautaire qui voudrait le rabattre sur l'espace collectif appropriable. C'est, ensuite, reconnaître sa spécificité anthropologique comme domaine de l'espacement, de la vacuité ou du passage, mais aussi des congestions, des rencontres ritualisées et des cérémonies publiques. Admettre sa théâtralité, mais comprendre en même temps sa capacité à faire de l'expérience de tout citadin une configuration de perspectives toujours renouvelées. (Joseph, 1995)

La vulnérabilité de l'espace public de circulation amène à examiner une situation de mitoyenneté car "avant d'être citoyens, nous sommes mitoyens et c'est dans cette proximité distante avec l'étranger que nous apprenons à donner un sens commun à la notion de monde" (Joseph, 2007, p. 216).² Les espaces publics sont considérés ici comme des espaces de rencontres socialement organisés par des rituels d'exposition ou d'évitement. Ils désignent un espace d'interactions où se construisent des expériences individuelles rendues possibles par l'anonymat de la ville. Si, dans cette définition, l'espace physique correspond aux "prises"³ offertes aux citadins pour y inscrire leurs pratiques, les espaces publics se définissent surtout par des expériences et des interactions individuelles. Dans un référentiel théorique réunissant des auteurs classiques comme Simmel, Tarde ou encore Goffman, Joseph ancre sa réflexion dans l'approche microsociologie et se positionne en passeur indéfectible dans ce domaine:

La microsociologie s'est vue reprocher de ne s'occuper que des détails: du quotidien plutôt que de l'histoire, des portillons du métro plutôt que du nouvel esprit du capitalisme, comme si elle avait vocation à rapetisser la discipline, à se limiter à des configurations ponctuelles, à fournir des vignettes illustratives aux logiques structurales. Je pense au contraire qu'elle approfondit et surdétermine le jeu des structures, qu'elle élargit le souci du chercheur. Dès lors qu'il se donne cet objet qu'est un public, il peut

prétendre parasiter tous les champs et tous les domaines. (Joseph, cité dans Céfaï et Pasquier, 2003, p. 323)

L'enquête ethnographique comme "intelligence organisée" (Dewey, 1967) ou comme "expérience ordinaire" prend sens ici car il ne s'agit pas de s'engager dans des voies largement balisées mais d'opter pour une observation fine fondée sur l'enquête in situ.

C'est ainsi que la microsociologie opère un changement d'échelle pour se rapprocher "du souci du chercheur":

l'analyse des rites d'interaction, dès lors qu'elle élit simultanément pour terrains d'observation les lieux publics et le cercle de la conversation, se donne pour programme d'explorer des formes intermédiaires de socialisation qui se situent entre les deux extrêmes que sont les routines ordinaires du lien social et l'emballement des foules, entre l'unisson et l'anomie. Dans ces formes banales se conjuguent régulièrement intensité et tensions, incidents mineurs et rites libérateurs, oubli de soi et division de soi. Elles font la consistance et la fragilité du lien social tour à tour sacralisé ou profané. Aussi, la rue demeure le terrain privilégié d'observation des rituels du quotidien. Comme le montre Goffman, les relations en public nécessitent "de faire un diagnostic, de calculer, d'anticiper, de scruter l'environnement et de juger du risque potentiel d'une situation. (Goffman, 1973, p. 252)

L'espace public est interrogé ici dans sa capacité à engendrer des nouvelles formes d'organisation sociale et spatiale plus à même d'envisager l'émergence de nouveaux acteurs et des libertés individuelles.

Par ailleurs, l'analyse des mobilités à l'échelle planétaire s'impose dans la recherche académique dans la mesure où cette dimension participe à la transformation sociale et historique des sociétés contemporaines. Il n'en demeure pas moins qu'à l'instar des travaux de la première et deuxième Ecole de Chicago, les nouvelles recherches questionnent les rapports à l'altérité pour repenser le rapport à l'espace politique. La ville appréhendée à la fois comme laboratoire urbain et comme "horizon démocratique" (Joseph, 2007) débouche sur une problématique fondée sur les compétences des usagers et leur publicisation, les vulnérabilités, les conflits d'usage, etc. Dans cette optique, l'étendue du voisinage n'est ni délimitée ni définie a priori. Elle puise son sens dans l'action interindividuelle marquée par une dimension spatio-temporelle: *L'okolica* (voisinage) pour le paysan polonais "s'étend aussi loin que l'on entend parler d'un homme, aussi loin qu'il fait parler de lui" (Thomas, cité dans Grafmeyer et Joseph, 1984, p. 81). Il s'agit d'un code moral d'une communauté typique disparue et "qu'il nous faudra sans doute recréer, à travers une forme quelconque de coopération, afin d'assurer

une société normale et équilibrée – un arrangement qui correspondrait à la nature humaine.” (Thomas, cité dans Grafmeyer et Joseph, 1984, p. 82). Toutefois, il convient de signaler qu’aujourd’hui, les nouvelles formes de coopération sont celles de l’étirement des relations dans des distances indéterminées (Giddens, 1994) grâce aux multiples connexions rendues possibles par les avancées technologiques et la mobilité réelle et virtuelle. Dans ce cas de figure, l’espace physique ou réel semble débordé par l’importance des réseaux envisagés comme un capital social à préserver et à enrichir. En conséquence, la figure de l’exclu se définit comme particulièrement éloignée de la source de richesse et de pouvoir que représente le nombre de connexions (Sennett, 2000). Ce changement de perspective modifie le rapport au temps et à l’espace dans la mesure où l’idée de carrière au sens premier du terme n’a plus de pertinence du fait de l’incertitude et de la mobilité du monde moderne à tel point que “les voies durables dans le monde de l’action sont devenues des territoires étrangers” (Sennett, 2000, p. 210). Ces nouvelles configurations sociales soulèvent des questions relatives à la vulnérabilité des liens sociaux dans une société faite d’épisodes et de fragments (Sennett, 2000, p. 31).

C’est ainsi que l’espace des lieux fondé sur l’expérience humaine, le face-à-face, la proximité, l’échange et la co-présence s’oppose à l’espace des flux tourné vers les réseaux qui découlent du pouvoir économique à l’échelle planétaire (Castells, 2013). Si dans le premier cas, il s’agit de la valorisation de la localité et des liens de proximité, dans le second, l’espace éclaté aboutit à la dispersion des rapports sociaux et l’émergence des liens virtuels. Quant aux nouveaux espaces de pouvoir, ils résident dans les “nœuds de réseaux”, comme lieux de la domination économique et politique symbolisée par l’architecture monumentale (les tours les plus hautes du monde, les aéroports, les ouvrages d’art, les grands projets urbains, etc.). Ces deux pôles analytiques reposent sur des situations duales entre domination et résistance. La question qui s’impose est celle de savoir si les décisions prises au niveau local sont en mesure de réduire les inégalités et les injustices territoriales quand le principe de subsidiarité n’est possible que si la lutte contre les injustices se situe à l’échelle mondiale (Sen, 2010). Autrement dit, il ne peut y avoir d’équité locale sans équité globale. L’objectif est de rapprocher l’efficacité économique de l’équité sociale en articulant la demande individuelle et la demande collective. Comment dès lors, interroger l’improbable “horizon démocratique” de nos villes faites d’incertitudes, de vulnérabilités, de migrations, de résidences multiples et parfois, éphémères?

Figures plurielles de l'urbanité

Interroger l'urbanité pour comprendre l'espace public vise à comprendre la nature des interactions en public et les relations réciproques entre l'individu et son environnement urbain. L'urbanité désigne une sociabilité propre à la ville marquée par une capacité à fonder des réseaux et créer des liens sociaux. Il s'agit du travail qu'effectue la société sur elle-même pour réguler les rapports sociaux en son sein, grâce à ses propres règles. L'objectif de cette démarche est de contourner le risque de minorer une des caractéristiques essentielles de la ville, à savoir un espace propice à la rencontre avec l'inconnu, l'inattendu et le partage d'expériences. La rencontre fortuite ou *serendipity* ouvre des perspectives sur l'interaction urbaine comme un "heureux hasard" qui illustre la possibilité de rencontre avec l'étranger (Hannerz, 1980). Les citoyens ne sont pas assujettis à des comportements figés même si l'engagement dans des rapports sociaux impersonnels nécessite une "maîtrise des codes de l'apparence" ou même, l'indifférence comme figure de la ville contemporaine. Par ce dispositif, l'individu développe des capacités à "s'engager dans des rapports sociaux impersonnels" insufflés par "la culture publique" dont les manifestations recouvrent "l'art des façades" et la "parole de circonstance" (Sennett, 1974). Le citoyen manifeste ainsi une "disponibilité personnelle au changement" (Sennett, 1974). Il dispose de capacités nécessaires à la gestion de ses relations aux autres et à la participation aux expériences de la ville. Il est censé être débarrassé des règles de vie imposées par la communauté ce qui lui permet d'évoluer dans un contexte d'échanges policés. Dès lors, chaque individu adapte son rôle aux attentes des autres individus en présence. La règle du jeu est de "garder la face" dans des situations de coprésence ou d'évitement. Il s'agit de "se rendre poliment étrangers les uns aux autres, à s'installer dans une extériorité des uns par rapport aux autres, à instaurer une a-propriété mutuelle" (Quéré et Brezger, 1993, p. 91). Cette "sociologie des circonstances" met à jour les "relations syntaxiques qui unissent des actions de diverses personnes mutuellement en présence" (Goffman, 1994, p. 8). L'organisation des rapports humains correspond à une attente réciproque régie par un ensemble de règles éminemment sociales renvoyant à ce que Georges Herbert Mead (1963) appelle "l'autrui généralisé". Reste à savoir si les rues de nos villes sont effectivement des lieux susceptibles de faire advenir la conscience de soi et des autres dans des espaces ouverts à tous.

Les compétitions de la vie quotidienne conduisent, sous certaines conditions, à des situations de "déficit d'urbanité" et à l'invisibilité des altérités dans l'espace public (sans abri, toxicomanes, enfants en situation de rue, femmes et autres catégories sociales indésirables ou stigmatisées). L'accessibilité est une

question centrale pour comprendre ce qui se joue dans l'espace public qui associe "la connexion, le vide et la capacité d'accès" (Mongin, 2012). La question n'est pas seulement de savoir comment une population s'approprie son cadre de vie, son territoire, mais de savoir comment elle peut accéder aux ressources de la ville, qu'elles soient locales ou qu'elles tiennent à l'agglomération (Joseph, cité dans Jolé, 2002).

Il arrive que le citoyen ne se contente pas d'être un spectateur de son environnement pour s'engager, réellement ou symboliquement, pour des valeurs de justice et d'équité sociales. L'occupation des places publiques lors des manifestations politiques participe-t-elle à la formation d'un "contre espaces", au sens de "lieux qui s'opposent à tous les autres, qui sont destinés en quelque sorte à les effacer, à les compenser, à les neutraliser ou à les purifier" (Foucault, 1984, p. 46)? Les nouvelles configurations sociales, politiques et économiques à l'échelle planétaire invitent à repenser l'urbanité dans un contexte qui renouvelle la question de l'espace public donnant à voir de nouvelles formes d'expression en public.

Espace urbain et situations paradoxales

Dans quelle mesure la société contemporaine ou "société-monde" faite de transversalités, peut-elle contribuer à l'émergence d'une société réflexive, polycentrique et multidimensionnelle? Il s'agit d'interroger les paradoxes liés à l'ancrage identitaire face à la mouvance généralisée. Ces nouvelles réalités transforment-elles les rapports aux lieux et les manières d'habiter? Comment se négocient et se réinventent les relations, les rôles, les liens dans l'espace concret?

La "cité globale" (Sassen, 2009) résulte d'un double mouvement, celui des personnes les plus qualifiées pour qui la mobilité est un outil privilégié pour développer des compétences et celui des migrants les plus démunis à la recherche d'un monde meilleur. Mais au-delà du phénomène migratoire, la flexibilité aboutit à une forme sociétale qui se caractérise par la "permanence de l'éphémère" et la "durabilité du temporaire" (Bauman, 2007). Or si la flexibilité et la mobilité définissent les sociétés contemporaines, l'ancrage et la fixité n'ont pas disparu. En effet, ces deux formes d'existence coexistent: d'une part, la flexibilité à l'échelle planétaire dans lequel l'espace n'est plus une contrainte puisqu'il peut être traversé dans ses formes réelle ou virtuelle; d'autre part, l'ancrage à l'échelle de la localité par choix ou par contrainte. Or ces deux formes de l'habiter correspondent à deux visions du monde avec des stratégies spécifiques du rapport à l'espace.

Ce type d'approche amène à considérer plusieurs entités spatiales pour rendre compte de la pluralité des façons d'habiter entre "appartenir à" et "voyager" (Urry,

2000). C'est en ce sens que le lieu implique un processus où se cristallisent des dimensions beaucoup plus larges. La ville comme construit social est au centre de cette réflexion. L'hypothèse selon laquelle la généralisation de l'urbain n'est rien d'autre que le résultat d'une transformation du monde dans lequel nous vivons, se confirme. Il s'agit d'une ère historique de transformations sociales dans laquelle la société entière devient urbaine (Lefebvre, 1968). En ce sens, l'espace ne peut être un simple réceptacle des pratiques mais une des formes du social capable de renseigner les transformations continues des sociétés. A cet effet, l'analyse spatiale des phénomènes sociaux nécessite des approches mettant à contribution la dimension matérielle de la vie sociale, les formes de sociabilité spécifiques et les valeurs des groupes sociaux. Dès lors, la spatialité dépasse les questions techniques ou fonctionnelles pour rendre compte des logiques d'expériences et de temporalités liées à des situations contextualisées. A cela s'ajoute la question de l'échelle de pertinence pour explorer les valeurs, les cultures, les mémoires ou encore, l'environnement naturel. C'est en inventant continuellement leur habiter que les individus et les groupes produisent un savoir sur eux-mêmes grâce à une réflexivité organisée en fonction de l'environnement social et naturel, les valeurs culturelles, les risques et les contingences de la vie quotidienne.

En effet, quelles que soient les conditions dans lesquelles il se trouve, l'être humain invente et fabrique une poésie à sa manière et n'habite que lorsqu'il réussit à s'orienter et à s'identifier en expérimentant un milieu (Heidegger, 1958). L'habiter dépasse donc largement les notions de "refuge", de "toit", de "logement", etc. Dès lors, l'habiter résulte de la rencontre d'une multiplicité de critères complexes tels que la diversité des façons de vivre, les modèles culturels, les contingences de la vie quotidienne, les rapports à autrui, à la nature et au paysage, etc. A ce titre, la "maison kabyle" de Bourdieu (1972) demeure une référence en la matière. Elle renseigne sur les invariants d'une culture dans laquelle l'habiter apparaît comme le résultat d'une "production culturelle spécifique" (Hall, 1966). Chaque culture a sa propre façon de concevoir l'agencement des espaces, des seuils de l'intimité, des coprésences... Mais chaque société possède aussi ses propres codes pour gérer l'opposition dedans/dehors et la relation à autrui.

Par ailleurs, en donnant à voir les transformations rapides et constantes des sociétés, le processus de mondialisation contribue à rendre visibles les singularités et les spécificités locales. Il ne s'agit pas d'une forme de repli ou d'une résistance au changement mais plutôt d'un ensemble élargi d'interactions dans lequel le global interroge les proximités, les appartenances, les mobilités et l'extériorité. L'organisation de la vie sociale suppose des relations complexes entre les implications locales (circonstances de co-présence) et l'interaction à distance (rapports entre présence et absence). C'est ce que Giddens appelle une

distanciation spatio-temporelle dans un processus d'étirement des relations par lequel les réseaux s'organisent et s'intensifient à l'échelle planétaire:

Lorsqu'on étudie une ville aujourd'hui, dans n'importe quelle partie du monde, on comprend que ce qui survient localement est susceptible d'être influencé par des facteurs — tels que les marchés mondiaux des monnaies et des denrées — survenant à une distance indéterminée du contexte local. (Giddens, 1994, p. 70)

Face à ces réalités, les réponses sociales et culturelles sont multiples et aboutissent à des formes socio-spatiales où s'imbriquent de façon subtile le local et le global.

Le paradoxe de la mondialisation a permis la redécouverte voire la réinvention des traditions locales, d'une part, et l'émergence sur le plan de la recherche, de compétences croisées entre "autochtones" et "étrangers" plus à même de comprendre les nouvelles réalités locales, d'autre part. Il s'agit d'un processus dynamique avec pour finalité une inscription durable dans des espaces évolutifs. L'espace comme forme sociétale singulière est capable de donner à voir les structures, les valeurs et les mutations d'une société dans son ensemble. Car les réalités spatiales trouvent leur sens dans les caractéristiques socio-anthropologiques de la société dans laquelle elles se réalisent. Au sens politique du terme, la localité ne peut être un simple rassemblement d'individus de même appartenance sur un territoire mais d'une communauté entendu au sens de Rancière,⁴ autrement dit fondée sur le partage de litiges signifiant par là-même l'appartenance à un monde commun. La citoyenneté apparaît ainsi comme un construit social dans lequel la politique n'est rien d'autre qu'une "forme spécifique de l'agir humain" (Rancière, 2000).

Le rapport à l'espace ou l'habiter ne peut être appréhendé exclusivement comme un arrangement interne car il résulte d'une expérience dynamique qui, dans l'interaction avec autrui et avec l'environnement, intègre de multiples dimensions. La nature du rapport à l'espace urbain permet de relativiser l'idée généralement admise de l'uniformisation inéluctable des sociétés. Car si la spatialité n'échappe pas aux effets de la mondialisation qui "délocalisent", "déterritorialisent", "déspatialisent" (Choay, 2006), elle fonde l'identité de façon "provisoire" et "changeante" certes, mais anthropologiquement indispensable à la réconciliation de l'humain avec son environnement.

Conclusion

En accordant un intérêt certain aux "choses" mineures ou triviales, la sociologie pragmatique déplace le regard vers les interstices pour mettre en lumière des

phénomènes sociaux d'ordre structurel. Dans cette perspective, l'espace est considéré comme un cadre dans lequel se réalisent les interactions individuelles fondées sur des règles et des pratiques ritualisées dont l'aboutissement est la mise en scène d'un "ordre social" (Goffman, 1994). En d'autres termes, la spatialité permet aux individus de participer aux expériences sociales dans un contexte d'échanges ritualisés. La coprésence et la visibilité mutuelle constituent la structure et les ressources de la coordination entre acteurs (Joseph, 1998, p. 43). Parmi les multiples facettes de l'espace figure l'inventivité permanente des interactions entre individus étrangers les uns aux autres. Dès lors, la spatialisation induit un double processus d'homogénéisation et de différenciation qui, sur le plan théorique, renvoie implicitement aux formations sociales et leurs transformations. Il ne s'agit pas d'une induction simple de la forme sur le contenu ou du contenu sur les pratiques mais de relations complexes où s'entremêlent des logiques multidimensionnelles. On passe, ainsi, de la sociologie critique à la sociologie de la critique (Boltanski, 1990) avec l'obligation de tenir compte du débat, des épreuves et des controverses.

Notes

- 1 Cet article n'a pas pour objectif de présenter mes travaux empiriques publiés antérieurement mais de développer une réflexion à partir de mon expérience de recherche dans ce domaine. A titre indicatif, je renvoie vers certains de mes articles: — Dris, Nassima (Dir.) (2016). Espace(s) public(s) en Méditerranée. Mobilisations, médiations et citoyenneté. *Les Cahiers d'EMAM*, CITERES-CNRS, (28); — Dris, Nassima (2016). Repenser l'espace public à l'aune des transformations sociales contemporaines. *Les Cahiers d'EMAM*, (28), 7-17; — Dris, Nassima (2006). L'espace habité: Sens, usages, méthodes. *TIGR*, 30(119-120), 177-185; — Dris, Nassima (2009, juin). La sociologie est-elle réductible à une frontière? Mondialisation et sociologie réflexive. Communication au colloque de l' AISLF, à l'université de Mohammedia, Maroc.
- 2 Cet ouvrage est une présentation du parcours intellectuel et politique d'Isaac Joseph qui, à ses débuts, s'est inspiré des écrits de Foucault puis, du pragmatisme de William James et John Dewey et de la microsociologie.
- 3 Il faut s'entendre sur la liberté de circulation et de mouvement qui sont les postulats de départ de toute réflexion sur les espaces publics. L'espace public n'existe que s'il offre non seulement des commodités de mouvement mais aussi des "prises" au passant et au résident. Cela suppose des espaces dans lesquels "les activités du citadin peuvent se chevaucher, bifurquer selon les opportunités, s'articuler dans un seul et même déplacement" (Joseph, 1993, p. 397).
- 4 "Les groupes d'appartenance, définis par une naissance, une histoire, une religion, une langue, voire même des idées et aspirations communes sont une chose. Les formes de la subjectivation politique en sont une autre. Celles-ci ne sont pas des

communautés d'appartenance [...] sur ce qu'elle implique en termes d'inclusion ou d'exclusion. Ce n'est pas l'expression d'une identité mais d'une hétérologie" (Rancière, 2000, p. 55). Dans cette perspective, la délimitation entre le dedans et le dehors est floue voire inexistante. Ce qui est en jeu, "c'est le mode de partage selon lequel un dedans et un dehors peuvent être conjoints. Et l'exclusion dont on parle aujourd'hui est une forme bien déterminée de ce partage. Elle est l'invisibilité du partage lui-même, l'effacement des marques permettant d'argumenter dans un dispositif politique de subjectivation, le rapport de la communauté et de la non communauté" (Rancière, 1995, p. 158).

Références

- Arendt, Hannah (1961). *La crise de la culture*. In *Qu'est-ce que la liberté?* Paris: Editions Gallimard.
- Bachelard, Gaston (1958). *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Liquid times. Living in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Blokland, Talja (2017). *Community as urban practice*. Cambridge: Polity Press.
- Boltanski, Luc (1990). *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailé.
- Bourdieu, Pierre (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études kabyles*. Paris: Seuil.
- Castells, Manuel (2013). *Communication et pouvoir*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Céfaï, Daniel et Dominique, Pasquier (Dir.) (2003). *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques* (p. 323). Paris: PUF.
- Choay, Françoise (2006). *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil.
- Dewey, John (1967). *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Elbaz, Mikhaël et Helly, Denise (2000). *Mondialisation, citoyenneté et multiculturalisme*. Paris: L'Harmattan.
- Foucault, Michel (1984). *Des espaces autres. Architecture, Mouvement, Continuité*, (5), 46-49.
- Giddens, Anthony (1994). *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan.
- Goffman, Erving (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Les éditions de Minuit.
- Goffman, Erving (1994). *Les rites d'interaction*. Paris: Les éditions de Minuit.
- Grafmeyer, Yves et Joseph, Isaac (1984). *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier.
- Hall, Edward T. (1966). *The hidden dimension*. US: Anchorbooks Editions.
- Hannerz, Ulf (1980). *Exploring the city. Inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press.

- Hirschborn, Monique (2010). La communauté: Du concept à l'idée directrice. In Laurent Amiotte-Suchet, Ivan Sainsaulieu et Monika Salzbrunn (Dir.), *Faire communauté en société. Dynamiques des appartenances collectives* (pp. 9-14). Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Jolé, Michelle (Dir.) (2002), *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002*. Lyon: CERTU.
- Joseph, Isaac (1993). L'espace public et le visible. *Architecture et Comportement*, 9(3), 397-401.
- Joseph, Isaac (Dir.) (1995). *Prendre place. Espace public et culture dramatique*. Paris: Editions Recherches-Plan Urbain.
- Joseph, Isaac (1998). *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF.
- Joseph, Isaac (2007). *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Economica.
- Lefebvre, Henri (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Löw, Martina (2015). *Sociologie de l'espace*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Mead, George Herbert (1963). *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.
- Mongin, Olivier (2012). Métamorphose de l'espace public. *Esprit*, (389), 73-84.
- Pasquier, Dominique (Dir.) (2003). *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques*. Paris: PUF.
- Quéré, Louis et Brezger, Dietrich (1993). L'étrangeté mutuelle des passants: Le mode de coexistence du public urbain. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 57-58, 88-99.
- Rancière, Jacques (1995). *La méésentente: Politique et philosophie*. Paris: Galilée.
- Rancière, Jacques (2000). Citoyenneté, culture et politique. In Mikhaël Elbaz and Denise Helly (Dir.), *Mondialisation, citoyenneté et multiculturalisme* (pp. 55-68). Paris: L'Harmattan.
- Sassen, Saskia (2009). *La globalisation. Une sociologie*. Paris: Gallimard.
- Sennett, Richard (1974). *The fall of public man*. New York: Alfred A. Knopf.
- Sennett, Richard (2000). *La conscience de l'oeil. Urbanisme et société*. Paris: Verdier.
- Simmel, Georg (1984). Digressions sur l'étranger. In Yves Grafmeyer et Isaac Joseph (Dir.), *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'Ecologie Urbaine* (pp. 53-59). Paris: Aubier.
- Urry, John (2000). *Sociology beyond societies: Mobilities for the twenty-first century*. London: Routledge.

Nassima Dris. Chercheure titulaire du Laboratoire des Dynamiques Sociales (DySoLab), Université de Rouen Normandie (France) & Chercheure associée de l'UMR Cités-Territoire-Environnement-Sociétés (CITERES), CNRS, Université de Tours (France).

Data de submissão: 30/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017

PACHUKANIS
Política criminal e prisões na pós-Modernidade

PACHUKANIS
Critical policy and postmodernity prisons

José Manuel de Sacadura Rocha

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de Educação, Filosofia e Teologia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Rua da Consolação, 930, 01302-907 São Paulo, Brasil.
E-mail: jsacadura@bol.com.br

Resumo: Aborda-se a obra de Pachukanis com relação ao sistema penal e às práticas jurisprudenciais, fundamentalmente a derivação entre o *modus operandi* de sociedades produtoras de mercadorias e a forma jurídica. No bojo do desenvolvimento mercantil moderno as políticas criminais e as penas privativas de liberdade são determinadas historicamente como necessidade logística da gestão das massas disponíveis ao trabalho e das punições. Contudo, na pós-Modernidade o “trabalho” já não representa o interesse maior da reprodução do capital global, o que leva ao colapso dos sistemas penais e prisionais, servindo estes como verdadeiros instrumentos de exclusão social.

Palavras-chave: Criminologia, Prisão, Pachukanis, Pós-Modernidade.

Abstract: The work of Pachukanis is approached in relation to the penal system and the jurisprudential practices, fundamentally the derivation between the *modus operandi* of companies producing goods and the legal form. In the bosom of modern mercantile development, criminal policies and deprivation of liberty are historically determined as the logistical necessity of managing the masses available for work and punishment. However, in postmodernity “work” no longer represents the greater interest in the reproduction of global capital, which leads to the collapse of the penal and prison systems, serving as real instruments of social exclusion.

Keywords: Criminology, Prison, Pachukanis, Postmodernity.

Introdução

O filósofo do Direito Evgeny B. Pachukanis (1891-1937), quando se perguntava que forma o Direito Penal assumiria após o fim da sociedade de classes e a supressão do Estado capitalista burguês, concluía que pouco se transformariam as tipologias criminais e as punições — reparação retributiva, proporcionalidade, *quantum* de periculosidade, prevenção etc —, enquanto a forma mercadoria perdurasse na sua lógica mercantil de subjetividade, quantificação e equivalência de transações. Diz Pachukanis que:

não podemos limitar-nos na análise da forma jurídica à ‘pura ideologia’, (...) e que, por conseguinte, toda a teoria geral do Direito e toda a jurisprudência ‘pura’ não são

outra coisa senão uma descrição unilateral, que abstrai de todas as outras condições das relações dos homens que aparecem no mercado como proprietários de mercadorias. (Pachukanis, 1988, p. 13)

Contudo, se isto é válido para as sociedades capitalistas, também o é para as socialistas, na medida em que:

Não é suficiente apresentar o conceito de culpabilidade apenas como um preconceito a fim de que imediatamente se possa introduzir na prática uma política penal que torne tal conceito efetivamente supérfluo. Enquanto a fórmula mercantil e a forma jurídica que dela origina continuarem imprimindo à sociedade a sua marca, a ideia, no fundo absurda, ou seja, do ponto de vista não jurídico, de que a gravidade de todo delito possa ser medida e expressa em meses ou anos de prisão, conservará, na prática judiciária, sua força e a sua significação reais. (Pachukanis, 1988, p. 133)

As modernas doutrinas penais contemporâneas têm observado que a conduta delituosa não pode ser compreendida como um ato isolado, um acontecimento *per se*, cuja origem aparece superficialmente como desatino do sujeito, mas deve ser inserida no mundo social, como produto, portanto, de relações sociais. A abordagem iminentemente sociológica não chega, modernamente, a ser inusitada, pois a mesma ideia do infrator como ser social já estava presente na Antiguidade, nas palavras de Aristóteles na “Ética a Nicômaco”, para quem:

A amizade também parece manter unidos os Estados, e dir-se-ia que os legisladores têm mais amor à amizade do que à justiça, pois aquilo a que visam acima de tudo é à unanimidade, que tem pontos de semelhança com a amizade; e repelem o facciosismo como se fosse o seu maior inimigo. E quando os homens são amigos não necessitam de justiça, ao passo que os justos necessitam também da amizade; e considera-se que a mais genuína forma de justiça é uma espécie de amizade. (Aristóteles, 1991, VII, 1, p. 171)

Não que para Aristóteles a lei tenha menos importância, pelo contrário,

Como vimos que o homem sem lei é injusto e o respeitador da lei é justo, evidentemente todos os atos legítimos são, em certo sentido, atos justos; porque os atos prescritos pela arte do legislador são legítimos, e cada um deles, dizemos nós, é justo, (Aristóteles, 1991, V, 1, p. 98)

mas para além da lei a amizade, ou seja, a relação social é o fundamento da paz e harmonia da sociedade e do Estado. Nestes termos ainda, Cesar Augusto Ramos cita:

No Livro IX da ‘Ética a Nicômaco’, o filósofo, ao analisar a virtude ética da amizade, observa que a felicidade está atrelada à convivência humana, ao fato do viver junto com os outros em relações de compartilhamento social, uma vez que ‘não menos estranho seria fazer do homem feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade’. (Aristóteles, citado por Ramos, 2014, pp. 2-3)

Neste sentido, os aspectos mais relevantes para uma abordagem criminológica pós-moderna passa pela relação social; mas as relações sociais efetivas são perpassadas pelos modos de produção, pelas formas concretas como os agentes sociais se organizam para produzirem os bens necessários à sua sobrevivência. Por sua vez, esta organização específica ou modo de produção movimenta-se continuamente perfazendo de forma material e formal um sistema de protocolos que se estendem às formas política, jurídica e cultural. Desta forma, abordar o fenômeno de encarceramento hoje e sua funcionalidade social remete ao estudo do modo de produção capitalista em seu estágio mais avançado de fabricação e circulação de mercadorias.

Advento do pensamento criminológico

Foi a ideia de relação social, em síntese, que a Criminologia, a seu tempo, resgatou de tão longa data, ainda que de forma tortuosa, como no caso dos positivistas, que mesmo admitindo pelo viés da sociologia durkheimiana que o indivíduo está limitado em seu livre-arbítrio, devido às condicionantes morais e normativas da sociedade, ele é responsável pelos seus comportamentos — atos de vontade — e como tal deve ser punido, pois a punição funciona como prevenção. Claro que esta visão, que remonta ao século XIX, às tipologias fisiológicas e ao ativismo de Cesare Lombroso exige outra presunção especulativa e outra determinação *in abstrat* que está diretamente ligada à formação das sociedades de mercado a partir do século XIX, a ideia de um *quantum* de periculosidade inerente ao homem. Assim, todo o homem estaria fadado a cometer crimes.

Neste sentido, Enrico Ferri, em sua “Sociologia Criminal”, declara que:

Por isto a negação do livre alvedrio, em lugar de ser, como afirmam os espiritualistas, a fonte de todos os males, é fértil em efeitos benfeitores na vida social e moral, posto que ensina a tolerância das ideias, inspira a indulgência recíproca, e aconselha na pedagogia e na arte de governar, a higiene moral que previne os maus sentimentos em vez de reprimi-los com rigor quando tem tomado corpo; é, por último, a condição inevitável de toda teoria e de toda prática sociológica. (Ferri, 2006, p. 25)

Na verdade, o ativismo dos positivistas era fundamental para os Sistemas Penais que deveriam estar relacionados com a obediência e a ordem necessárias ao sistema capitalista de produção — produção industrial especializada de mercadorias. Isto, obviamente, antes como ainda hoje, nunca é levado em consideração e explicitado pelo positivismo jurídico em suas teorias criminais. Por isso, o ativismo sociológico que fundamenta o Direito Positivo como originário do fato social tem vida efêmera, na medida em que a relação social que está aqui representada nunca é colocada em termos concretos da realidade social, por exemplo, quanto ao *status* e posição econômica dos indivíduos na sociedade, na produção e distribuição de riquezas sociais etc., algo que era fundamental à relação social de Aristóteles (1991), considerada nos tipos de justiça, distributiva e corretiva.

Os positivistas penalistas concordam com Cesare Beccaria (2003) (em “Dos Delitos e das Penas”), quando este afirmava que a violência se alimentava da impunidade, e não da punição em si. Acontece que esta semelhança não pode ser considerada seriamente, ao menos por dois motivos: 1. Beccaria (2003) estava, no século XVIII, tentando colocar racionalidade no sistema penal do Velho Regime, portanto, ao tempo das monarquias absolutas onde, segundo as palavras de Michel Foucault (2002) (em “Vigiar e Punir”), a soberania ditava os conteúdos — morais e de direito material — e as formas processuais de acordo com seus próprios interesses e das classes dominantes ao seu redor (nobreza latifundiária e eclesiástica); 2. Beccaria, de sua forma e ao seu tempo estava na verdade denunciando a tirania do poder (que opunha à justiça: “todo exercício do poder que deste fundamento se afastar constitui abuso e não justiça” (Beccaria, 2003, p. 23) e o extremo subjetivismo das vontades arbitrárias no âmbito do sistema penal.

Portanto, um contexto em que o arbítrio das vontades suspeitas, o suplício e a degradação dos apenados antecediam inevitavelmente à pena de morte executada com os máximos requintes de violência e dor, só comparados, talvez, às penas das sociedades babilônicas e assírias de 4000 anos antes.

Não se tratava ainda da realidade do século XIX, das “sociedades de disciplina” (Foucault, 2002), regidas por estamentos burocráticos, normas e um Direito que tinha que ser adaptado à realidade fabril, liberal e burguesa, após a Revolução Industrial e Revolução Francesa. Além disso, Beccaria pensava em termos de certa psicologia do comportamento humano (“sentimentos indelévels do coração do homem” (Beccaria, 2003, p. 21)), enquanto a sociologia criminal de Lombroso (2007), Ferri (2006) e Garofalo (1997), pensam o homem como *res in natura*, ferramenta inserida na moderna realidade de produção mercantil burguesa. Visam deste modo ao controle das massas de trabalhadores e das multidões de mendigos, prostitutas, doentes e todos aqueles que de alguma forma parecem impedir a “ordem” necessária

ao “progresso” das sociedades capitalistas, onde impera o trabalho fabril abstrato produtor de mercadorias — não mais a produção concreta de utilidades —, e a hegemonia política das classes detentoras de riqueza em “forma de dinheiro” — não mais exclusivamente de títulos nobiliárquicos ou de terras (Marx, 2015).

Mas o controle ainda é a atual realidade criminológica, principalmente no que se refere aos países que habitam a periferia do sistema globalizado de mercadorias e capitais. Como Beccaria havia dito: “É porque o sistema atual da jurisprudência criminal apresenta aos nossos espíritos a ideia da força e do poder, em lugar da justiça” (Beccaria, 2003, p. 29).

A diferença é que hoje as “sociedades de controle” (Deleuze, 1992), dispõem de mecanismos cibernéticos e espaciais de controle, impostos e avalizados pelas mídias oficiais, onde, afinal, se causa “sentimentos indeléveis do coração do homem”. Esta foi a grande “descoberta”, desde o século XIX, dos sistemas penais e da abordagem “humanista” moderna, que está na origem das punições privativas de liberdade, pois como Foucault (2002) diz, a prisão — assim como as demais instituições de clausura — visam a corrigir o espírito mais do que a matar e mutilar os corpos, já que esta é a condição de “domesticação” da mão-de-obra servir obstinada e sem enfrentamento o capital e suas máquinas de produção mercantil.

É bem verdade que nos países no centro do desenvolvimento tecnológico e científico patrocinado pelo capital, as prisões e as clausuras têm demonstrado a superação da fase correcionalista defendida em uma determinada visão das teorias criminológicas — Pedro Garcia Dourado Montero (1999) em “Direito Protetor dos Criminosos” —, e isto se deve ao alto grau de desenvolvimento de riquezas materiais e da extrema reprodução do capital através da substituição do trabalho vivo (trabalhadores) pelo trabalho morto (máquinas e tecnologias autônomas).

Todavia como os sistemas produtores de mercadorias são altamente concentradores de riqueza e conhecimento, na periferia do capital global se agigantam as diferenças, as exclusões, a miséria, as doenças e, conseqüentemente, toda a sorte de barbárie indigente e perversidade acéfala que a humanidade é capaz de produzir, a começar pela precariedade dos subsistemas de saúde, saneamento, moradia, escolaridade e alimentação. Tudo isso acaba, inevitavelmente, nas prisões do submundo do submundo da globalização.

Enfim, nenhuma teoria criminal pode passar ao largo da realidade social e das relações sociais concretas estabelecidas na conformidade do mundo global de produção de mercadorias, pelo menos desde o século XIX, e do desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Mesmo os avanços posteriores à escola criminológica, no pós-Guerra, a partir da década de 1950, por conta da visão cunhada de Vitimologia — Luis Jiménez de Asúa (1945) em “Princípios de derecho penal: La

ley y el delito” —, onde o crime deixa de ser considerado como conduta subjetiva do indivíduo, onde a vontade e a consciência deixam de se apresentar fundidas quando dos atos e nas condutas delinquentes, onde se parte do sujeito inserido no meio, ainda aqui, falta dizer algo do que se trata este meio.

Os autores da Vitimologia com acerto dizem que a sociedade é vítima das políticas e das doutrinas penais, mas falta bastante ênfase em dizer que se trata de políticas e doutrinas penais derivadas das necessidades do mundo abstrato de produção de mercadorias, isto é, onde o trabalho industrial abandona de vez a relação subjetiva entre o objeto produzido e o trabalho concreto que o produz pelas mãos do trabalhador (como valores de uso), substituindo essa relação direta pelo trabalho em abstrato, pois o que move o moderno sistema fabril é a relação entre a produção de mercadorias que se transformam (como valores de troca) nos meios de reprodução infundável de acumulação de capital.

No cerne da jusfilosofia que diz respeito às teorias penais está a construção da Modernidade, que a um tempo é a indiferença, a flexibilização cultural, a abstração conceitual, e tudo isso paradoxalmente amalgamado pelo mundo da produção de mercadorias e pela reprodução da transação dos valores meio à globalização de acumulação de capital. Neste espiral a “eternidade” é quantificável em condições ótimas, sempre maximizadas para a competição desenfreada e hiperbolização mecânica da ciência e do conhecimento. Nisso nada de humano se perpetua, sequer é, em algum momento fugaz, considerado. As relações sociais em todas as dimensões, da amizade à responsabilidade política (da *polis*) se desfazem e se aniquilam nas ambiguidades entre o humano e a sobrevivência patrocinada pela forma dinheiro. Não escapa ileso o Direito, as doutrinas e as jurisprudências especificamente no que concerne ao sistema penal.

Tal pensamento, entretanto, pode ser encontrado nos escritos ligados às matrizes marxistas. Só aqui, de forma efetiva, as possibilidades de uma jusfilosofia crítica das políticas e práticas penais podem ser completadas. A relação entre a produção mercantil nos termos de especificações técnicas e quantidades objetivadas, e a racionalidade punitiva das políticas, doutrinas e práticas no âmbito da jurisprudência dos sistemas penais, guarda as proporções e derivações necessárias e lógicas da “virtude” da reprodução do capital, como já se disse de Pachukanis.

Pachukanis e a criminologia da forma mercadoria

Em termos gerais, Pachukanis ao abordar a Criminologia, em sua época, no auge da Revolução Russa de 1917-1918, com a necessidade de formular uma nova

política jurídica a orientar a reconstrução de uma jurisprudência socialista, ousou com relação à doutrina criminológica ultrapassando as fronteiras dos modelos das sociedades de classes, positivistas, bem como as visões psicologistas de seus contemporâneos.

Para este autor, a Criminologia burguesa “progressista”, quando ela tenta fugir do atavismo lombrosiano e/ou sociologismo criminal, cai estéril nas visões correcionalistas e vitimalistas, porquanto a ressocialização do delinquente e apenado não observa nenhum sentido e eficiência quando inserido em uma sociedade discriminatória, exploratória e exclusiva. As melhores práticas, as doutrinas mais bem intencionadas são solapadas incontinentes pela desumanidade que elas encerram — ainda por força de organização social mercantilista, cujo *ethos* é a máxima exploração (do ambiente e do homem), o que só pode ser consistente e duradouro por vias de uma dominação jurídica-estatal. Neste sentido, Pachukanis (1988) recusa o tratamento da criminalidade a partir do fisiologismo etiológico e os conceitos da abstração jurídica positivista, como culpabilidade, corpo delito, responsabilidade penal, prevenção geral, periculosidade, dosimetria punitiva, progressão de regime etc.

A supressão da forma jurídica depende da emancipação radical em relação a todas as sobrevivências (também à pena e ao Direito Penal) dos antagonismos de classes e dominações do poder (estatal, tecnocrático), porém, essencialmente do fim da forma econômica de produção de mercadorias.

Marx mostra simultaneamente a condição fundamental, enraizada na estrutura econômica da própria sociedade, da existência da forma jurídica, ou seja, a unificação dos diferentes rendimentos do trabalho segundo o princípio da troca de equivalentes. Ele descobre assim o profundo vínculo interno que existe entre a forma jurídica e a forma mercantil. Uma sociedade que é coagida, pelo estado das suas forças produtivas, a manter uma relação de equivalência entre o dispêndio de trabalho e a remuneração sob uma forma que lembra, mesmo de longe, a troca de valores-mercadorias, será coagida igualmente a manter a forma jurídica. Somente partindo deste momento fundamental se poderá compreender por que razão toda uma série de outras relações sociais reveste forma jurídica. Porém, daí até se concluir que os tribunais e as leis devam existir sempre, uma vez que, mesmo um estado de abundância econômica não fará desaparecer todos os delitos contra a pessoa, equivale a tomar por essenciais e fundamentais momentos que são secundários e derivados. (Pachukanis, 1988, p. 29)

As contribuições de Pachukanis só podem ser entendidas com o fim do Direito Penal, e apenas ao término da forma mercadoria, independente das tentativas atavizadas do jurista liberal no estágio atual do desenvolvimento antagônico das sociedades de mercado, cuja globalização só faz mais e mais aparecer esse atavismo: um

ódio aos países limítrofes, um ódio aos países periféricos, um ódio às comunidades resistentes (indígenas, pequenos agricultores, ambientalistas), um ódio aos refugiados das guerras, um ódio aos excluídos, aos negros, aos favelados, aos mendigos, aos consumidores de drogas (lícitas e ilícitas), aos doentes mentais (e doentes de forma geral) etc.

De tal forma o autor está a criticar os “capitalismos” que não abandonam a forma de produzir mercadorias com vistas à acumulação de capital, considerando que afinal um direito de esquerda ainda será capitalista se a forma mercantil não for abandonada. O Comissariado do Povo para a Justiça (ex-U.R.S.S.), em 1919, proclamou a superação da culpabilidade e a pena como medida de defesa social, mantendo apenas seu valor demonstrativo. Contudo, a mera modificação de nomenclatura não superou a forma jurídica do Direito Penal, como Pachukanis (1988) argumentara, haja vista que a superação do psicologismo e sociometria positivista enfocam a determinação normativa objetiva, enquanto que os fundamentos de uma teoria criminal pachukaniana foca a relação social subjetiva.

Mas aqui se deve o cuidado a ver que esta relação social não é uma relação social qualquer, genérica e universal, *à la* o estabelecido e ainda presenciado nas sociedades mercantis, determinadas pela forma monetária, mas uma relação social de sujeitos autônomos e predispostos a pensar a liberdade e a realização individuais pelo prisma, pelo filtro da vida boa da coletividade, com distributividade e corretividade ampla, pelo menos para aquilo que diz respeito aos bens materiais e imateriais fundamentais: saúde, moradia, educação, mobilidade, cultura etc, que, por sua vez, dependem de uma quantidade específica e especial de políticas e investimentos públicos cuja destinação, efetivação e fiscalização orçamentárias são melhores realizadas quando os sujeitos estabelecem autônoma e localmente sua gestão.

Por isso o autor afirma que o discurso hegemônico, ao mesmo tempo banal, que “mesmo um estado de abundância econômica não fará desaparecer todos os delitos contra a pessoa” (Pachukanis, 1988, p. 29) a justificar o Direito positivista burguês e nas suas variações “progressistas” apenas serve para distrair do fundamento que uma sociedade mercantilista, pela realização monetária, é em si mesma antagonica, autoritária e absolutamente excludente. Assim posto, deve-se pensar inicialmente no *ethos* monetarista que fornece a virulência mais abundante e crucial nas sociedades de mercado também em tempos de globalização.

Os sistemas penais das sociedades de mercado derivam de duas condições:

1. Da essência antagonica, irrecusável, da existência em seu seio de classes sociais;
2. Do fundamento histórico determinado da essência infundável de reprodução de capital e sua acumulação. Exatamente por vias do sistema jurídico-estatal, seja nos

sistemas liberais anárquicos ou no estatismo planificado, a apropriação de riqueza social global entra na circulação para sua realização e é distribuída; ao mesmo tempo é investida em parte de volta na produção e desenvolvimento de novas tecnologias e ciências — inclusive as de cunho teórico e doutrinário — a serviço da extração de excedentes de valor sempre crescentes por força da concorrência. É isso que se observa no estágio mais atual e dinâmico das sociedades em tempos de globalização — onde os “gigantes” (empreendimentos, povos e Estados) prosperam e os mais “atrasados” sucumbem à concorrência —, e é por isso que a forma jurídica “progressista” não pode superar a si mesma.

Nas palavras de Robert Kurz:

O estatismo, na condição de parte integrante do sistema produtor de mercadorias, insere o socialismo real do Leste no *continuum* da modernidade ao invés de apresentar um processo evidentemente equivocado. Essa continuidade se estende desde o absolutismo esclarecido do Ocidente até o atual Estado de crescimento, e inclui ainda o socialismo real baseado na economia de guerra; o fim comum a ambos consiste em impor a subordinação das necessidades, finalidades e intenções humanas à riqueza nacional abstrata de um sistema produtor de mercadorias e ao seu crescimento e também ao direcionamento sistemático dos homens a esta finalidade ‘sem sentido’.
(Kurz, 2004, pp. 64-65)

Em continuidade, escolas como de Abolicionismo Penal (Louk Hulsman, Thomas Mathiesen) e variações da chamada Criminologia Crítica (Juarez Cirino), ainda contribuem pouco para a reformulação mais radical e cabal dos sistemas punitivos alimentados estes pelas políticas criminais onde impera o poder do mercado e suas forças de repressão. A análise mais contundente e surpreendente de Pachukanis (1988) (cuja obra foi escrita em 1924!) leva-nos a concluir que o problema maior destes autores é não terem efetuado a devida correlação entre a estrutura que se reproduz pela forma de produção de mercadorias e a superestrutura da forma jurídica que se movimenta por conceitos abstratos, derivada daquela. Na melhor das hipóteses, dado o ambiente concreto da reprodução de capitais a partir da inexorável dinâmica produtiva de valores de troca e o trabalho abstrato que os produz como fetiches, o mais longe que a mais crítica criminologia pode alcançar é, no limite, a compreensão que o Direito Penal surge, antes de tudo, dos antagonismos incontornáveis das classes em sociedades mercantis.

O primeiro movimento a ser entendido, sem dúvida, é a luta de classes, o que levava a ortodoxia de esquerda a proclamar a ditadura do proletariado: ela visava acabar com as classes sociais (não apenas a dos patrões, mas também das próprias classes operárias e campesinas, pois uma não pode existir sem a outra!),

os seus antagonismos e a repressão dos donos dos meios de produção e do capital sobre as demais classes. O segundo movimento diz respeito às formas derivadas que se localizam na superestrutura, tal como a forma jurídica. Neste segundo momento-movimento o Direito que não é burguês, não visa mais à repressão das massas trabalhadoras e as excluídas do mundo do trabalho, mas não pode sair imediatamente das formas abstratas do jurídico positivista e da etiologia lombrosiana, ou da psicologia subjetiva das formas superiores de consciência (tanto para estabelecer a violência irrecusável e inesgotável do homem-trauma, como para reeducar a psique do magistrado etc.), se não superar a fabricação de valores de troca enquanto forma abstrata do mercado para a reprodução de capital.

Toda a abstração, generalidade e poder punitivo derivam de necessidades de base, e apesar de seus movimentos próprios, atualizações, reformulações, construção da doutrina hegemônica e da jurisprudência pacificada, não alteram, por si só, as percepções restritivas de quantidades e prevenções genéricas para indivíduos tão abstratos como as mercadorias que produzem, por julgamentos em suspenso e absolutamente nada a ver com as causas do ato delituoso, mas com a ordem imprescindível ao mundo das mercadorias. Pachukanis (1988) já havia chamado a atenção para a distinção que o Direito positivista burguês fazia entre as funções reais da pena e as funções manifestas: todas as funções manifestas são transviadas pelo formalismo da determinação normativa (Kelsen, 2009) para esconder as funções reais desse Direito, que é a dominação e a extração de mais valor de forma privada pelo capitalista, usando-se os variados meios que historicamente reprimem as manifestações das massas trabalhadoras e excluídas e as empurram para o proselitismo da “democracia” participativa, no âmbito sindical, político e econômico.

As prisões na pós-Modernidade

A criminologia de Pachukanis (1988) parte do reconhecimento das condições materiais e necessárias da formação das sociedades mercantis modernas, hegemonicamente direcionadas na conformidade da reprodução do capital. Isto impede levar os sujeitos de direito, as partes, isonômica e autonomamente à dissolução de conflitos e ao estabelecimento racional dos meios preventivos de atos delinquentes e medidas socioeducativas humanizadas. Por isso, conforme Pachukanis (1988) previra, as prisões são instituições próprias à dinâmica das sociedades mercantis e sua inauguração devia-se à repressão dos trabalhadores, à hegemonia da classe dominante, à manutenção da “ordem” burguesa de forma geral, pelo menos até o início do século passado.

Quanto mais o domínio da burguesia foi sacudido, mais estes adendos se tornaram comprometedores, e com maior rapidez 'o Estado Jurídico' se transformou numa sombra imaterial, até que, por fim, o agravamento extraordinário da luta de classes obrigou a burguesia a desmascarar completamente o Estado de direito e a desvendar a essência do poder de Estado como a violência organizada de uma classe da sociedade sobre as outras. (Pachukanis, 1988, p. 103)

Contudo, nas sociedades pós-modernas, a partir da segunda metade do século XX, as prisões já não representam nenhuma dessas funções reais, e a sua função é a segmentação pela total exclusão e eliminação das grandes massas de indivíduos que, por força da própria irracionalidade mercantil e pela sempre crescente concorrência como *modus operandi* da reprodução do capital, joga milhões de pessoas no mundo do "absolutamente nada".

Maquiavel dizia que a política não deveria preterir nenhum cidadão a ponto em que ele já não tivesse nada a perder. A voracidade da reprodução do capital em tempos de globalização não pode resolver mais a espiral de desemprego, de salários míseros, da exclusão do trabalho humano, da predação do meio ambiente, da perseguição às comunidades autossustentáveis, da vida insalubre e sem sentido para milhões de pessoas a cada ano. Os jovens não têm nada a esperar do futuro! Jovens negros, pardos, mulheres negras e pardas, das favelas na América Latina, na África, no Oriente, na Ásia, e nos mais longínquos rincões limítrofes do sistema de produção de mercadorias, devem esperar exatamente o quê dos tempos vindouros?

E para que a "miséria da filosofia" não nos venha, uma vez mais, *démodé*, dizer que os pobres não são bandidos deve-se afirmar que concordamos exatamente com isso, isto é, que os maiores bandidos não são os pobres (Aristóteles, 1991). Está-se aqui a falar apenas de condições concretas de existência que nem todos têm "voluntariamente" a mesma oportunidade de experimentar!

Da mesma forma que Marx e Engels haviam previsto a resistência dos trabalhadores e a formação de sua consciência coletiva como classe (consciência para si), agora as prisões, e as casas de correção de adolescentes infratores, são os lugares disponíveis no sistema monetário de mercadorias onde os "enjeitados" obtêm as condições melhores de sua organização e alistamento em face do esgotamento do poder público oficial. "Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela" (Marx e Engels, s/d, p. 28).

Se no século XIX os trabalhadores não tinham outra forma que agirem com violência dentro das fábricas contra seus exploradores e a dominação político-jurídica do Estado, os "marginais", os "operários voluntários do crime" pós-modernos não

têm outro modo de reagirem contra o fracasso e a iminente superação do mundo de fetiche do trabalho produtor de mercadorias, que a violência no domínio do espaço prisional de desumanidade que por condenação são forçados a ocuparem. Não havia sistema de justiça antes, como não existe hoje!

Profético, Marx escreveu acerca da Revolução Industrial inglesa:

Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes. (Marx, 2015, p. 806)

Independente de qual época se esteja, sob o manto nefasto e desesperador do monetarismo, a cada ciclo o mesmo se repete inexoravelmente. Os vagabundos e *paupers* de ontem e de hoje servem sempre a certo desempenho da “ordem” e da normalidade, pouco importando as causas (sociais) do ilícito e as consequências (sociais) da ação jurídica punitiva, dando a impressão que a simples punição judicial restabelece como que em um passe de mágica os protocolos da ética e da paz perdida.

Neste sentido, Pachukanis esclarecia que:

O interesse atribuído aos métodos de ação de grande fôlego sobre o delinquente é insignificante se comparado ao interesse suscitado pelo fascinante momento em que é pronunciada a sentença e determinada a ‘medida penal’. As questões da reforma judiciária não preocupam senão um reduzido círculo de especialistas. Em contrapartida para o público o cerne da questão consiste no fato de saber se a sentença corresponde à gravidade do delito. Para a opinião pública, uma vez que o tribunal tenha determinado corretamente o equivalente, tudo se encontra, por assim dizer, em ordem e o destino posterior do delinquente já não interessa quase a mais ninguém. (Pachukanis, 1988, p. 131)

Para o senso comum e para as consciências limitadas, a “desordem” dentro da “ordem” liberal burguesa reforça a ideia sociopata lombrosiana, sociologista comportamental, e psicanalítica da violência traumática do homem, e tudo isso pelo discurso do poder que alimenta a narrativa conservadora e autoritária do direito positivo oficial com agravamento de penas, suspensão de direitos e garantias fundamentais, rancor contra a dignidade humana; por fim, a brutalidade e retrocesso civilizatório com medidas como o desterro (de lá para cá, e de cá para lá), Regime Disciplinar Diferenciado de Prisão (RDD), privatização da tutela constitucional do apenado e, sempre presente, a pena de morte.

Conclusão

Evgeny Pachukanis ajudou a enterrar a corrente criminológica etiológica, individual e psicologista, quando refutou a ideia de seus contemporâneos (Rejsner, e principalmente Stuchka), afirmando que, após a Revolução de Outubro e formação da U.R.S.S., não seria pela reeducação que viria a emancipação das formas e práticas jurisprudenciais dos magistrados, destes e dos demais operadores judiciais. Essas ideias são iminentemente típicas e propícias às sociedades mercantis modernas consolidadas na “democracia” pela revolução burguesa a partir dos finais do século XVIII e século XIX. Mas são as mesmas que permanecem na grande parte formadora de opiniões sobre as políticas de segurança pública e justiça criminal hoje!

Em paralelo, Pachukanis colocou de forma cabal a superficialidade do direito positivo nas sociedades sob o jugo do capital, cuja determinação normativa não pode superar os antagonismos, primeiro das classes sociais, depois da necessidade de reprodução “selvagem” do capital-dinheiro. Por isso, suas ideias foram centrais à superação dialética da microcriminologia pela macrocriminologia, onde o indivíduo deve ser entendido como permanente nas relações sociais e a infração considerada concretamente em relação ao dano causado, quando, por óbvio, não existirem motivos para o sujeito se sentir admoestado, preterido, explorado e extinto de sua potencialidade e consideração. Segundo o autor, este estágio social só pode ser alcançado pelo socialismo científico de Marx e Engels, e nisso acreditam autores contemporâneos que se dedicaram ao que se chama de “crítica da forma de valor” (Anselm Jappe (2006) e Robert Kurz (2004)).

O sistema de concorrência aproxima-se do seu limite operacional; qualquer tentativa desde o final do século XIX no sistema global, destarte as guerras pelo domínio geofísico dos mercados, o auxílio “intervencionista” *à la* Keynes, dos governos; destarte, agora, o “afastamento” neoliberal na esteira da teoria de Hayek; destarte a aceleração e a extinção dos espaços geofísicos pelo desenvolvimento das cibernéticas modalidades de comunicação, e agilidade de transporte; destarte tudo isso, nem os jovens dos países centrais têm melhor sorte do que os do Sul. A prova disso é a onda de conservadorismo e radicalismo que assola o mundo do capital: a liberdade, a esperança e o afeto se foram! Existe uma bomba em cada lugar e estamos todos sentados em cima dela!

Nesta situação a política se esvai, a participação na vida pública deixa de ter sentido: o novo sentido é “começar tudo de novo”. As prisões e os sistemas punitivos comprovam isso, elas são os laboratórios da ineficácia e inércia total dos governos “democráticos”. A anarquia do mercado — inclusive o de armas e drogas —

propícia o caos das instituições carcerárias e correcionais. As funções manifestas das prisões hoje é controlar e isolar a “escória” — mas não existe nada de “ressociação” simplesmente porque não existe mais a necessidade do trabalho humano, nem mesmo quando esse trabalho segue absolutamente alienante (abstrato) e gerador de mais valor!

Por isso, nem sequer a “domesticação da alma” que nos falou Foucault (2002) é necessária na pós-Modernidade: a parte da riqueza social total que se investe nas ciências e nas tecnologias dispensa o homem da vida. Isto é assim porque, no limite, a produção de mercadorias atinge o mais alto nível de produtividade pela concorrência global. Para a reprodução do capital o homem entra no processo como “coisa” que só precisa realizar — circular e consumir — as mercadorias produzidas por poucos operadores.

Como o sistema mercantilista concorrencial só pode efetivar a distributividade, que falava Aristóteles (1991), distribuindo renda através de salários, não havendo empregos, não existe realização de mercadorias; conseqüentemente, as pessoas são relegadas para a periferia interna e externa do sistema sem opções reais e sujeitas aos eufemismos e proselitismos Oficiais, também do Direito com ressonância nas camadas ainda não atingidas pela hipérbole da ganância. As prisões os recebem, e isto se aprendeu com Auschwitz e com Guantánamo!

Referências

- Aristóteles (1991). Ética a Nicômaco. In *Os pensadores*, Vol II. São Paulo: Abril Cultural.
- Asúa, Luis Jiménez de (1945). *Princípios de derecho penal: La ley y el delito*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Beccaria, Cesare (2003). *Dos delitos e das penas*. Bauru, SP: Edipro.
- Deleuze, Gilles (1992). Post-scriptum: Sobre as sociedades de controle. In *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Ferri, Enrico (2006). *Sociologia criminal*. Sorocaba, SP: Editora Minelli.
- Foucault, Michel (2002). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Garofalo, Raphael (1997). *Criminologia: Estudos sobre o direito e a repressão penal seguido de apêndice sobre os termos do problema penal*. Campinas, SP: Pêtreas.
- Jappe, Anselm (2006). *As aventuras da mercadoria. Para uma crítica do valor*. Lisboa: Antígona.
- Kelsen, Hans (2009). *Teoria pura do Direito*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Kurz, Robert (2004). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lombroso, Cesare (2007). *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone Editora.
- Marx, Karl (2015). *O capital, Vol.1*. São Paulo: Boitempo.

- Marx, Karl e Engels, Friedrich (s/d). Manifesto do Partido Comunista. In *Karl Marx e Friedrich Engels. Obras escolhidas, Vol. 1*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Montero, Pedro Garcia Dourado (1999). *El derecho protetor de los criminales*. Pamplona: Anacleta.
- Pachukanis, Evgeny B. (1988). *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica.
- Ramos, Cesar Augusto (2014). Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion. Revista de Filosofia*, 55(129), 61-77.

José Manuel de Sacadura Rocha. Doutorando em História da Cultura pelo EAHC-UPM – Programa de Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Autor dos livros “Sociologia Geral e Jurídica”, 2015, e “História do Direito no Ocidente”, 2015.

Data de submissão: 27/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E GÊNERO NO ISLÃ Uma análise do filme “A fonte das mulheres”¹

SOCIAL RELATIONS OF SEX AND GENDER IN ISLAM An analysis of the film “The source of women”

Maria Lúcia Vannuchi

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – Grupo de estudos e pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades & Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Av. João Nunes, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1-H, 38.400-902 Uberlândia, Brasil.
E-mail: maluvannuchi@ufu.br; maluvannuchi@ces.uc.pt

Antônio Carlos Lopes Petean

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – Grupo de pesquisa Islamismo e Mídia, Av. João Nunes, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1-H, 38.400-902 Uberlândia, Brasil.
E-mail: antonio.petean@ufu.br.

Resumo: A proposta deste texto é pensar a situação das mulheres no mundo islâmico, para além dos estereótipos alimentados pelo preconceito e desconhecimento, por meio da reflexão acerca das relações sociais de sexo e gênero no mundo islâmico, a partir do filme “A fonte das mulheres”, dirigido por Radu Mihaileanu, inspirado na peça Lisistrata de Aristófanes, que entrelaça a ficção e o real para apresentar ao público as assimétricas relações de gênero e o lugar social das mulheres no mundo islâmico. A película possibilita uma análise sociológica da divisão sexual do trabalho nas sociedades muçulmanas e das estratégias de resistência das mulheres inseridas em um universo marcadamente patriarcal. E permite, ainda, analogias com as desigualdades e mecanismos de poder também presentes nas relações sociais de sexo e gênero estabelecidas em outros contextos histórico-sociais e culturais, não especificamente árabes ou islâmicos.

Palavras-chave: Islamismo, Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Relações de Poder.

Abstract: The purpose of this text is to think about the situation of women in the Islamic world, in addition to the stereotypes fed by prejudice and ignorance, through reflection on the social relationships of sex and gender in the Islamic world, from the film “The source of Women”, directed by Radu Mihaileanu, inspired by the play Lysistrata, of Aristophanes, which interweaves fiction and the real to present to the public the asymmetric gender relationships and the social place of women in the Islamic world. This film makes possible a sociological analysis of the sexual division of labor in Islamic societies and the strategies of resistance of women inserted in a patriarchal universe. It also enables analogies with the inequalities and mechanisms of power also present in the social relationships of sex and gender established in other historical-social and cultural contexts, not specifically Arab or Islamic.

Keywords: Islam, Gender, Sexual Division of Labor, Power Relations.

Introdução

Este texto de reflexão, que não se apresenta conforme os cânones de um artigo científico e tampouco de uma recensão, exercita uma leitura sociológica, sob a perspectiva de gênero,² do filme “A fonte das mulheres” (da versão original *La source des femmes*), produção franco-belga-italiana de 2011, dirigido por Radu Mihaileanu que entrelaça as imbricadas tramas da ficção, da fábula e do real para retratar relações de gênero e poder que se desenrolam em um tradicional vilarejo situado em algum lugar não especificado entre o Norte da África e o Oriente Médio. A película, filmada no Marrocos, possibilita refletir sobre a opressiva situação de mulheres e aspectos de desigual divisão sexual do trabalho em um universo construído nos marcos da tradição islâmica.

Mas, efetivamente tal tradição responderia por si só pelas assimétricas relações estabelecidas entre mulheres e homens, que o texto cinematográfico retrata?

O Islamismo é uma das religiões monoteístas que no decorrer de sua expansão sempre ocupou um lugar significativo no imaginário ocidental. Uma mistura de representações que o retratam como exótico, como primitivo e selvagem geraram temor e sedução no Ocidente cristão. E, estas representações contribuíram para que as imagens associadas a ele no universo midiático e cinematográfico ocidental fossem, geralmente, preconceituosas e pejorativas.

Portanto, é inegável que nosso olhar para o Islã é ocidental e condicionado pela mídia que, no atual contexto geopolítico foca na sua face fundamentalista representada por grupos como o Daesh, a *Al Qaeda*, o *Boko Haram* e frente *Al Nusra*; grupos que apesar das diferenças políticas e doutrinárias, têm em comum um histórico de atentados e ações violentas. Por isso, associamos o Islã a homens-bomba, a fanatismo religioso, à negação da liberdade, e a desrespeito aos direitos humanos. Ao tomarmos contato com o Islã acabamos por associá-lo à guerra contra o Ocidente cristão e, no que concerne a gênero, o Islã é sempre associado às sociedades que delegam à mulher um lugar secundário e, preferencialmente, restrito ao espaço doméstico-familiar, o que, diga-se de passagem, não poderia ser considerada uma exclusividade islâmica ou do mundo árabe, posto que também presente no cotidiano das mulheres do Ocidente cristão. A partir do ponto de vista ocidental, o espaço social e econômico das mulheres no Islã, teria sido forjado por concepções fundamentalistas acerca de sua inexorável submissão. Isso seria tudo, nada mais além?

Segundo Antes (2003), os direitos humanos foram também, durante séculos, objeto de negação nos círculos cristãos da Europa. Não podemos esquecer o rastro de sangue das cruzadas, e tampouco os pensamentos e vozes silenciados nas fogueiras da Santa Inquisição, inclusive de muitas “bruxas”, que nada mais eram do

que mulheres à frente de seu tempo, detentoras de uma sabedoria que atemorizava a Igreja; elas eram capazes de ousar e transgredir padrões sociais. Nos marcos da tradição judaico-cristã, as mulheres eram recorrentemente despidas de sua condição humana, e representadas simbolicamente como Marias e Evas. Ou seja: santificadas ou demonizadas.

Hoje, as mulheres no mundo cristão ocidental ocupariam lugar de destaque, teriam posição privilegiada? Desfrutariam de relações igualitárias nos diversos espaços sociais, dentre outros, na família, no mundo do trabalho, no campo das representações políticas, no exercício livre da própria sexualidade? Não é da natureza deste texto a apresentação de dados comprobatórios das desigualdades de gênero, e não se trata também, aqui, de defender o Islamismo, de apresentá-lo como o arauto da igualdade social, mas chamar a atenção para representações preconceituosas sobre os islâmicos, construídas por não islâmicos, passíveis de afastar o foco de conflitos e contradições destes, de suas iniquidades que, por serem mais sutis, não deixam de ser nefastas.

Nas análises de Antes (2003), no seio das nações muçulmanas da África, Oriente Médio e Ásia pode ser observada uma tendência a relacionar alguns preceitos do Islã com os direitos humanos, afirmando inclusive que certas ideias presentes na liberal declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, já estavam presentes nos textos islâmicos. E este debate, que se desenrola no cenário muçulmano, impacta todo o mundo, haja vista que tal denominação religiosa perpassa o universo cultural de todos os continentes. Entender alguns elementos constitutivos do Islã é, pois, fundamental para pensarmos sua relação com os direitos humanos e, dentre estes a questão da igualdade de gênero e refletirmos também sobre preconceitos que, não raro, são propagados pelo cinema e pela mídia ocidental.

Islamismo: História e princípios

O Islamismo é considerado a última das grandes religiões monoteístas ligadas às sagradas escrituras e, atribui-se ao profeta Árabe *Mohammad* – também conhecido como Maomé, nascido no ano de 570 em Meca, a responsabilidade pela sua criação e organização política, a partir da cidade de Medina ou *Yatreb* (A cidade do Profeta). Por isso as cidades de Meca e Medina são consideradas sagradas pelos muçulmanos.

Na história de Maomé, de início já se coloca a figura de uma mulher forte, *Khadija*, rica comerciante de 40 anos, com quem o profeta casara-se aos 25 anos de idade; prática que, em si, colocava em questão o paradigma da mulher dependente e submissa. Esse enlace conjugal transgredia, ainda, o tabu de esposas preferencialmente mais jovens do que seus cônjuges.

Conforme a tradição islâmica foi numa das viagens em que *Mohammad* percorrendo, em comércio caravaneiro, vastas regiões da Arábia e adjacências, na busca por especiarias, tecidos e todo tipo de produtos que pudessem ser comercializados em Meca, teria recebido, em sonhos, os primeiros versos que iriam compor o Alcorão, livro sagrado do Islã, conforme descreve Pinto (2010). Por isso o Islamismo é considerado pelos seus fiéis como a última das religiões monoteístas na linha da revelação, uma vez que o Alcorão não seria uma criação de *Mohammad*, mas obra do próprio Deus, *Allah*; segundo a tradição corânica, *Mohammad* teria recebido do anjo Gabriel os versículos que compõe o Alcorão e passou a pregá-los, a princípio, a seus familiares.

A concepção islâmica da história da redação do Alcorão favorece a doutrina da revelação que — sistematizada na teologia islâmica e defendida até hoje — se encontra em grande parte já desenvolvida no Alcorão, pelo menos em afirmações singulares. Assim, Deus revelou repetidamente ao homem o que quer dele. Isso aconteceu pela primeira vez na revelação a Adão e historicamente pela última vez a *Mohammad*. (Antes, 2003, p. 33)

E, o que *Allah* revela querer de seres humanos de diferentes sexos? A igualdade espiritual. Em vídeos disponíveis na internet, a antropóloga e pesquisadora da USP Francirosy Ferreira (2007) observa que leituras sexistas do Alcorão não derivam dos preceitos sagrados, sendo, de fato, construtos histórico-sociais que desconSIDERAM capítulos do Alcorão que pressuporiam a igualdade; são interpretações misóginas de princípios religiosos que todos os fiéis deveriam respeitar e obedecer, independentemente de suas identidades sexuais e de gênero. O livro sagrado dos muçulmanos normatiza toda a vida civil: do casamento, separação dos cônjuges, guarda dos filhos, aborto, a questões relativas ao vestuário da mulher, dote e impostos.

Os cinco preceitos religiosos, pilares do Islã, que fundamentalmente os muçulmanos devem respeitar, independem da identidade sexual e de gênero de seus fiéis: 1) a aceitação de que não existe outra divindade além de *Allah*; 2) as cinco orações diárias que devem ser feitas em horários determinados; 3) o pagamento da *Zakat* ou imposto destinado aos necessitados e enfermos; 4) o jejum no mês do Ramadã; 5) a peregrinação à cidade sagrada de Meca, da qual estão dispensados os enfermos e os carentes de recursos financeiros, conforme relatam Jomier (1993) e Antes (2003). Na verdade, a peregrinação a Meca é uma atividade pré-islâmica e muitos judeus e cristãos também a realizavam, pois segundo a tradição corânica, na cidade de Meca havia ícones de Jesus e Maria, na *Caaba* — pedra sagrada — hoje local de peregrinação e oração exclusivamente islâmico.

Mas o Islã e o Alcorão não se limitam à prescrição das obrigações religiosas; os textos sagrados também trazem mensagens de fraternidade, compreensão e aceitação de outras formas de ser. Fundamentados em tais mensagens do livro sagrado, nasceram movimentos que ficaram conhecidos em todo o mundo islâmico por colocarem em prática a ideia de fraternidade muçulmana. A Irmandade Muçulmana do Egito – que mantém núcleos de assistência social e hospitais destinados aos muçulmanos carentes – bem ilustra a ideia dessa fraternidade islâmica.

Em termos hierárquicos e institucionais, na sociedade muçulmana o califa é líder político, palavra autorizada em questões polêmicas sobre os ensinamentos e a legitimidade destes, conforme descreve Demant (2008). Quanto a outras questões, tais como a posição social da mulher, a herança, o divórcio, a guarda dos filhos após a separação do casal e divisão de seus bens patrimoniais, existem organismos de consultas jurídicas para a tomada de decisões, que são baseadas em princípios contidos no Corão, nos *Hadith* – história da vida do profeta *Mohammad* – sem deixar de levar em conta a especificidade das tradições locais, que respondem pela arbitragem, em vários países islâmicos dessas questões. Portanto, não cabem generalizações; existem diferenças significativas entre os diversos países islâmicos quanto ao espaço ocupado pelas mulheres, e seus direitos.

A família no mundo islâmico

A família é o núcleo básico da sociedade islâmica e prescreve-se que todos os seus membros gozem dos mesmos direitos, a despeito do caráter masculino do comando, conforme nos descreve Jomier (1993), ao estudar a família na comunidade islâmica:

Nessa família, teoricamente, todos são iguais diante de Deus e do seu destino eterno, com os mesmos deveres; os partidários desta igualdade fundamental gostam de citar um versículo do Corão que enumera lado a lado muçulmano e muçulmana que praticam igualmente sua religião (Corão, 33,35). Todavia, na existência terrestre, uma função de comando cabe ao homem no seio da sociedade, ele é o chefe da família. Sob certos aspectos, a sociedade muçulmana é uma sociedade de homens, ou pelo menos o foi durante séculos. Era previsto até agora que o chefe de família, portanto o varão tinha o dever de prover o necessário à manutenção dos seus. (Jomier, 1993, p. 134)

Quanto à educação das crianças, o papel da mãe é central. Ferreira (2007) reforça tal tese, revelando em suas pesquisas etnográficas o poder das mulheres nas famílias islâmicas; segundo suas pesquisas os homens consultam-nas para tudo, e não tomam qualquer decisão sem antes ouvi-las.

Jomier refere-se ao marcante exemplo do pai sobre a criança, mas também ressalta que “a função da mãe, na educação infantil, é muito grande” (Jomier, 1993, p. 134). Quanto à liberdade e igualdade das crianças Jomier (1993) nos diz que quando os filhos são pequenos e dependentes dos pais, podem ir a todos os lugares não pesando nenhuma proibição sobre meninos ou meninas. Mas, é na puberdade que começam a ser definidos os lugares sociais dos homens e das mulheres nas sociedades islâmicas. Nesta fase começa a ser colocada a questão do véu. Em vários países islâmicos há diferenças quanto ao uso do véu na cidade e no campo, sendo menor a rigidez moral nas sociedades rurais.

No campo, o pudor das mulheres se manifestou mais simplesmente, sem véu e vivendo apenas separadas dos homens. Na cidade, porém, durante muito tempo o costume exigiu que as muçulmanas se cobrissem com o véu desde os primeiros sintomas da puberdade, exceto no círculo da família, que abrange os homens com os quais o casamento lhes era proibido por motivo de parentesco, e os cônjuges das suas irmãs, sobrinhas. (Jomier, 1993, p. 137)

Conviria indagar sobre as posições relativas das mulheres e dos homens na divisão social do trabalho nas sociedades muçulmanas, uma vez que é competência do homem prover a família dos bens necessários à sua sobrevivência (Jomier, 1993). Mas, os textos sagrados do Alcorão e dos *Hadith* são imprecisos quanto a esta questão, o que possibilita leituras androcêntricas destes, e gera controvérsias.

A película “A fonte das mulheres” aborda justamente a resistência das mulheres, de uma aldeia de caráter rural, às obrigações no mundo do trabalho que lhes são impostas pelos homens, o que nos possibilita refletir sobre a divisão sexual do trabalho e a resistência das mulheres islâmicas.

Análise da película “A fonte das mulheres”

Dentre os inúmeros filmes que tratam do mundo muçulmano e, especificamente, do cotidiano das mulheres islâmicas, de sua inserção nos diversos espaços sociais e, em particular, no mundo do trabalho doméstico e extradoméstico, destaca-se o filme “A fonte das mulheres”, objeto de análise desta reflexão.

O texto cinematográfico possibilita refletir sobre processos de mudança imbricados ao conservadorismo presente tanto nas condições materiais de existência quanto nos espaços simbólicos dos estereótipos étnicos, dos valores, dos preceitos, e das representações sociais.

O diretor da película, Radu Mihaileanu, em depoimento à agência brasileira *O Globo*, em 2012, revelou ter se inspirado em Lisístrata, peça escrita por

Aristófanes em 411 a.C., que em ácida crítica ao crônico estado de guerra vigente em Atenas e Esparta, registra a atuação de mulheres dessas cidades-estado gregas, lideradas pela ateniense Lisístrata, que no decurso da guerra do Peloponense — ocorrida de 431 a 404 a.C. — promoveram, com êxito, uma greve de sexo pela paz.

Em “A fonte das mulheres”, a trama desenrola-se em uma aldeia de “qualquer lugar” situado entre o Norte da África e o Oriente Médio, conforme enfatiza o narrador. Nesse, não por acaso inespecífico, lugar desenrolam-se relações de gênero marcadas pela exploração e opressão das mulheres, situação esta que transpõe fronteiras territoriais estendendo-se pelo conjunto de sociedades islâmicas, bem como por outras sociedades, não islâmicas, e que, não necessariamente amparam as suas iniquidades em livros sagrados. As relações de gênero — forma primordial de dar sentido às relações de poder, que se estabelecem entre as pessoas tendo como marcador as diferenças sexuais — perpassam todos os espaços sociais e podem ser observadas praticamente na totalidade das sociedades humanas. Tais diferenças são social, cultural e historicamente transformadas em desigualdades sociais e legitimadas por processos de naturalização que, costumeiramente, evocam preceitos sagrados ou cânones científicos, à guisa de sua justificativa e legitimação.

As desigualdades de gênero/sexo perpassam todas as instâncias da existência humana; se podem ser observadas na materialidade dos universos doméstico e profissional, também se fazem presentes nas elaborações simbólicas. Bourdieu (1999) observa que o gênero, como construção social, vincula-se à elaboração de ideias sobre espaços, posições, situações e comportamentos socialmente requeridos ou atribuídos.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos. [...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (Bourdieu, 1999, pp. 18-20)

Também Scott (1995) muito contribui para a compreensão do entrelaçamento de tais elementos objetivos e subjetivos que simultaneamente desenham-se nas relações de gênero. Ao apresentar o gênero como um “operador teórico-metodológico” desvela processos e esclarece como estes se constituíram, bem como os mecanismos de

conservação ou mudança social que produzem. Scott (1995) articula quatro elementos interrelacionados que operam simultaneamente na construção das relações de gênero: 1) os esquemas simbólicos, no que tange à força instituinte dos ideários, dos imaginários, das representações acerca da distribuição de espaços, papéis, funções sociais de mulheres e de homens; 2) os conceitos normativos, que expressam as elaborações simbólicas, a exemplo das normas e doutrinas religiosas; 3) os aspectos institucionais, em termos do posicionamento e atuação de mulheres e de homens na família, nas estruturas do sistema político, no mercado de trabalho, dentre outras instituições sociais; 4) a identidade subjetiva, construída a partir da incorporação, da interiorização dos demais elementos enunciados.

Tais construções objetivas subjetivam-se sob a forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções e valores que norteiam as práticas sociais. Esse entrelaçamento de aspectos objetivos e subjetivos que interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação pode ser observado na trama do filme analisado que retrata um caso — real, segundo seu diretor — ocorrido na Turquia em 2001; ponto de partida de um enredo que funde realidade e ficção, e entrelaça as temáticas da luta, do amor, e do trabalho. Contrapondo-se a imbricadas formas de opressão e exploração, as mulheres da localidade levantaram-se, em luta pela igualdade de direitos; movidas pelo amor, acreditaram na possibilidade de mudança e construção de uma vida melhor, a ser forjada a partir de uma simétrica relação partilhada, sem hierarquias, por mulheres e homens.

O filme focaliza uma sociedade tradicional que se defronta com modernizações tecnológicas — televisão e novelas mexicanas, telefone celular — mas continua presa às tradições e a arraigados valores, no bojo da axial tensão entre permanências e mudanças sociais.

Algumas mudanças, de fato, dialeticamente, sinalizavam, a despeito das persistências e continuidades, rupturas mais ou menos significativas; outras, porém, mais contribuía para que tudo permanecesse substancialmente inalterado.

Nessa sociedade de “qualquer lugar” vigia uma secular divisão sexual do trabalho: enquanto os homens faziam guerras, as mulheres garantiam a sobrevivência dos familiares por meio de extenuantes atividades domésticas, que incluíam, dentre outras, a busca de água na fonte.

Mudaram os tempos, as guerras desapareceram. Os homens deixaram de combater e, desempregados em decorrência de severa seca que assolara a região, passaram a viver no ócio, a beber, a “jogar cartas e conversa fora” para matar o tempo. Em momento algum se dispuseram a partilhar o trabalho com as mulheres, que mantinham a dura lida doméstica, que continuavam a buscar água na fonte, árdua tarefa, na qual muitas mulheres acidentavam-se. Uma das cenas iniciais do filme

focaliza justamente a queda de uma mulher grávida que escorrega nas pedras do íngreme caminho; sobre estas vertem, então, suas lágrimas silenciosas misturadas ao fio de sangue que escorre pernas abaixo, a denunciar o indesejado aborto.

A perversa divisão de trabalho retratada cinematograficamente é análoga ao que ocorre na sociedade contemporânea, não só no mundo islâmico ou oriental; as mulheres vêm crescentemente adentrando o mercado de trabalho, passam a ocupar nichos tradicionalmente considerados masculinos, respondem pelo sustento da família, e o inverso não acontece: os homens não se inserem em setores ocupacionais majoritariamente ocupados por mulheres, e tampouco ampliam sua quota de participação no trabalho doméstico. Desta forma, a atuação das mulheres no mercado de trabalho e possível realização profissional tem tido a contrapartida da sobrecarga de dupla ou tríplice jornada de trabalho.

Se analogias despontam, ao cotejarmos lugares e épocas diferentes, é porque há um incessante trabalho histórico-social de criação e recriação de relações sociais assimétricas assentadas em diferenças sexuais que, naturalizadas, fundamentam as desigualdades sociais. Estas se delineiam, no decorrer do tempo, com as características próprias de cada lugar e associadas a múltiplas formas de opressão, submissão e resistência.

“Que os homens busquem a água na fonte”, ecoa a voz de mulheres no cenográfico vilarejo islâmico. Lideradas por Leila (a estrangeira que via para além dos muros da tradição e detinha o, então pouco usual entre as mulheres, poder da cultura letrada) e pela “Velha Fuzil” (militante, natural do lugarejo, forjada nas lutas do dia a dia) as mulheres declararam-se em greve de amor e sexo, a exemplo das atenienses da Grécia clássica.

Não tardou a se fazer ouvir, em resposta, o cauteloso tom das vozes de alerta: “Não provoquem os homens, não os façam inimigos; sejam prudentes!”

Vale lembrar que nas lutas feministas cabem vozes masculinas, e não para ameaçar ou reprimir, mas para fazer coro, pois as relações de gênero — enquanto relações estabelecidas entre pessoas de diferentes sexos e marcadas pelo poder, pela hierarquia, pela assimetria — também terminam por aprisionar os homens nos rígidos padrões androcêntricos, e requerem sua efetiva participação para desconstruí-las.

Bourdieu (1999) observa que o privilégio masculino é uma cilada para o próprio homem que se aprisiona sob o infantil ideal de virilidade, e tem, a todo o momento que comprovar sua masculinidade, força, e coragem. Paradoxalmente, é este, o princípio de sua vulnerabilidade. “A virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (Bourdieu, 1999, p. 65).

Desconstruir a dominação masculina das sociedades androcêntricas é condição *sine qua non* para libertar das peias da opressão não só as mulheres, mas também os homens, ou seja, os seres humanos em sua totalidade, independentemente da identidade sexual ou de gênero de cada sujeito social.

Se a luta já foi dura para Leila, que contava com o apoio do marido, um professor com certo nível de consciência crítica, o que não dizer da luta das mulheres sem o apoio de seus maridos; algumas chegaram a ser estupradas por estes. Criativamente, valiam-se, então, de subterfúgios e estratégias para evitá-los, para mantê-los à distância, tais como: passar alho e pimenta nos cabelos para que o odor os afugentasse, usar calças compridas com fecho difícil de abrir, acomodar os/as filhos/as na cama, em meio ao casal para inibir os gestos de maior intimidade.

Mas, por mais que Leila recebesse algum apoio, seu marido jamais seria capaz de atingir os profundos meandros da catarse de mulheres que passam a indagar-se acerca de seu espaço social, que passam a questionar o sentido de sua própria existência.

Em um crescendo, a luta desencadeada pelas mulheres leva-as a problematizar as razões da coercitiva ocultação de seus corpos por meio de vestes que os recobrem, não como escolha, mas para impedir a revelação destes, ainda que elas desejassem revelá-los. São emblemáticas as palavras da Velha Fuzil: — “Melhor seria se cobrissem seus olhos, e não os nossos rostos!”

Vem à tona, neste ínterim, o polêmico uso do *hijab*, que recobre o rosto das mulheres islâmicas, mais polêmico ainda quando estas vivem como estrangeiras, em países cristãos. Mas as mulheres ocidentais, que condenam tal prática, usam outros véus, menos visíveis, mas que também as limitam e cerceiam. E os homens ocidentais não deixam de valer-se de estruturais práticas opressoras.

“Eu existo!” A exclamação que eclode do peito de Leila, expressa sua auto percepção, como sujeito de direitos, como ser de escolhas, responsável por seus próprios atos. As mulheres retratadas no texto cinematográfico lutavam pelo direito de ser, lutavam contra a exploração no trabalho, contra o casamento sem amor, contra o sexo sem prazer, contra espancamentos, e contra a violência dos estupros — que, diga-se de passagem, não deixaram de ser recorrentes neste início de terceiro milênio, tanto no mundo oriental quanto no ocidental.

E concernente ao exercício da sexualidade livre e prazerosa, contrapor-se-ia o Alcorão? Na medida em que cada um de nós é fruto de um momento de desejo, opor-se-ia o texto sagrado a que a concepção acontecesse imersa em amor e paixão? São questões para se refletir e passíveis de tantas respostas que transporiam os limites do formato deste texto.

No intuito de convencer o Imã da legitimidade da luta das mulheres do vilarejo e conquistar o seu apoio, Leila recita, diante dele, trechos do Corão; especificamente os versículos 58-11, a lembrar que *Allah* promete dignificar os que Nele creem, sem fazer qualquer distinção de sexo. E conclui, indagando: – “Quem não quer que as mulheres sejam exaltadas por Deus?”

O questionamento e a argumentação são convincentes: as muçulmanas, em luta, de forma alguma infringiam o texto sagrado; opunham-se, na realidade, à construção histórico-social e cultural de desigualdades entre pessoas de diferentes sexos, respaldada em leituras androcêntricas e sexistas deste.

Foi na luta que as mulheres descobriram o prazer de lutar; assim, festejavam-na entre risos, cantos, danças; em cada gesto de solidariedade e cumplicidade feminina, em inusitada alegria, nunca dantes experimentada no dia-a-dia de áridas e insatisfatórias relações conjugais, e extenuante rotina de trabalho.

Se para os homens as mulheres estavam gerando o caos, retrucavam estas que o caos já havia se instalado há mais tempo, muito antes da greve do sexo, mas somente para elas, que vivenciavam diuturnamente o caos interno do abandono de projetos e sonhos para, querendo ou não, de forma coerciva, configurarem-se como a viga-mestra de uma família estruturada sob os moldes patriarcais. A luta foi travada contra as condições materiais, opressivas de existência, e também contra símbolos, preceitos e valores que as aprisionavam nas malhas de sufocante tradição.

A complexidade do ser – na cena final – é personificada, de forma ilustrativa, em duas mulheres. Na protagonista, Leila, que contempla o êxito da luta das mulheres islâmicas materializado na água a correr pela tubulação, a fecundar áridos corações e a fazer desabrochar a flor gerada na luta e nutrida pelo amor. E em outra personagem, Loubna Esmeralda, natural da aldeia, mulher romântica que se nutrira de falsas cartas de amor e, qual fênix renascida após desilusão amorosa, parte à procura de um novo lugar para viver, de um novo caminho onde pudesse reescrever a própria biografia. A despeito de qualquer desencanto, preserva a crença em si e no amor, tal como a água da fonte que brota do seio da terra e incessantemente revitaliza a existência.

À sua maneira, as mulheres muçulmanas retratadas lutaram com êxito contra a desigualdade de gênero. Tais desigualdades, incessantemente produzidas e reproduzidas, e as lutas que a elas se contrapõem, têm cores locais, dependem de contextos históricos específicos e de contingentes práticas sociais.

A despeito das relações de gênero transversarem todos os espaços sociais, estarem presentes nas mais diversas regiões do planeta, perpassarem todas as instâncias da existência humana, poderem ser observadas nas dimensões objetivas das

sociedades e nas elaborações simbólicas dos sujeitos sociais, seria etnocêntrica uma perspectiva universal e generalizante que desconsiderasse as suas diversidades e particularidades.

Destarte, não caberia às feministas cristãs e ocidentais ditar caminhos e perspectivas às mulheres orientais, às mulheres islâmicas que vivenciam situações e relações específicas, conforme podemos perceber na análise de Lima (2014). Os feminismos não são exclusivamente ocidentais. Há feministas islâmicas que estão procedendo à releitura das fontes religiosas do Islã, e erguendo-se contra a opressão de mulheres muçulmanas, em luta pela emancipação destas, pela igualdade de gênero em seus espaços sociais. Se são bem vindos os apoios de outras vozes, também em luta por um mundo mais justo e igualitário, é mister lembrar que elas têm a sua própria voz e podem falar por si.

Jane Flax afirma que “nenhuma de nós pode falar pela ‘mulher’, porque tal pessoa só existe dentro de um conjunto específico de relações (já em termos de gênero) – com o ‘homem’ e com muitas mulheres concretas e diferentes.” (Flax, 1991, p. 248). A autora observa, ainda, que “dentro da teoria feminista, uma busca de um tema definidor da totalidade ou de ponto de vista feminista pode exigir a supressão de importantes e inquietantes vozes de pessoas com experiências diferentes das nossas” (Flax, 1991, p. 235).

Todas as vozes precisam ser ouvidas, e quando em coro; ganham maior potência.

Considerações finais

Procuramos neste texto, no limite possibilitado pelo próprio formato requerido para a sua publicação, refletir sobre as desiguais relações sociais de sexo e gênero em um espaço islâmico, que o filme analisado focaliza, sem resvalar para um viés etnocêntrico que alardeia uma submissão das mulheres muçulmanas em virtude de preceitos religiosos. Assim como estes, outros discursos – médicos, científicos, legais, de outros credos religiosos, também podem oprimir e cercear. Seria redutor restringir a opressão das mulheres ao mundo oriental, árabe, muçulmano. Ou seja: as desigualdades de gênero/sexo perpassam praticamente todas as sociedades e são legitimadas por processos de naturalização de diferentes matizes. Elas são construídas, por diferentes caminhos, cultural, histórica e socialmente. E para desconstruí-las, também por diferentes caminhos, o primeiro passo é a sua desnaturalização. Esperamos ter contribuído para tal nos limites deste texto, cujo ponto de partida é a análise do filme “A fonte das mulheres”, narrativa que tanto desvela a desigualdade na intersecção de gênero e religião, os processos sócio-culturais de

sua construção, naturalização e legitimação, quanto a contraposição e resistência a ela, pelas mulheres em luta.

Em uma epígrafe invertida, colocada ao final, ao invés de, no início do texto, fechamos esta reflexão, utilizando as emblemáticas palavras que também finalizam a película:

Nunca devemos nos dar por vencidos.
 O infinitamente pequeno pode se revelar, mais majestoso
 do que tudo que parece grande.
 A água...
 O frescor...
 A vida...
 E até o amor...
 podem brotar a qualquer momento.

Referência ao “infinitamente pequeno” como metáfora da possibilidade sempre presente nas lutas dos oprimidos, dos explorados, contra as injustiças sociais; no caso específico focalizado neste texto, contra o sexismo e as desigualdades de gênero.

Notas

- 1 Besson, Luc, Carot, D., David, G. (Produtores) e Mihaileanu, Radu (Diretor) (2011). *A fonte das mulheres (La source des femmes)* [Filme]. Paris Filmes.
- 2 Por uma questão de leveza textual optamos por não genericar a escrita do texto, adotando, assim, os androcêntricos cânones gramaticais que, em essência, contestamos, posto que subsumem e ocultam em uma genérica forma masculina as diferentes identidades sexuais e de gênero.

Referências

- Antes, Peter (2003). *O Islã e a política*. São Paulo: Paulinas.
- Bourdieu, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Demant, Peter (2008). *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto.
- Ferreira, Francirosy Campos Barbosa (2007). *Diálogos* [Vídeos]. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLjky7pObyehmOPN03e>. Acesso em 29 /08/15.
- Flax, Jane (1991). Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In Heloisa Buarque de Hollanda (Ed.), *Pós-modernismo e política* (pp. 217-250). Rio de Janeiro: Rocco.

- Jomier, Jacques (1993). *Islamismo. História e doutrina*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, Cila (2014). Um recente movimento político-religioso: Feminismo islâmico. *Estudos Feministas*, 22(2), 675-686.
- O Globo (2012, 20 de janeiro). *A fábula do poder feminino em 'A fonte das mulheres'*. Entrevista concedida a Rodrigo Fonseca por Radu Mihaileanu. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/a-fabula-do-poder-feminino-em-fonte-das-mulheres-3718201>. HYPERLINK
"http://oglobo.globo.com/cultura/a-fabula-do-poder-feminino-em-fonte-das-mulheres-3718201.%20Acesso%20em%2029/08/15". Acesso em 29/08/2015.
- Pinto, Paulo Gabriel Hilu da Rocha (2010). *Islã. Religião e civilização. Uma abordagem antropológica*. São Paulo: Santuário.
- Scott, Joan (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.

Maria Lúcia Vannuchi. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais. Realiza estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Desenvolve pesquisas na área de Sociologia do Trabalho e Relações de Gênero. Participa do grupo de pesquisa GEPEGRES — Grupo de estudos e pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades , vinculado ao Núcleo de pesquisas em Ciências Sociais da UFU/Brasil.

Antônio Carlos Lopes Petean. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais. Desenvolve pesquisas na área de Religião e Sociedade. Participa do grupo de pesquisa Islamismo e Mídia, vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da UFU/Brasil.

Data de submissão: 21/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017

MULHERES E CRIMINALIDADE

Um estudo acerca do envolvimento de mulheres no plantio de *cannabis* no Vale do São Francisco, Brasil

WOMEN AND CRIMINALITY

A study into the involvement of women in *cannabis* plantations in the São Francisco Valley, Brazil

Paulo Cesar Pontes Fraga

Federal University of Juiz de Fora, Human Sciences Institute, Social Science Department. Av. José Lourenço Kelmer, s/n. Campus Universitário - São Pedro, 36036-330 Juiz de Fora, Brazil. E-mail: paulo.fraga@uff.edu.br

Joyce Keli do Nascimento Silva

Federal University of Juiz de Fora, Human Sciences Institute. Av. José Lourenço Kelmer, s/n. Campus Universitário - São Pedro, 36036-330 Juiz de Fora, Brazil. E-mail: joycekelinascimento@gmail.com

Resumo: Neste artigo são apresentados os resultados de pesquisa que analisou a participação feminina nos plantios ilícitos de *cannabis* em cidades do Vale do Rio São Francisco, no nordeste brasileiro. Foram analisadas as histórias de vida de cinco mulheres que estiveram envolvidas nessa atividade, sob a perspectiva dos conceitos de “trajetórias biográficas” (Dubar, 1998) e de “caminhos” enquanto categoria analítica (Kokoreff, 2005). Entrevistas em profundidade foram utilizadas como método para investigar elementos objetivos e subjetivos das relações entre elas e as instituições e atores relacionados ou não a esse ilícito, revelando que, mesmo numa atividade predominantemente masculina, a participação feminina destaca-se influenciando no aumento da produtividade e rentabilidade; desempenhando atividades específicas; sem tensões para construção de carreira criminal, conferindo certa invisibilidade e, analogamente, proteção contra a repressão policial e violência.

Palavras-chave: Histórias de Vida, Gênero, Plantios Ilícitos, Repressão Policial.

Abstract: In this article, we present the results of an investigation which analyzes the participation of women in illicit *cannabis* cultivation in towns in the *São Francisco* River Valley, in the Brazilian northeast. We will present an analysis of the life histories of five women, who were involved in the trade, from the perspective of the concepts of “biographical trajectories” (Dubar, 1998) and “pathways” as analytical aspect (Kokoreff, 2005). In-depth interviews sought objective and subjective aspects of the relations between them and the institutions and actors related, or not, to this illicit trade. This showed that even in a predominately-masculine environment, female participation increases productivity and profitability. This participation implies the realization of specific activities and not the intention to constitute an on-going criminal career. This gives them a certain invisibility, protecting them from police repression and other forms of violence.

Keywords: Life Story, Gender, Illicit Cultivation, Police Repression.

Initial considerations: Involvement of women in illegal plantations and different approaches to female criminality

This article deals with a little explored theme in terms of drugs: the involvement of women in illegal cultivation in Brazil. The fact that Brazil is not viewed as an important producer of raw materials for the manufacturing of illegal psychoactive substances, hides important, determined social relations and interactions, which occur during *cannabis* cultivation in the region of the *São Francisco* River Valley. The region is characterized on one hand, by long periods of drought, which hamper cultivation via the family agriculture model and traditional agricultural production; and, on the other hand, by the use of modern cultivation techniques, which have lower water requirements, meaning that agribusiness flourishes.

Recognized as a country for the transportation of drugs produced in neighboring countries to other consumer centers of greater significance such as Europe, Brazil is also an important consumer of illegal drugs. Its retail market is considered extremely violent, being responsible for a significant increase in homicides of young men due to conflict between gangs and the intense and no less violent police repression (Fraga, 2013; Misse, 2007).

In the present article, we seek to determine that cultivation, specifically in terms of female participation, does not involve violent means for its realization. To the contrary, it seeks to differentiate the participation of women and recognize them as a specific case, with the singular characteristic of rarely leading to ongoing criminal careers for its participants. We also seek to recognize the particularities of the female condition and scientific production regarding the role of women in crime. Therefore, we continue the debate regarding the role of women in *cannabis* production.¹

Notably, the academic debate has treated crime and criminality as a masculine domain, a point of view backed up by official statistics, which for a long time have indicated male individuals as having a greater propensity than women to feature both as aggressors and victims in a wide variety of criminal acts (Herrington and Nee, 2005). This is the reason why, according to Walklate (2004), criminology for a long time suffered from “gender blindness”.

Despite this, Simpson (1989) underlines that not all criminological research ignored women, but, that frequently, especially during the period prior to the 1970's, research into delinquents and victims of crime was marked by an unconscious sexism, and in its more extreme form, misogyny. From this, many feminist criminologists formulated criticisms arguing that the majority of criminological theories generalized their conclusions, assuming that what is true about male delinquents, also applied in the case of women in conflict with the law.

In this sense, some feminist criticism suggested that criminology as with other social sciences, is androcentric, promoting a study of crime molded by male experiences and understandings regarding the social world (Chesney-Lind, 1989; Daly and Chesney-Lind, 1988).

Given this context, Sánchez (2004) also highlights the scarcity of systematic studies into the evolution of female delinquency in Latin America as being a consequence of the marginalization of criminological research about women, at times characterized as excessively particularized and inapplicable for the deviant population in general.

More recently, criminological studies of women have looked at the specifics of their condition, taking into consideration the positive and negative effects of the circumstances permeating their socialization. Such a premise represents an important advance in relation to discredited theories in the field of criminological analysis generally, such as those inspired by the biological determinism of Lombroso and Ferrero (1895), and the studies of Cowie, Cowie and Slater (1968), Dalton (1991) and Thomas (1897).

With the strengthening of the Feminist Movement starting from the 1960's-1970's, there have been numerous studies about women and crime in reaction to so called criminological androcentrism, questioning the sexist stereotypes that inform classical and positivist criminological theories based on a biological reductionism of female identity (Espinoza, 2002; Heidensohn, 2010; Klein, 1973; Simpson, 1989).

Since the pioneers Freda Adler (1975), Rita Simon (1976), Meda Chesney-Lind (1986) and Kathleen Daly and Chesney-Lind (1988), feminist theory selected as its object of study the social and historical circumstances affecting female law-breakers and women in general. Their studies make up a vast literature regarding the existence of qualitative differences between male and female crime. It investigates amongst other topics: how the social structure of gender restricts and molds female criminality at the same time that it stimulates male criminality; the vulnerability of women in the Penal Justice system in proximity to male violence, and the low rates of female incrimination, as well as specific forms of criminality (such as abortion and infanticide), moving these themes out of the shadows of academic marginality (Steffensmeier and Allan, 1996).

If initially, theories regarding women as a criminal subject proposed explanations for their lack of visibility in crime statistics, currently, their efforts are toward understanding growing female imprisonment. This is because, even with rates of incrimination and punishment, being greatly below that of men, numerous studies highlight the marked growth of the female prison population.

In Brazil, for example, though there continues to be a great difference between the absolute totals of imprisoned men and women, data available via the Brazilian Ministry of Justice, through the National Department of Prisons (Brasil, 2015) shows that, throughout the period between 2000 and 2014, the female prison population in the penitentiary system jumped from 5.601 to 37.380 detainees, revealing an increase of 567,4%, showing a growing trend in the mass incarceration of women. The growth trend for female imprisonment in Brazil, was also observed in studies by Soares and Ilgenfritz (2002), Frinhani (2004), Moki (2005) and Braunstein (2007).

In a bibliographical review of the subject, we can identify different explicative hypotheses for the growth in involvement of women in crime. With this growth having been related to diverse factors, which may or may not coexist, we highlight those that maintain greatest proximity with the theme of the present article, which are: 1) legislative changes, the more punitive criminal policies and a more efficient institutional response to crime; 2) female emancipation, which increased opportunities for the practice of crime; 3) the increase of economic marginalization of women that could represent a greater pressure to commit crimes; 4) increase of poverty and social disorganization in urban and rural communities leading to the weakening of social controls and to adaptive strategies that include criminality as a solution for daily problems; 5) the greater acceptance of women in certain criminal groups, be it owing to changes in the criminal underworld or due to the occupation of spaces left by the imprisonment of men, who are more targeted by police; 6) chemical dependency, which favors the increase of the entry of women into criminality; 7) the performance of subaltern functions in criminal organizations; and 8) the search for social recognition, inclusion and visibility through an affirmation of power via criminality (Guedes, 2006; Helpes, 2014; Schwartz and Steffensmeier, 2004; Soares and Ilgenfritz, 2002).

Though women imprisoned for drug trafficking generally fulfill subaltern roles, Souza (2009) underlines that this fact does not exclude the possibility, today, of a greater participation of women in leadership roles in the trafficking hierarchy. Therefore, Gómez (2012), for example, presents an interesting panorama of the transformation of pathways of entry and performance of women in drug trafficking activities in the region of Sinaloa in Mexico. Be it in cultivation, or in selling of drugs, women from this region profoundly experienced all the dimensions of the world of drug trafficking, from power, wealth and extreme violence, to the risks inherent in the activity such as prison and death, prior to arriving to the leadership of local cartels.

However, beyond the reasons for the growing imprisonment of women for involvement in drug trafficking, another relevant question is to uncover the determining factors for their entry and continuation in the illicit drug trade, as well as their roles and relations with the other actors involved.

For Souza (2009), the introduction of women into drug trafficking occurs through the influence of men with whom they have affective relations, via family relations or independently, for general economic motivations.

We underline that the male influence and that of gender relations, normally, is allied with situations of socioeconomic vulnerability when we analyze cases of women imprisoned for drug trafficking. In this manner, Moki (2005, p. 85) adds that “female unemployment, lower salaries when compared with those of men and an increase of women financially responsible for their families” drive them to undertaking illicit activities, both in drug trafficking, as well as in other criminal activities.

On the other hand, Guedes (2006, p. 568) who does not exclude the already mentioned factors, adds the search “for social recognition, inclusion and visibility”; the “affirmation of power via criminality”; the “sensation of earning easy money, from the ‘criminal’s authority’ with absolute control over the other”; a “non-subjugation to social rules”; and finally, the inclusion in the “ideal of consumption and access to material goods so prevalent within the neo-liberal model”.

Therefore, prisons around the world are full of young “mules”, “airplanes”, “ears”, “vapors” and “managers” of trafficking recruited from the lower, disadvantaged classes and, for this reason, more susceptible to criminalization (Malaguti Batista, 2001). According to D’élia Filho (2007, p. 26), “the only rational for the aggressive model of the war on illicit drugs resides in this point: punish the poor, segregating the ‘outsiders’ from the globalized world”, as one of the implicit motivations of the “war on drugs”.

Material and methods

This article is based on research funded by the Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)² and by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).³ Its methodology sought to investigate the life histories of five women who were involved at some point or other in their lives in cannabis cultivation. Each one participated in five interviews across the course of the research. The interviews sought to understand aspects of their familial relations, work lives, and institutional and inter-relational questions, in terms of the activity of cannabis cultivation. To develop the scenario and practices of illicit

agriculture, three further male individuals with involvement in the cannabis trade, three police officers, and two individuals from the judiciary, were interviewed, each one giving two interviews. The anonymity of the people interviewed was maintained in accordance with the ethical commitments underpinning the realization of the study, seeking to assure the personal safety of all of the voluntarily participants who collaborated in the research with their statements. In this way, throughout the text the names used to identify informant's statements are fictitious.

Interviewees were approached through people known to the researchers, who worked for more than ten years in the region. The snowball technique was used. We sought information from people known to us about individuals with whom they were involved who they knew to cultivate or had worked in the cultivation of *cannabis*. As female individuals were presented to us with such characteristics, one would indicate the others in a cumulative manner.

We undertook an indepth exploration of the subjective and objective elements, presented in the interviews, regarding the relations established between the women and other institutions and actors present or not in the cultivation of cannabis that influenced their entry into the illicit trade. We work with the notion of biographical trajectory, which is understood as the way in which each person reconstructs and actualizes, based on a narrative, an understanding of themselves and their world (Dubar, 1998). The analysis considered as important to an understanding of these processes, both the institutional categories that determined objective situations and positions, and individual categories used by the actors in research and interview contexts (Dubar, 1998).

We use the notion of "pathways" as an analytical aspect of these trajectories. The notion is employed by Kokoreff (2005) in his studies into youths from the outskirts of French cities, to designate the pathways that led them to involvement with the illegal drug trade. We use this notion to comprehend the mobility of the women who at one moment are part of the cannabis production and distribution system and at another moment, in institutional and affective relationships separate from the illicit community. This mobility is a fundamental element of the "pathways" which they traverse in their encounters with diverse institutions legitimated or not by moral society. We also seek to characterize, the practice of cultivation in the context of influences and institutions not necessarily stemming from the illicit trade. These include the forced removal of rural families through the intervention of public power, for the construction of dams for hydroelectric plants, and the lack of a more consistent agricultural policy in the region that would support the primary producer who is going

through drought. In this manner, these trajectories are in relationships, which, in many cases, are outside the traditional sense of a criminal career. Cannabis cultivation is located on a continuum occurring in life trajectories that maintain their ties with traditional agriculture in familial agricultural production. It is through this channel that many women enter into the illicit trade without however, ceasing to participate in traditional agricultural practices.

Illicit *cannabis* plantations: compensation agriculture, division of labor, and gender relations

We wish to highlight how, just as with the illicit drug trade in urban areas, there is also a marked socio-economic vulnerability of actors involved in the cultivation of plants considered illicit in the rural areas under consideration. We also find the influence of gender structures and distinctions present both in urban and rural contexts. In this way, the participation of women in illicit cultivation frequently occurs as a strategy to increase the profits of the trade, through the fulfillment of subaltern roles. Leadership roles may also be possible, varying according to the gender relations established by the culture, tradition, and religion in question.

The types of crops in these plantations vary, as well as the form of involvement of the farmer with them. González (2014), when studying coca leaf crops in the Afro-Colombian communities of the Region of Caquetá, found changes in the sexual division of labor after the size of the plantations was reduced. This was notably a consequence of the Columbia Plan, when the so called “bonanza period” came to an end, which included the second half of the 1990’s and the beginning of the 2000’s, characterized as being high production years. Coca leaf harvesting, traditionally a male activity due to its being difficult and labor-intensive, was now undertaken by the women. Currently, it is notable that whole families become involved in cultivation in diverse ways, meaning that women and children also participate in harvesting. The reconfiguration of coca plantations transformed it into a crop of artisanal character of small proportions, meaning that women were involved throughout all steps of the production process and no longer only in food preparation for male workers, as had previously been the case. Prior to this, women who undertook duties at the harvesting stage were “poorly viewed” by the community. The community understood this phase to be a mainly masculine activity, and therefore as presenting conditions unsuitable for women to work in, there being viewed as a negation of their gender identity.

Recent studies into illicit *cannabis* cultivation in other countries show a significant number of farmers from different underdeveloped regions who

produce *cannabis* according to the family agriculture model. It is a compensatory culture, in regions dedicated to agricultural exportation, subjected to ecological degradation and a reduction of arable land. In this context, these illicit activities emerge as a source of employment, income, and improved living conditions in a setting of dwindling profitability from legal agricultural activity (Fraga and Iulianelli, 2011).

According to Perez and Laniel (2004), *cannabis* crops in African countries such as the Cameroons, Guinea, and Lesotho are a compensatory alternative to the decline of agricultural income resulting as much from ecological degradation as from economic difficulties. The high profitability of *cannabis*, resistant as it is to the market variability suffered by traditional products, and the relatively short cultivation cycle (between three to six months), drove the expansion of its cultivation between the 1980's and 1990's and promoted the inclusion of these countries in new markets.

Laniel (1999), in a study into illegal production activities, trafficking, and the use of prohibited substances in Lesotho, a small country located in South Africa, highlights the involvement of small landholders and farmers. He adds that the women work, undertaking hoeing and, occasionally, the application of fertilizer and irrigation, though other phases of production such as harvesting involve all members of the family. Additionally, in recent years, women in the *Qabane River Valley*, seeking to value add to the product, are rolling *cannabis* into cigarettes. Beyond this, many of them are also recruited into transporting the harvest.

In other research, in the *Rif* region, Afsahi (2015) underlines the importance of the inclusion of women in the strategies of alternative development. This includes influencing habits such as their inclusion in areas of illicit cultivation, and in some cases, the reduction of production costs thanks to the unremunerated participation of women and school age children. There are also consequences of this participation at the level of cultivation and in terms of the quantity of drug produced. According to Afsahi (2015) however, even when included by men during certain stages of *cannabis* production, women do not directly benefit from social recognition or an increase in income resultant from this activity. Their visibility varies according to the town in question and does not resemble that of the men.

São Francisco Valley Region and cannabis plantations: extensive illicit cultivation involving many farmers

Decades of *cannabis* cultivation in the *São Francisco Valley Region* created networks of relations between diverse actors both within and outside the region. During a determined period, criminal violence increased, particularly the homicide rate

(Fraga, 2006; Fraga and Iulianelli, 2011). Additionally, with the growth in production in emerging markets such as the Northeastern capitals, which began to demand more product, the Brazilian government, via the Federal Police, started, from the 1990's onward to plan and intensify eradication measures and campaigns. To this end, a police station was established in the city of *Salgueiro, Pernambuco*, whose main function was to coordinate initiatives aiming to combat the plantations and more specifically, economically debilitate farmers, seeking to implement repressive actions during harvest time.

The presence of marijuana in the region has been a long standing one, but cultivation intensified with the emergence of a Brazilian domestic market, connected to the counterculture of the 1970's (Misse, 2007). At the end of the 1980's and during the 1990's, *cannabis* production reached unprecedented levels, placing it amongst the highest in South America. The context of the long lasting presence of the plant in the *São Francisco* Valley and the growth of a domestic marijuana consumer market as well as the displacement of farmers for the construction of hydroelectric power plants on the famous river, led to an increase in illicit *cannabis* plantations in the region (Fraga, 2006; Fraga and Iulianelli, 2011). Other contributing factors were the growth of industrialized agriculture and, additionally, poor conditions for the development of traditional agricultural production, in a drought stricken region with low governmental investment for agricultural development.

Scott (2009) observed that in the construction of the *Itaparica* Hydroelectric Dam, tens of thousands of small farmers were directly and indirectly affected, when their lands were inundated for the formation of this large watery body. The losses for small-scale farmers, who produced according to the family agricultural model, were numerous, impacting technical aspects of agriculture, irrigated along the river banks, as well as urban inhabitants, suppliers and customers. In the absence of better options, the cultivation of *cannabis* emerged as a viable alternative, permitting substantial gains to producers.

In the eyes of many locals, the tropical fruit cultivation, which had already established itself near the main *cannabis* plantation areas in the *São Francisco* Valley Region in the 1970's, also contributed to the consolidation of illicit cultivation. This was because it mobilized a significant contingent of workers subjected to seasonal employment, who frequently did not come from a family agriculture tradition. As such, a portion of them formed a large contingent of the workers in *cannabis* cultivation (Iulianelli, 2000). Establishment of agribusiness in the region also allowed an increase in *cannabis* production due to improvements of roadways and other established infrastructure (Iulianelli, 2000).

Throughout the 1980's, there was an expansion of areas for cultivation and of the use of fertile soil from the islands of the *São Francisco* River, and an inclusion of a larger number of people in the diverse stages of this illicit trade, even expanding later on, to include youths from the first generation of resettled farmers and people in precarious working conditions from large scale agriculture (Fraga, 2006).

The 1970's and 1980's therefore, were characterized as periods of institutionalization of illicit cultivation in the municipalities of the Southern *São Francisco*. New relationships were established and new actors emerged who transformed the scenario of the Caatinga. The reports by numerous individuals who vividly lived through this whole period indicate that at this moment illicit networks were forming, which allowed the expansion and stabilization of the business model which would be intensified at the end of the 1980's, and, principally in the 1990's.

The expansion of the criminal network, which was established to make the business viable, took place due to two fundamentals, but distinct factors, which complemented one another. Firstly, there were changes to the struggles and efforts of determined families to control local political power, to dominate the illicit trade, which had started to generate income and wealth. Secondly, there was greater repression from departments responsible for the containment of illicit production activities and the commercialization of drugs. Knowledge of the region, the history of involvement of certain families in other illicit activities such as appropriation of land, political crimes, murders, corruption with public funds and other acts at the local level, were all important factors to establish criminal networks for the expansion of production.

The structural factors that led to the expansion of cannabis cultivation destined for marijuana production in the *São Francisco* Valley did not differ from characteristics common in other parts of the world that led populations to become involved with illicit cultivation. As the UNODC (2015) itself recognizes, illicit plantations around the world are driven by factors that include vulnerability and opportunity, "poverty, economic disadvantage and unemployment are some of the enabling factors of illicit crop cultivation and drug production" (UNODC, 2016, p. 75).

In these circumstances, illicit cultivation is particularly attractive, despite the risks consequent from its illegality, since it produces a durable product with a good final value and attractive market for sales. Generally, illicit crops create rapid gains through products, which can be stored for longer periods and in locations with poor infrastructure. In this manner, illicit cultivation permits the development of an underworld economy and the creation of institutionalized relations between local actors around this illegal economy (UNODC, 2014; 2015).

Despite common developmental factors for illicit plantations, across different international settings, cannabis plantations in the São Francisco Valley involve specific actors created through the intersubjective relations of the region's social groups. We encounter this in a context that lacks public agricultural investment, serious water problems, and an exclusionist economic development based on industrialized agriculture for fruit exportation, with low social flow on for the region.

In this manner, in Brazil, cannabis production is concentrated in one of the poorest regions, whose production developed to serve an expanding domestic market (Fraga, 2006). Therefore, different to the previously cited African countries, the production of the plant in the southern São Francisco region sought to supply a domestic market.

The plantation, its structure, and the role of women

The way farmers are involved in illegal cultivation can be diverse in nature. Generally, however, there is an invitation from someone already involved in the criminal cannabis production network and in the expansion of production. People in search of a role in cultivation frequently seek those already involved in some way in the network. Many farmers recognize that despite the danger for having placed themselves in a position of risk, cannabis cultivation will provide them with gains that no other agricultural activity will give them.

Over the decades, during which time the plantations grew significantly, the relationships between actors in the production process were being molded by repressive measures. If, up until the 1980's it was not difficult to encounter plantations nearby to the main transportation hubs or in plots of land which the cultivators were themselves the owners of, starting from the second half of the 1990's and in the 2000's, new search strategies for plantations were implemented (Fraga, 2015). In general, growers transferred crops to islands of earth that formed in the São Francisco River, notably in the municipalities of Orocó and Cabrobó in the sertão of Pernambuco, or to areas belonging to the Union, such as in the center of the caatinga where they established camps for cultivation. In these places, generally far from cities, farmers remained for four months, the period going from the start of planting to harvest time.

Each of the farmers is responsible for a portion of the land, where the seeds received from the individuals they refer to as boss, are cultivated. The boss is the one who finances the duration of the planting, including sowing and maintenance requirements during the stay at the camp. This can vary from between three to four

months. In this period, the farmer cannot leave the cultivation site, because the group working on the farm fears that he could be arrested and end up informing on the others involved, or even reconsidering his involvement in the enterprise.

However, they never get to know the boss personally. According to various reports, it is the middleman or “cowboy” who is responsible for all the negotiation with and contracting of workers. In this manner, the worker cares for a set quantity of marijuana plants and the investment of the boss is deducted from their earnings.

I produced three and a half kilos per planting. I took care of five hundred. One hundred died, four hundred survived. Of these four hundred, one hundred and sixty were removed, obtaining two hundred and thirty kilos. So you would get up to two kilos per planting, two kilos and thirty for each. Two kilos and thirty-three grams or three hundred grams for each plant, per planting. So I took care of five hundred plantings there. So every day, with the plantings at a distance of one hundred meters, I would go over a fair distance, because I would walk the whole day. Because it was what, four hundred trips for water? Every day, until two o'clock when I would finish. Even because after two o'clock you had to go, you had to tend the farm, right? You collect it so that the plant produces well, you have to have at the most two or three harvests, it produces a lot. And you have to take off the bottom part, because from the part below nothing is produced. It produces what is there (sic) (Farmer 1, 34 years old).

This is a predominately-masculine activity. It requires significant expenditure of physical effort, mainly in the carrying of buckets of water, to water the plantation in areas where there is no irrigation. It also requires an extended stay at the camp, which has little hygiene. Some farmers declare that women cannot bear this type of work, as we see in the following statement:

Because you have to spend the whole day carrying two twenty liter buckets full of water on your back to irrigate where there is no pump. The majority of the time you carry it fifty, one hundred meters distance, up to two hundred meters distance. You have to carry water, two buckets of twenty liters. And it's the whole day, there is only time to drink coffee and then go back again. In the middle of the day you go and get lunch, and go back again until night fall. It is the whole day, for five months. Until the guy goes through it, he goes in fat, but only leaves skinny (sic). (Farmer 2, 25 years old)

However, in some camps it is possible to observe a female presence. This is mainly when accompanied by a man, generally a husband or companion. In these cases, the women can take care of the plantings for which her companion is responsible or cook for the group or for members of the group, since the work requires great effort

and rapid production to achieve greater profit and avoid police measures destroying the plantation. In these cases, part of the payment is made per kilogram of marijuana processed.

There, there were many that were like this, right? There was a commission at the end, they worked on their farm, but they had to have the food ready in time, right at midday, you know? If not, the agreement was broken, right? At the end the guy said 'ah you didn't cook the whole day, you didn't fulfill the agreement (...) totally, one hundred percent' (...) it was just this. Then, for example they said, "you'll cook for me, because in the end I will give you ten kilos". Then they said the duties every day at the right time, seven o'clock with breakfast ready, midday with lunch ready and at dinnertime as well. They did their bit. When, it was all over she had that percentage of hers and it was all okay (sic). (Farmer 2, thirty years old)

According to reports by a policeman who had already worked a long time in the war against cannabis cultivation in the region, the increase in the combat against the illegal crop in recent years, coordinated through the use of technology such as satellites for the identification of farms, provoked the concentration of production on the islands of São Francisco River. This was mainly between the cities of Santa Maria da Boa Vista and Cabrobó, modifying the production on "mainland" islands. Currently, production has been broken up and in place of big plantations, there are smaller ones, in an attempt to hamper the location of the crop. This has changed the configuration of the networks created for production and its expansion.

Policeman — Today, we encounter few plantations on the mainland. So that's all basically. And another thing which is also interesting is that the farms shrank in size. They prefer to plant a small farm here, another small one there. It is difficult to find a plantation of forty thousand plants, which we previously thought of as being a big farm. This year we managed to find only big farms, more than forty thousand. You asked me how this calculation was made? What happens generally in each pit, we call it a pit, they plant 3 to 4 marijuana plants right? Previously, we made the following count, every three marijuana plants would produce 1 kilo of marijuana at that time. Today, each plant produces 700 grams. So the size of the plant increased a lot then. And why did the size of the plant increase a lot? Because they are using follicular stimulants, the fertilizers, right? So today from each pit we manage to take more or less three kilos of marijuana, two and a half to three kilos of marijuana (sic).

Interviewer — that is to say, increased the productivity, is that it?

Policeman — Exactly. So like this they reduced the quantity of plantations, but the productivity is either the same or maybe greater. So the count is more or less like this (sic). (Policeman, 35 years old)

A result that we can observe in the reports is that this strategy, as well as concentrating the production off the “mainland” increased the participation of poorer rural farmers or workers, also meaning that families, who planted smaller quantities, were included in the production process.

Policeman – Like this, we see how, everyday, more poor people are becoming involved with cultivation on marijuana farms.

Interviewer – Always more?

Policeman – Always more, right? We no longer have any big cultivators here in the region.

Interviewer – Sorry. Big cultivators you would call people who?

Policeman – It could be a gang, a family.

Interviewer – Who were the first to do this, is that it?

Policeman – Exactly.

Interviewer – The first to work with the plantations in the region.

Policeman – So in this way, today you will not find anymore gangs which are only and exclusively focused on producing marijuana. You don’t find huge farms. We have a photo here in the police station of a marijuana farm, where if there was a gunfight on one side of the farm and whoever was on the other side of the farm couldn’t hear the gunfire. Due to how big the farm was, right? Today, you don’t find this anymore. You don’t find it. Now, unfortunately, it also seems that the consumption has also increased (sic). (Policeman, 35 years old)

This intensification of production, fragmented into smaller areas off the “mainland”, meant that female participation increased in comparison to other periods, where it was possible to perceive women with duties on the plantation. This new participation however, was also linked to family production.

This is the case with Teresa, thirty-two years old. She is the daughter of a farmer affected by the *Itaparica* dam, in the *São Francisco* River. After being displaced from their land, her parents resided and worked on small land holdings, until they established themselves in a small agricultural village. Her father had a small subsistence farm, which hardly met her family’s needs. At 16 years of age, she went to live with another youth of 20 years of age, with whom she had two children. Throughout the relationship which lasted four years there were many fights, and at times her companion would beat her, even in front of the children. After separating, she had to move to the city and started working in a small local business. There she met a farmer with whom she got married. Through this farmer, she had her first contact with *cannabis* cultivation, since during this time of year she would camp out, working in this area in cities nearby to the one where they lived.

At the start, she feared her partner's trade and, according to her statement, almost separated from him. However, the trade provided them with a comfortable life, which in terms of their standards they would not have had if not for the illicit trade. She maintained her work in the union and took care of her children. After having to leave her job, owing to a misunderstanding with the manager of the establishment, she worked only attending to her domestic duties, caring for her children and the house. Some family difficulties however led her to accept the suggestion by her husband to help him cultivating *cannabis*.

Teresa affirmed that at the start, she only bought the groceries for the camp, buying those provisions necessary for the campers during their stay. Later, she began to stay at the camp, together with other women, who were also accompanying their husbands at the *cannabis* plantation. According to her statement, she worked in the trade for four years, but later on, she decided to leave, because she feared being imprisoned together with her husband and having to leave her children with her mother, who started living with the family after Teresa took on duties in the illicit plantation. When asked if she would return to work there, she responded that, if there was great need, she would return to *cannabis* cultivation. However, for now, she had managed to mount a small haberdashery business in her city with the money earned from the trade. Additionally, according to her statement, her husband also desisted from the trade and they were never arrested.

Cecília, thirty-six years of age, was born in *Santa Maria da Boavista* and from early on helped her father on the family farm. She cultivated cress, capsicum, onion, and cotton, as well as other products for their personal consumption. She sold the surplus to the local CEASA. She was the oldest girl of the five children of the couple. As an adolescent, she participated in the Catholic Church youth groups in the city and in social movements to improve living conditions for the small-scale farmers. Little by little she distanced herself from the social movements, owing to difficulties with conciliating her work duties, study, and domestic chores with the social movements. She finished high school and started to work in a local business.

Despite distancing herself from the social movements, Cecília participated in parties promoted by popular organizations. In one of these celebrations, she met a boy, with whom she would have a relationship and a child. They began to live together with the intention of raising the child. Her companion confessed to her that he worked on *cannabis* plantations at specific times of the year. Initially the news shocked Cecília, but, with time, she was convinced to take up a role in the business buying the provisions. Over time, she wanted to take over other responsibilities,

until they gained some abandoned plots of land where, together with her companion, she put together a small arrangement with water and other production elements and started subcontracting people to care for the small farms. She also negotiated with the “cowboy” or middle-man, who provided her with seeds. Cecília alleged that she worked for five years in this system, but that the heightened repressive measures led her to abandon the illicit trade. These days she has returned to participating in social movements and is putting herself through university. She says that she has no regrets for leaving, despite the resources derived from the illicit trade having provided a better financial situation, since she feels that today her life is calmer out of the trade.

Another way of entering into *cannabis* cultivation is as a family farmer. That is to say, when the whole family cares for a farm and later on sells the produce to the “cowboy”. In this case, the farmer receives the seeds from the intermediary who subsequently, at the time of buying the produce, discounts the value. Owing to its involving the whole family, the women have an important role to play. They are destined to take care of the most delicate tasks such as the separation of male and female plants, pruning during harvest time, as well as watering the pits at specific times of day. The heavier tasks not requiring as much care were generally reserved for the men, such as carrying the gallons of water to water the plantation. In the case of family agriculture, the men generally control the overall process. We observed no cases in which a woman managed the process.

We cite, for example, the story of Lúcia, 35 years old, the daughter of a farmer. Already, at the beginning of the 1980's she had planted *cannabis* on her father's land. In that period, she told us, there was not as much repression and illicit cultivation was located in an area very far from the main house of the site. When she was twelve years old, her father gave her some tasks on the plantation, such as taking care of some of the pits, watering, and separating the male and female plants. According to Lúcia, her father worked many years with cultivation, always with the participation of the family. Once an adult, she married a farmer with whom she had a small land holding. It was owing to the initiative of her husband that she began to plant *cannabis* on the family land. She taught her husband to care for the plantation and it was he who negotiated with the middleman. According to her report in the interview, with the increasing pressure from police repression in recent years, they feared being arrested and ceased to cultivate marijuana, but they remained in the trade for twelve more years.

From a young age, I dealt with marijuana. I've passed nights without sleep and had many dreams, bad dreams because of it. I dreamed that police had arrested me, arrested my husband, beat me, swore at me. But, my father survived and raised the

children using the marijuana plantation. I know that it isn't right, he knew and advised us not to deal with marijuana. He said that he did it because he did not want to see his children die of hunger. I, also, went through difficulties and it was because of the difficulties that I planted marijuana. I don't want to plant any longer, today I and my husband, we manage to survive, thank God, cultivating passion fruit. But I won't lie, it brought me agony, but it brought me good things too. But I don't want it any longer. Living in fear is no good (sic). (Lúcia, 35 years old)

Severina also became involved for many years with *cannabis* plantations in the city of *Belém do São Francisco*. She comes from the family of a pair of farmers who had eleven children and went through various financial troubles. On leaving her parents' house, she got married to the husband with whom she lived and had ten children. She read and wrote poorly, being possible to consider her functionally illiterate. At the time of the interview, she was 45 years old.

Her husband, who cultivated marijuana for many years, introduced her into the trade from about 15 years of age. The family owned a small parcel of land in the municipality, where they cultivated beans, cotton, corn, onions and other agricultural products for survival. Her husband had a connection with the constant ins and outs of the plantations of the illicit trade. When there was heightened repression, she opted to keep her distance, and on perceiving that there were more secure conditions for cultivation, she returned to the activity.

Over the years during which she dedicated herself to cultivation, Severina occupied herself with the task of manual irrigation at specific times, from the farm on the area nearby to her own land. At harvest time as well, she undertook the task of harvesting. All the produce collected from the plantation, which was negotiated with the cowboy, remained the responsibility of her husband. Beyond negotiating the production, her husband also had the responsibility of watering the plantation and at times participating in the harvest. Severina affirms that the *cannabis* plantation brought resources for her family that no other trade could have provided them, but described the monetary gain as "cursed". She lost a son, killed by the police according to her, for involvement in other activities of the drug trade in the city.

Interviewer – What is your role in the plantation? Did you plant or not, did you have to buy the provisions at the time, that is to say, buy the food and cook for the people who planted?

Severina – No, no, I never did the shopping. We did it, we even planted a few seedlings, just a few, more than the others. And then, that's what I ate, which took care of the shopping at home and I ate, I didn't get anyone to plant. Because for us to get someone to do the shopping like that to give these people who I get to work, then we

have to do the shopping, right? But are we able to do this? How am I going to do the shopping?

Interviewer – Did you and your husband plant?

Severina – So my husband would plant some seedlings and I would go and help. Because I didn't have anything else to do. To go by foot from here to there far away, so I kept planting there. I dug a hole and planted.

Interviewer – Did you work in the morning, how was it?

Severina – I would work in the morning to water, then I would leave it at that. Then in the afternoon, two waterings, watering twice a week,.... I watered twice, very early and in the afternoon.

Interviewer – how long was it until the harvest?

Severina – then there were how many months, six months to harvest.

Interviewer – six months?

Severina – six months.

Interviewer – So you didn't just stay there the whole time, right? You went to plant and then you stayed close by here?

Severina – No, I went very early to water and then came home. Then when it was the afternoon again, early afternoon, you'd have to go and water again, and then go home again to sleep. I would plant and leave it there on the farm, like any vegetable, but today I can't anymore (sic). (Severina, 45 years old)

Severina alleges that she left the trade behind over two years ago, since she had been reported, and the family no longer wished to run the risk. During her involvement in the trade, Severina had always managed to reconcile the life of a homemaker, a small-scale farmer of legal agricultural produce, and *cannabis* cultivation. She never directly received from the work and was never imprisoned.

Another unusual or uncommon way to cultivate *cannabis* in the *Sertão* is via the "consortium" system. In this system two or more people choose a piece of land that could be either public or abandoned. This land needs to be difficult to access to hamper repressive measures or the theft of the produce. After choosing the local, one acquires the seeds of the plant that are paid for immediately, or after harvesting. The provider of the seed has a monopoly on buying the produce. In this way, the group contracts people to work and after the harvest they are paid.

An example of the inclusion of women in this system is Joana, 34 years old. She was born into a family of small agriculturalists who always experienced many difficulties. Her mother died when she was fifteen, and being the older sister, she assumed the household duties. At nineteen, she went to work at the rural workers union in her city. There, she came to know some farmers who were involved with *cannabis* cultivation in the region. In conversation with some of them, despite the fear of involving herself in an illicit activity, she decided to participate in a "consortium" operation.

Joana – In the beginning I was very afraid, because everybody here knows of the federal police operations, which have many men and use helicopters and everything. But, when we find some land, plant the seed and put the people to work, the risk is less. I was in the trade a few times. I gained good money that I used to pay debts and improve my life.

Interviewer – Do you still work with this?

Joana – Today, no. I was afraid that someone would report me. It is “bad” money. It is good money, but it makes you afraid.

Interviewer – If you needed to again, would you enter into another partnership?

Joana – I hope that I won’t need to.

Interviewer – But, if you needed to?

Joana – I don’t know. It is very risky (sic). (Joana, 34 years old)

The trajectory of these five women who were involved with *cannabis* cultivation reflects some of the ways in which women end up playing a role in this illicit trade. There are not so many women involved with cultivation when compared to men, due to the difficulties of moving to live in camps for a period of three to five months, which is the main mode of production. Those who involved themselves however, did so differently in comparison with the men. It is still common for many women to involve themselves in the trade due to some male figure with whom they have some sort of affective relationship such as a husband, companion, brother, or father. However, as in Joana’s case, we notice women who start to have an active leadership role. This also reflects the greater participation of the women in many labor and leadership roles in the *Sertão de Pernambuco*, a region in which male domination is still present in day-to-day activities.

In interviews with the women involved in illicit cultivation, we notice that there is a difference for the men in terms of the investments that they make with the money gained from *cannabis*. Men, mainly the young, use the greater part of the resource in activities such as parties and festivals, to buy motorbikes and other goods that will give them distinction. Women on the other hand, use a good part of the resource to improve living conditions for their family, be it by investing in education for their children or by buying the goods that will give them a better quality of life, that is to say, according to their standards, more comfort.

The heightened repressive measures against illicit cultivation by the federal police, led in recent years, to a change of strategy for cultivators. They began to use chemical fertilizer in the plantations seeking to diminish the production cycle to two months, as well as using smaller plantations to avoid identification by satellite. Family agriculture also began to be used with greater frequency, that is, plantations by families of workers on their land or on abandoned land near to their own, avoiding

the seizure of their land in case they were caught practicing this illicit trade. If this tendency was fully realized there would surely be greater participation of women in cultivation, but it is still too soon to confirm this tendency, since the production in the family agricultural system leaves the producer more vulnerable.

Final considerations

The increase in the number of women imprisoned for drug trafficking in Brazil has called the attention of diverse specialists, highlighting a specific thread in the development of this criminality and, further, in strategies of repression on the part of public agents. In southern *São Francisco*, where research for this article was carried out, the situation is no different, since the number of women imprisoned for trafficking has also increased in recent years. However, if we specify the cases of imprisoned women by plantation, the reality changes significantly. It is rare to see cases, as we point out, against women who were reported or caught for trafficking in plantation.

The few existing cases, generally link the woman to a man. A consequence of this is the rare occurrence of women imprisoned for cultivation, which one does not find when we observe the number of women incarcerated for selling or transporting an illicit drug. Though they are much fewer than the number of cases against men, the number of cases against women imprisoned for drug trafficking in the region is more significant than that for cultivation. As we have mentioned, it presents in recent years a marked ascending curve, represented by an increase of 101% in the number of people imprisoned in *Pernambuco* between 2007 and 2014 (Brasil, 2015). On the other hand, the specifics of cultivation, at least in the forms in which it is organized, do not necessarily lead women to constitute an ongoing criminal career (Becker, 2008; Fraga, 2015).

As we have observed throughout this article, the work of women, even though important and present at diverse moments of cultivation, is characteristically invisible. This invisibility, in its turn, seems to protect them, at least until now, from greater police repression and other forms of violence when there is some type of confrontation. There is, also, on the part of the men involved in illicit cultivation, greater care in relation to the women, mainly in cases in which they are involved in the cultivation of *cannabis* within the family agriculture model.

The formation of a criminal career is also not evident. The roles that women play in cultivation do not put them in contact with the most important actors of the criminal trade, even in cases in which they more proactively develop the trade as in the “consortium” model.

The trajectories of women, the target of our original research, show a history of economic difficulties throughout their lives. The resources obtained however, are destined toward the improvement of the lives of their families and, notably, the lives of their children through investment in education.

The routes taken by them traverse diverse trajectories, having, however, two aspects in common: the constant comings and goings in the illicit trade according to necessity, starting owing to difficulties encountered, or the improvement of life conditions, and the investment in activities, which benefit their children and families.

As Kokoreff (2005) clearly states, in relation to actors he observed connected to consumption and trafficking, variable production cannot be disregarded due to the significant differences that are observed in the behavior and habits of people over time. In relation to the women involved in cultivation, there are still significant differences regarding the destiny of the resources obtained in the trade. In comparison to men, the use of part of the resources to reinvest in themselves is evident amongst younger women, be it in aesthetic terms for their appearance or even in their own education, factors not so present in the life histories of older women.

Notes

- 1 A first and insipient attempt at analysis is in Fraga (2015).
- 2 Foundation for Research Assistance of the state of Minas Gerais.
- 3 National Council of Scientific and Technological Development.

References

- Adler, F. (1975). *Sisters in crime: The rise of the new female criminal*. New York: McGraw-Hill.
- Afsahi, K. (2015). Pas de culture de cannabis sans les femmes. Le cas du Rif au Maroc. *Déviance et Société*, 39 (1), 73-97.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil (2015). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN MULHERES – Junho de 2014*. Brasília, DF.
- Braunstein, H. R. (2007). *Mulher encarcerada: Trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Chesney-Lind, M. (1986). "Women and crime": the female offender. *Signs*, 12 (1) (Autumn), 78-96. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3174358>
- Chesney-Lind, M. (1989). Girls' crime and woman's place: Toward a feminist model of female delinquency. *Crime and Delinquency*, 35, 5-29.
- Cowie, J., Cowie, V., and Slater, E. (1968). *Delinquency in girls*. London: Heinemann.

- D'élia Filho, O. Z. (2007). *Acionistas do nada. Quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Reavan.
- Dalton, K. (1991). *Once a month*. London: Fontana.
- Daly, K., & Chesney-Lind, M. (1988). Feminism and criminology. *Justice Quarterly*, 5(4), (December), 497-538.
- Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, 19 (62), 1-9. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/S0101773301998000100002>
- Espinoza, O. (2002). A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, 1 (1), 35-39.
- Fraga, P. C. P. (2006). Plantios ilícitos no Brasil: Notas sobre a violência e o cultivo de "cannabis" no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría*., 9(15), 95-118.
- Fraga, P. C. P. (2013). Vítimas e agressores ou por que matamos nossos jovens?. In P. C. P. Fraga e J. A. S. Iulianelli. (Eds.), *O Tempo real dos jovens: Juventude como experiência acumulada* (pp. 27-49). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Fraga, P. C. P. (2015). A participação feminina no plantio de "cannabis" no Vale do São Francisco. In P. C. P. Fraga (Ed.), *Mulheres e criminalidade* (pp. 9-36). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Fraga, P. C. P., e Iulianelli, J. A. S. (2011). Plantios ilícitos de "cannabis" no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(1), 11-39.
- Frinhani, F. M. D. (2004). *Mulheres encarceradas. Representando o universo prisional* (Tese de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo).
- Gómez, A. S. (Ed.) (2012). *Las jefas del narco. El ascenso de las mujeres en el crimen organizado*. Random House Mondadori, S. A.
- González, L. C. (2014). Consecuencias sociales del cultivo de la coca en comunidades afrocolombianas del Caquetá. Análisis de la relación entre la economía ilícita, las prácticas campesinas tradicionales y su papel en la seguridad alimentaria. *Ágora U.S.B. [Online]*, 14(1), 203-222.
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(4), 558-569.
- Heidensohn, F. (2010). The deviance of women: A critique and an enquiry. *British Journal of Sociology*, 61, 111-126.
- Helpes, S. S. (2014). *Vidas em jogo: Um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*. São Paulo: IBCCRIM.
- Herrington, V., and Nee, C. (2005). Self-perceptions, masculinity and female offenders. *Internet Journal of Criminology*, 1-30.
- Iulianelli, J. A. S. (2000). O gosto bom do bode: Juventude, sindicalismo, reassentamento e narcotráfico no submédio. In A. M. M. Ribeiro e J. A. S. Iulianelli (Eds.), *Narcotráfico e Violência no Campo* (pp. 79-92.). Rio de Janeiro: Ed. DP&A.

- Klein, D. (1973). The etiology of female crime. A review of the literature. *Issues in Criminology*, 8, 3-30.
- Kokoreff, M. (2005). Toxicomanie et trafics de drogues: Diversité des cheminements et effets de génération au sein des milieux populaires dans France. In N. Brunelle e M. Cousineau (Eds.), *Trajectoires de déviance juvénile: Les éclairages de la recherche qualitative*. (pp. 31-60). Québec: Presses de L'Université du Québec.
- Laniel, L. (1999). *Cannabis in Lesotho: A preliminary survey. Management of Social Transformations – MOST. Discussion Paper N° 34*. Retrieved from <http://www.unesco.org/most/dslaniel.htm>
- Lombroso, C., and Ferrero, G. (1895). *The female offender*. New York: D. Appleton and Company.
- Malaguti Batista, V. (2001). O tribunal de drogas e o tigre de papel. *Revista de Estudos Criminais*, 1(4), 108-113.
- Misse, M. (2007). Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, 21(61), 139-157.
- Moki, M. P. (2005). *Representações sociais do trabalho carcerário feminino* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Perez, P., et Laniel, L. (2004). Croissance et ... croissance de l' économie du "cannabis" en Afrique subsaharienne (1980-2000). *Hérodote*, 1(112), 122-138. <https://doi.org/10.3917/her.112.0122>
- Sánchez, M. N. (2004). La mujer en la teoría criminológica. *Revista La Ventana*, 2(20), 240-266.
- Schwartz, J., and Steffensmeier, D. (2004). Contemporary explanations of women's crime. In *The criminal justice system and women. Offenders, prisoners, and workers*. New York: McGraw-Hill.
- Scott, P. (2009). *Negociações e resistências. Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Simon, R. J. (1976). American women and crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 423, 31-46. Retrieved from: <http://www.jstor.org/stable/1041421>
- Simpson, S. S. (1989). Feminist theory, crime, and justice. In C. B. Traub, S. H.; Litle (Ed.), *Theories of desviance* (pp. 673-700). F. E. Peacock Publishers, Inc.
- Soares, B. M., and Ilgenfritz, I. (2002). *Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Souza, K. O. J. (2009). A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. *Revista Psicologia em Estudo*, 14(4), 649-657.
- Steffensmeier, D., and Allan, E. (1996). Gender and crime: Toward a gendered theory of female offending. *Annual Review of Sociology*, 22, 459-487. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2083439>
- Thomas, W. I. (1897). On a difference in the metabolism of the sexes. *American Journal of Sociology*, 3, 31-63. Retrieved from http://www.brocku.ca/MeadProject/Thomas/Thomas_1897.html

- United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC (2014). *World drug report 2014*. New York: United Nations publication.
- United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC (2015). *World drug report 2015*. New York: United Nations Publication.
- United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC (2016). *World drug report 2016*. New York: United Nations Publication.
- Walklate, S. L. (2004). *Gender, crime and criminal justice*. Willan Publishing.

Acknowledgements

This article is dedicated to the memory of Jorge Atilio Silva Iulianelli, a pioneer in studies on illicit plantations in Brazil.

Paulo Cesar Pontes Fraga. Holds a Ph.D in Sociology from University of São Paulo (USP) and is associate professor at Social Science Department, Human Sciences Institute from Federal University of Juiz de Fora.

Joyce Keli do Nascimento Silva. Bachelor of Laws, Specialist in Criminal Sciences, holds a Master degree in Social Sciences and attends a Ph.D in the Postgraduate Program in Social Sciences in the Human Sciences Institute from Federal University of Juiz de Fora.

Data de submissão: 26/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017

REFLEXÕES
REFLECTIONS

PROCESSOS DE CONFRONTO O caso Correia da Serra¹

CONFRONTATIONAL PROCESSES The case of Correia da Serra

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Observatório das Actividades Culturais (extinto) & Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
Av. Prof. Aníbal Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. E-mail: mlimasantos@sapo.pt

Resumo: O presente texto enquadra-se num trabalho de análise de situações de confronto biográfico que realçam quer os desafios, riscos, ameaças e tensões de mudança implicadas no confronto, quer, por outro lado, as posições e disposições do próprio sujeito envolvido. Os três casos anteriormente estudados partem de fontes bem diferentes: um texto diarístico (“Diário de William Beckford em Portugal e Espanha”); um texto memorialista (“Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna”) e um texto ficcional (“Os Maias” de Eça de Queirós).

Neste artigo, a fonte principal consiste nas epístolas relacionadas com a estadia de Correia da Serra nos Estados Unidos, onde se relacionou, enquanto embaixador de Portugal, com as figuras cimeiras desse emergente país.

Como corolário, desenvolve-se um modelo de análise das situações de confronto no percurso biográfico, acentuando obstáculos, riscos e ameaças, bem como as formas de expressão e de luta desenvolvidas pelo sujeito em apreço.

Palavras-chave: Confronto, Biografia, Sujeito.

Abstract: The present text fits in an analysis based on situations of biographical confrontation that highlight both the challenges, risks, threats and tensions of change implied, and, on the other hand, the positions and dispositions of the subject involved. The first three cases came from very different sources: a daily text (“William Beckford’s Diary in Portugal and Spain”); a memorialist text (“Marquis de Fronteira and d’Alorna Memoirs”) and a fictional text (“The Maias” of Eça de Queirós).

This article, which main source consisting of epistles related to Correia da Serra in the United States, is a reference for his action as ambassador of Portugal, dealing with the prominent figures of that emerging country.

As a corollary, a model of analysis of situations of confrontation is developed through a biographical path, accentuating obstacles, risks and threats, as well as forms of expression and struggle developed by the subject in question.

Keywords: Confrontation, Biography, Subject.

Resumé: Ce texte fait partie d’un travail d’analyse de situations conflictuelles biographiques qui mettent en évidence, d’une part, les défis, les risques, les menaces et les tensions impliquées dans l’évolution de la confrontation, et, d’autre part, les positions et les dispositions du sujet concerné. Les trois cas antérieurs sont exposés à partir de sources très différentes: un texte autobiographique (“Journal de William Beckford au Portugal et en Espagne”); un texte mémorialiste (“Marquis de Fronteira et d’Alorna souvenirs”) et un texte de fiction (“Maias” de Eça de Queirós).

Dans cet article, la source principale se compose des lettres liées au séjour Correia da Serra aux

États-Unis, où il se rencontre, comme ambassadeur au Portugal, avec les personnalités de ce pays émergent. En corollaire, l'article développe un modèle d'analyse des situations conflictuelles dans le chemin biographique, mettant l'accent sur les obstacles, les risques et menaces, ainsi que sur des formes d'expression et de lutte développées par le sujet.

Mots-clés: Confrontation, Biographie, Sujet.

Para um modelo de análise

Num determinado tempo e lugar, uma determinada pessoa pode ter de passar por um processo de confronto com situações marcadamente novas e difíceis que lhe aparecem como decisivas na sua vida — para além das particularidades de cada caso, a análise da configuração e do desenvolvimento desse processo de confronto poderá ser feita através da aplicação de um modelo de que aqui pretendo apresentar algumas componentes.

Na origem desta pretensão estão três trabalhos que reuni e publiquei recentemente num livro (Santos, 2014) em que analiso o modo como se desenvolveu, para cada um dos casos estudados — “Ostracismo, mudança e paixão” — o respectivo processo de confronto. Embora estes ensaios tivessem sido produzidos independentemente uns dos outros, ao decidir reuni-los num só livro, abri-o com um prefácio onde alertei o leitor para os seus aspectos comuns.

Depois disso pareceu-me que valeria a pena voltar a pensar no que se me apresentara como transversal e regular no desenvolvimento dos três diferentes casos e tentar retomar o esboço de um modelo de análise já avançado nos “Ensaio”, mas ainda pouco explorado em termos de poder, eventualmente, ser transposto de forma mais sistemática para o estudo de outros casos que correspondam a um processo de natureza idêntica.

É esse o objectivo do presente texto que integra duas partes: uma 1.^a em que passarei em revista determinados aspectos dos três referidos casos capazes de elucidar a pretendida proposta para um modelo de análise do processo em causa e uma 2.^a em que apresentarei um exercício de aplicação dessa proposta a um novo caso específico.

Mas convém avançar desde já uma indicação preliminar sobre a natureza do que aqui se entende como confronto. Trata-se de um processo que surge e se desenvolve num determinado contexto, em torno de uma determinada problemática nuclear (“Ostracismo, mudança e paixão” para os casos estudados nos “Ensaio”), podendo assumir um maior ou menor grau de frontalidade, de consciencialização e de violência conforme sejam, por um lado, os desafios, riscos, ameaças e tensões de mudança implicadas no confronto, e conforme sejam, por outro lado, as posições e disposições do próprio sujeito envolvido no dito processo. De qualquer

modo, este exige que o sujeito em causa enfrente situações com forte incidência sobre o decurso da sua vida habitual, face às quais poderá ter necessidade de fazer importantes alterações nas suas actividades, nas suas relações com os outros, nas suas estratégias ou até mesmo na sua visão do mundo, sendo que o processo tanto pode prolongar-se por um período considerável na trajectória de vida do sujeito como ter um desfecho relativamente rápido.

A passagem à primeira parte deste texto, acima enunciada, ao revisitar os casos já estudados poderá ajudar a ter uma melhor percepção da natureza de um processo deste tipo e, conseqüentemente, dos procedimentos a utilizar para configurar um modelo de análise do mesmo.

Farei, assim, um rápido balanço dos três casos reunidos no citado livro dos “Ensaaios”, partindo da ideia básica de que o processo de confronto eclode e desenvolve-se face a situações todas elas diferentes, mas todas com a comum qualidade de serem factor de significativas perturbações e alterações na vida dos sujeitos nele implicados. Importará, a partir deste balanço, destacar as regularidades que se detectam ao longo do evoluir do processo.

No primeiro caso (“Ostracismo e errância — O caso William Beckford”), trata-se do confronto com uma situação de exclusão social a que fica exposto um jovem inglês do séc. XVIII, milionário e aristocrata, depois de ter sido publicitada na imprensa de Londres a sua condição de homossexual (o estudo do processo só abrange o período da sua estadia em Lisboa e da sua tentativa, frustrada, de integração na corte portuguesa). No segundo caso (“Mudança, imobilismo e tensão — O caso Fronteira”), o confronto é com sucessivas situações de mudança num contexto de grande agitação na sociedade portuguesa da primeira metade do séc. XIX e o sujeito implicado é um membro da grande aristocracia tradicional, que virá a combater nas fileiras liberais e a ser exilado (neste confronto o processo projecta-se num largo período, das invasões francesas até ao termo das lutas liberais). No terceiro caso (“Anatomia de uma paixão — O caso Carlos/Maria Eduarda em ‘Os Maias’”), o confronto desdobra-se face a duas situações excessivas — uma de envolvimento numa desmesurada paixão que decorre no ambiente da “alta sociedade lisboeta”, no terceiro quartel do séc. XIX, e outra de anulação desse envolvimento uma vez descoberto o incesto que o estigmatiza.

O facto dos materiais utilizados como base de trabalho para os “Ensaaios” serem de natureza diferente — um texto diário (“Diário de William Beckford em Portugal e Espanha”) e um texto memorialista (“Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna”), no primeiro e segundo caso, e um texto ficcional no terceiro (“Os Maias”) — não impediu que pudesse usá-los com o mesmo objectivo de caracterização de um processo de confronto, na medida em que qualquer deles me

permitiu dispor de narrativas minuciosas dos modos pelos quais diferentes sujeitos experienciaram processos desse tipo em diferentes casos. Como deixei explicitado nos “Ensaio” (no Prefácio e nas Breves Considerações Finais), em qualquer dos três estudos há uma “personagem narradora” (sujeito real nos dois primeiros casos, sujeito ficcional no último) que recria ou cria a narrativa de que me servi para recriar/construir a minha própria “narrativa” de investigação sobre o que aqui designo como um processo de confronto.

Para já, faço notar que na abordagem dos diferentes casos dos “Ensaio” privilegiei três linhas de análise: a. articulação entre o nível da história pessoal e o da história colectiva; b. caracterização dinâmica e longitudinal do confronto em curso; c. identificação das estratégias e contra-estratégias convocadas pelo sujeito no quadro do processo.

Neste sentido, verificam-se, logo à partida, duas regularidades: uma comum perspectiva que orienta a abordagem dos três diferentes casos e um comum objecto de análise (o processo de confronto). Mas, ao longo do estudo destes casos, vão podendo ser encontradas outras regularidades ou aspectos transversais para lá das especificidades de cada um deles.

Assim, com vista a identificar e sistematizar essas outras regularidades passíveis de integrar a minha proposta para o pretendido modelo analítico, um primeiro aspecto a tomar em conta tem a ver com o evoluir do processo ao longo da sua duração. Dada a dificuldade de se poder demarcar o preciso início e termo de um processo deste tipo, estabeleci o tempo de duração em função de critérios tais como o período contemplado no próprio texto que utilizei no primeiro caso (os sete meses da estadia em Portugal descritos no “Diário de William Beckford”) ou o longo período que eu própria privilegiei como particularmente pertinente para o estudo do segundo caso (os cerca de trinta anos abarcados nos 4 primeiros tomos das “Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna”) ou ainda o período atribuído ao processo pelo próprio narrador no terceiro caso (os aproximadamente dois anos do caso Carlos/Maria Eduarda em “Os Maias”). Enfim, sabemos que Beckford, antes e depois daquele período de sete meses, não estava nem viria a estar alheio a ambíguas situações de exclusão semelhantes às que integram o dito período, que Fronteira, por sua vez, não fecharia o seu confronto entre o “Portugal velho” e o “Portugal novo” imediatamente a seguir à vitória liberal e que Carlos já antes (e depois) do seu caso com Maria Eduarda se defrontava com uma sociedade portuguesa a que não se sentia pertencer. Com efeito, qualquer dos sujeitos dos três casos — nenhum deles um revolucionário, mas também nenhum deles um reaccionário — atravessou o que poderíamos designar um “difuso processo de confronto” a montante e a jusante do período que escolhi como o mais relevante em cada caso,

demarcando-lhe assim um início e um termo (privilégio de investigação que, mesmo explicitado, não deixa de ser discutível...).

Mas mais importante do que procurar delimitar rigorosamente o tempo de duração do confronto é procurar conhecer as suas sucessivas fases, na sequência das quais, aliás, melhor se entenderá o tipo de desfecho para que tende o processo estudado: a. superação do confronto (caso de Fronteira — regresso a Portugal culminando com a vitória do exército liberal onde estava incorporado); b. impossibilidade de superação (caso de Carlos/Maria Eduarda — separação trágica dos amantes por ter sobrevivido uma situação inultrapassável); c. suspensão do confronto (caso de Beckford — saída de Portugal sem ter sido ultrapassada a sua condição de excluído da Corte).

De qualquer modo, em cada caso e ao longo do devir do processo, tive como constante a necessidade de identificar as situações que se vão sucedendo, os contextos sociais em que se vão verificando e as formas por que se vão manifestando os respectivos sujeitos — preocupação que, aliás, corresponde às três linhas de abordagem, já acima referidas, que privilegiei nos estudos dos “Ensaio” e que tenho por constitutivas do modelo de análise a propor.

Todavia, sendo diferentes nos três casos as situações, os contextos, os comportamentos e o próprio fulcro do confronto (“Ostracismo” no caso Beckford; “Mudança” no caso Fronteira; “Paixão” no caso Carlos/Maria Eduarda), há que avançar para lá da grande generalidade daquelas linhas e identificar concretamente algumas outras regularidades entre as diferenças.

Antes de mais, e ainda em termos do devir do processo, as fases que distingui são muito mais alargadas no caso Fronteira, até pela longa duração que o mesmo abrange, além de apresentarem uma muito mais desenvolvida análise do contexto e da articulação entre história pessoal e história colectiva, facultada pela densa informação fornecida pelo material-base utilizado no estudo. Assim sendo, dividi o percurso deste processo em dois longos períodos — I. Aprendizagens de um Grande do Reino (onde distingui: 1. os aprendizados de natureza escolar e de recreação e 2. o início da carreira militar); II. Entre lutas e exílios (onde distingui: 1. as vivências ligadas ao primeiro exílio e 2. ao segundo exílio). Passando ao devir menos longo do caso Beckford, preferi fazer uma cronologia do processo de confronto passo a passo (a partir das notas diárias sobre as sucessivas iniciativas e contra-iniciativas visando possibilitar, ou não, a sua apresentação a D. Maria I) e desenvolvi a análise da relação entre a história pessoal e o contexto de um modo não tão estritamente ligado a um faseamento do confronto. Por sua vez, no caso Carlos/Maria Eduarda, o devir do processo é sistematicamente analisado de acordo com um esquema em que distingo claramente as seguintes componentes: a. os

sucessivos momentos no decurso do processo; b. os eixos de análise considerados relevantes para a sua caracterização; c. os elementos de contextualização que os enquadram. Dentro deste esquema, vou abordando cada um dos momentos (distingui seis: 1. Enamoramento. 2. Expansão da paixão. 3. Ameaça de ruptura e triunfo da paixão. 4. Reafirmação e “normalização” da paixão. 5. Revelação brutal e catástrofe. 6. Fecho do processo.) segundo os vários eixos de análise (considereei quatro: 1. Situações específicas ao longo do processo. 2. Formas de expressão da paixão. 3. Obstáculos, riscos e meios de superação. 4. Estratégias para uma estabilização da paixão.) e segundo o respectivo enquadramento social (características da sociedade lisboeta nos finais do séc. XIX). Na verdade, mesmo sem se ter lido os “Ensaio”, não será difícil ver que, para lá das “variações” entre eles, há uma mesma perspectiva subjacente ao tratamento dos três casos que sempre contempla a configuração do processo ao longo do seu devir e analisa as acções e representações dos sujeitos nessas diferentes fases, procurando identificar as várias estratégias que desenvolvem para se defrontar com mudanças tidas como decisivas na sua vida e procurando relacionar a dinâmica do processo com a dos contextos em que decorre. No entanto, esta abordagem é feita de um modo mais sistemático e estruturado no último caso; por isso mesmo, julgo que ele melhor poderá servir para responder à questão acima colocada no sentido de elencar componentes comuns passíveis de conduzir a um pretendido modelo de análise.

Assim, remetendo para as componentes atrás enunciadas relativamente ao terceiro caso (momentos, eixos de análise e elementos de contextualização), considero-as não só como utilizáveis, mas até necessárias no estudo de diferentes casos de um processo de confronto, estando o seu uso naturalmente condicionado pela especificidade de cada caso e pelas próprias características do material-base disponível. Aliás, a respeito desta última condicionante, julgo oportuno deter-me um pouco mais sobre um dos eixos de análise já acima referidos para o mesmo terceiro caso, uma vez que pode constituir um bom exemplo da maior sistematização para que, neste mesmo caso, foi possível avançar. Trata-se do referido eixo “2. Formas de expressão”, o qual, como escrevi no ensaio em causa, abrange

Uma grande variedade de manifestações, mais ou menos deliberadas, mais ou menos conscientes, tendo por sujeito o(a) apaixonado(a) e dando conta das suas ideias, emoções e acções que ocorrem associadas às situações elencadas no anterior eixo de análise [‘1. Situações específicas ao longo do processo’]. (Santos, 2014, p. 139)

Nesta análise foi possível construir vários “núcleos expressivos” (episódio fundador; figura da eleita; tensão real/imaginário; estado de êxtase; estado de auto-recriminação; estado de bem-aventurança; estado de culpa sem remissão;

silenciamento e apagamento), procedimento que nos outros casos não foi viável levar a cabo dadas as próprias características (e limitações) da informação fornecida pelo material-base. Trata-se, assim, de um entre os vários motivos que podem condicionar a aplicação de um modelo, exigindo a flexibilização ou alteração de alguma das suas componentes.

Voltando a considerar os aspectos transversais aos diferentes casos, é de notar uma recorrência de descontinuidade no devir do processo, sendo que a sequência dos diferentes comportamentos de afirmação ou de negação, de ambivalência ou de adequação que o sujeito vai protagonizando ao longo do confronto, não corresponde a um desenvolvimento linear. Recordo aqui as sucessivas alternâncias na expressão de confiança/ desconfiança de Beckford quanto à possibilidade de ser admitido na Corte; de Fronteira quanto à possibilidade de resistir às prisões, aos exílios, às batalhas; de Carlos quanto à possibilidade de se fazer amar por Maria Eduarda, de superar mentiras e calúnias ou ainda de afrontar o incesto. Também não surpreende que essas descontinuidades nas formas de expressão dos comportamentos de cada sujeito apareçam, em regra, associadas a determinados incidentes externos que vão ocorrendo no decurso do processo (por exemplo, expressões de desconfiança ou desânimo quando se intensificam as intrigas dos cortesãos portugueses apoiantes do embaixador inglês que bloqueia a admissão de Beckford, fazendo-o querer suspender as suas estratégias para ficar em Portugal; quando se tornam bem claras as ameaças de morte a Fronteira, um Grande do Reino, obrigando-o a interromper as suas actividades de militar anti-miguelista e a fugir do país; quando surge o escandaloso pasquim sobre Carlos e Maria Eduarda, levando-o a querer terminar a sua relação com ela; etc., etc.). Neste ponto, julgo que se impõe passar à segunda parte, ou seja, à aplicação do modelo de análise que proponho para processos de confronto (de acordo com a definição de “confronto” inicialmente avançada), tendo como alvo um novo caso.

O caso Correia da Serra – Confronto com um novo mundo

Em termos de consideração prévia, avanço desde já o elenco de um conjunto de operações que julgo indispensável accionar para que o pretendido modelo de análise seja viável:

- a. Ponderação do material-base a ser usado para o estudo em causa — material que, logo à partida, condicionará a informação sobre o devir do processo e a quantidade e qualidade dos dados que sobre ele fornece.

- b. Identificação da problemática central do confronto — elemento fulcral e sobre-determinante da análise.
- c. Articulação entre a história pessoal do sujeito envolvido no confronto e o contexto histórico em que este decorre — indispensável para o entendimento das sucessivas situações específicas de cada caso.
- d. Detecção das principais tensões/obstáculos com que o sujeito se defronta ao longo do processo e das estratégias que convoca no sentido de as superar.
- e. Caracterização das redes de relações (as hostis e as favoráveis) em que o sujeito se vai movendo. Demarcação das descontinuidades que atravessam o processo.
- f. Avaliação do tipo de desfecho do confronto face ao respectivo devir — consequência das anteriores operações através das quais se foi restituindo a configuração do processo.

Uma vez levadas a cabo as operações a. e b., é necessário, nas que se seguem, adotar uma abordagem que integre as componentes do modelo, o que implica distinguir os vários momentos do devir do confronto e considerá-los à luz dos eixos de análise tidos como mais pertinentes, nomeadamente: as situações relevantes por que o sujeito vai passando ao longo do processo em causa, a nível tanto do contexto pessoal como do colectivo; os obstáculos, riscos e ameaças com que se vai defrontando; as estratégias que vai adoptando para superar dificuldades e tensões e as formas de expressão por que essas estratégias se vão manifestando — isto sem perder de vista o desenvolvimento da relação entre os diferentes eixos no decurso do confronto. Quanto à operação referida na alínea g., ela pode funcionar como complemento para a análise do caso na medida em que permite associar determinado fecho de um devir a determinados contextos e actuações que se foram verificando ao longo do processo.

Entremos, então, na abordagem do novo caso, para o que se pressupõe o accionamento das operações acima elencadas.

Preâmbulo

O Abade Correia da Serra não é propriamente uma das figuras mais estudadas ou sequer mais referidas por quem faz pesquisa sobre o séc. XIX. Curiosamente, Onésimo Teotónio Almeida, ao apresentar recentemente um trabalho de Richard Beale Davis relativo ao Abade, declara que

Do Abade Correia da Serra confesso que lhe fixei apenas o nome na minha 4.^a classe quando nos faziam decorar a história de Portugal (...) O Abade tinha, com o duque de Lafões, fundado a Academia das Ciências. Nem eu sabia o que era uma Academia e

muito menos o que eram ciências. Mas registei-lhe o nome e ele veio comigo na bagagem trazida de Portugal, sem pesar nada porque não o trazia sequer no consciente (...). (Davis, 2012, p. 9)

Muitos de nós que ainda aprendemos assim a História de Portugal também registámos apenas assim o nome de Correia da Serra.

Aconteceu inesperadamente a Onésimo Teotónio Almeida deparar-se com o citado trabalho sobre o dito Abade que entre 1812 e 1820 vivera nos Estados Unidos e estivera em Washington onde cerca de 150 anos depois o mesmo Onésimo se encontrava sem nunca ter sabido daquela estadia. Começou a interessar-se pela figura e depois de vários contactos e diligências encontramos-lo a prefaciá-la a edição portuguesa do livro de Beale Davis a que acrescentou um Posfácio de Léon Bourdon, autor também de um outro estudo sobre Correia da Serra, publicado vinte anos depois daquele.

Aconteceu-me também inesperadamente deparar há pouco tempo com esse mesmo livro de Davis (2012), editado pelo ICS-UL que foi meu lugar de pertença profissional. Vi que integrava uma colecção de cartas de Correia da Serra e, com o meu habitual interesse pela escrita de registo pessoal do género memorialista, diário ou epistolar, iniciei a leitura com a curiosidade aguçada pela promissora descoberta desta figura de que, finalmente, iria saber muito mais do que o facto de ter fundado a Academia de Ciências com o duque de Lafões. E, à medida que ia lendo, foi-me ocorrendo a ideia de que a ida e estadia de Correia da Serra para os Estados Unidos poderia servir-me para construir um novo caso ilustrativo de um processo de confronto.

Nos finais do séc. XVIII, princípios do séc. XIX, a América ou melhor os Estados Unidos representavam para alguns europeus um novo mundo em que projectavam os seus desejos de mudança e de liberdade. Correia da Serra era um deles.

Nasceu em 1751 numa família de ideias liberais obrigada a exilar-se cinco anos depois para fugir à perseguição do Santo Ofício, ao que parece desagradado com as investigações científicas do pai de Correia da Serra (médico, advogado e cientista). Cresceu em Nápoles onde estudou (o botânico Verney e o filósofo Genovesi foram seus mestres); foi depois ordenado presbítero em Roma, em 1775, e formou-se em Direito Civil e Canónico em 1777. Regressou finalmente a Portugal no ano seguinte, aos 27 anos, na companhia do duque de Lafões que conhecera naquela cidade quando este aí se instalara num prudente exílio voluntário. Correia da Serra (CS) manter-se-ia em Portugal até aos 44 anos, período em que desenvolveu a sua reconhecida actividade como secretário da Academia das Ciências de Lisboa que ajudara a fundar com o Duque de Lafões. Como acontecera com seu pai, também ele foi alvo de perseguição pelo Santo Ofício e teria de interromper o

trabalho científico a que se vinha dedicando e fugir para Londres, em 1795, aí continuando as suas investigações e participando nos estudos e publicações da Royal Society. O reconhecimento da importância desta actividade científica de CS valeu-lhe ser nomeado conselheiro e agente dos negócios de Portugal em Londres, graças a alguns amigos influentes que, apesar de tudo, mantinha no seu país. Ironicamente, depois desta lisonjeira nomeação, com a chegada de um novo embaixador de Portugal em Londres, CS teria, uma vez mais, de defrontar-se com nova perseguição — esse embaixador era precisamente da família do Grande Inquisidor, o que faria o Abade dizer a um seu amigo inglês: “não há mais infeliz fatalidade do que, depois de estar seis anos fora de Portugal, em paz, cair novamente nas garras da mesma família que me obrigou a sair do meu país, depois de me terem levado à loucura e à insanidade.” (Correia da Serra, carta para Edward Smith, 1801, citado em Davis, 2012, p.46). O dito embaixador, que vinha procurando arruinar a reputação de CS, recusou aceitar a sua demissão, o que levou este a enviá-la directamente para Portugal, seguindo para Paris em 1801. Aqui voltaria a publicar vários trabalhos e a contactar com muitos cientistas de nomeada, tanto franceses como de diversos países, estabelecendo uma importante rede de relações académicas internacionais.

Em 1812, com 61 anos, parte finalmente para os Estados Unidos, viagem que já intentava fazer em 1808 — à decisão não terá sido alheia uma nova situação de perseguição política devido às suas orientações liberais em tempo do domínio imperial de Napoleão que ordenou a sua expulsão de França. Iria permanecer nesse novo mundo até 1820, vivendo em “estado de graça” até 1816 quando, já no cargo de ministro plenipotenciário de Portugal para os Estados Unidos América (nomeado nesse mesmo ano por D. João VI), teve de enfrentar uma outra situação também ameaçadora embora de uma natureza diferente das anteriores. Competia-lhe desta vez impedir que os navios portugueses fossem atacados, apresados, espoliados da sua carga e vendidos nos portos dos Estados Unidos, permanecendo os assaltantes quase sempre incólumes — nesta nova confrontação CS teve de lutar face a duas frentes, a dos assaltantes e a do governo dos Estados Unidos. A sua luta ficaria suspensa quando D. João VI teve de deixar o Brasil e voltar para Portugal a seguir à revolução de 1820 e este seu ministro plenipotenciário deixou de ter a possibilidade de ir para o Brasil como esperava e regressou a Lisboa onde morreria em 1823.²

De acordo com esta breve resenha, poder-se-á dizer que CS se deparou, ao longo da sua vida, com cinco processos de confronto ou pelo menos com quatro, não incluindo a primeira fuga quando aos seis anos teve de ir para a Itália com os seus pais. Sucedem-se, assim, os seguintes confrontos: 1. confronto com a perseguição movida pelo Santo Ofício e fuga de Lisboa para Londres em 1795; 2. confronto com a perseguição movida pelo embaixador de Portugal em Londres e mudança

para Paris em 1801; 3. confronto com a perseguição sob o regime napoleónico e saída para os Estados Unidos em 1812; 4. confronto com este novo mundo (e particularmente com o que respeita à referida questão do apresamento dos navios portugueses) e regresso a Lisboa em 1821.

É este quarto confronto que aqui irei tomar com objecto de análise, visando uma aplicação da proposta de modelo que inicialmente avancei. Escolhi-o fundamentalmente porque, ao contrário do que acontece em relação aos outros confrontos anteriores com que CS se deparou, disponho, no caso deste, de cerca de oitenta cartas (apresentadas no acima citado livro de Davis (2012)) que me fornecem o material-base para poder construir o processo em causa, utilizando uma narrativa epistolar, género próximo da narrativa autobiográfica que tenho tido como material privilegiado para a análise deste tipo de processos.

Há, no entanto, uma reserva a fazer: o referido conjunto de cartas é predominantemente caracterizado por narrativas onde é raro o tom intimista e onde, pelo contrário, são frequentes as mensagens de natureza prática. CS não estava propriamente interessado em fazer literatura epistolar e raramente se detinha a explorar os seus “estados de alma” mesmo nas cartas enviadas aos amigos mais chegados. Assim sendo, é possível, contudo, identificar nessas numerosas cartas uma diversidade de assuntos que não dão conta apenas de situações factuais (marcação de visitas, envio e recepção de encomendas, troca de notícias sucintas sobre ocorrências várias, etc.) mas também de situações que, directa ou indirectamente, remetem para o modo como CS vivia no seu novo mundo e vivia o seu novo mundo (actividades a que se dedicava, acontecimentos que captavam a sua atenção, reflexões que desenvolvia acerca de questões científicas, culturais e políticas, apreciações sobre comportamentos de algumas das pessoas com que contactava, problemas com que se defrontava, formas como os procurava resolver e até uma ou outra observação confidencial a quem lhe merecia maior confiança).

O período que considero para o caso CS corresponde ao de toda a sua estadia nos Estados Unidos, onde distingui dois momentos: I. Os tempos felizes de demanda (1812 a 1816) e II. Os tempos decepcionantes de luta (1816 a 1820), este segundo momento abrangendo o período de conflito agudo à volta do apresamento dos barcos portugueses a que acima aludi. Para ambos os momentos irei explorar os eixos de análise já atrás enunciados: A. Situações relevantes; B. Obstáculos, riscos e ameaças; C. Estratégias e formas de expressão.

I. Os tempos felizes de demanda

A. Situações relevantes

Este primeiro momento é atravessado por quatro tipos principais de situações relevantes vivenciadas por CS (passíveis de ser captadas através das referidas cartas) que remetem para: 1. Relacionamentos com diversas personalidades; 2. Viagens pelos Estados Unidos; 3. Intervenção e aconselhamento no domínio do ensino nos Estados Unidos; 4. Considerações de natureza política.

Passo a analisar os modos como se configuram.

1. Relacionamentos com diversas personalidades

Era decerto elevada a capacidade de CS para se relacionar e fazer amigos como o atesta não só o elevado número de destinatários das cartas de CS, mas também a grande frequência da sua correspondência com muitos deles (particularmente com Thomas Jefferson, então ex-Presidente dos E.U. e com Francis Walker Guilmer, jurista e estudioso de botânica sediado em Filadélfia, ambos figurando com grande destaque tanto no primeiro como no segundo momento do processo em causa).

No conjunto das cartas publicadas no trabalho de Davis (2012) aparecem algumas que foram enviadas a CS por alguns dos seus destinatários e que constituem, também elas, uma fonte de informação sobre este, ao mesmo tempo que possibilitam um melhor conhecimento sobre a natureza da rede de relações que foi tecendo após a sua chegada. Entre as missivas que logo surgem após essa chegada contam-se, como era de esperar, as que cumprem fundamentalmente propósitos de apresentação e preparação de primeiros contactos — CS levou consigo cartas de apresentação de amigos cientistas europeus (e também de alguns diplomatas) que, por sua vez, tinham amigos no meio científico e cultural dos E.U. aos quais recomendaram o ilustre recém-chegado que rapidamente foi acolhido nesse meio e alvo de um entusiástico reconhecimento.

CS instalou-se em Filadélfia onde residiria na maior parte dos seus “tempos felizes de demanda” deste 1.º momento, embora passasse alguns breves períodos noutras cidades (Boston, Lexington, Chambersburgh, Winchester, Charlottesville e Washington), quase sempre nas pausas entre as suas alargadas deambulações pelos E.U. Mas Filadélfia, importante centro para onde convergiam muitos dos emigrantes qualificados que vinham da Europa, era para CS a cidade de eleição a respeito da qual disse a um novo amigo que “não há um local, excepto Paris, que seja mais do meu agrado do que a sua acolhedora cidade.” (Wistar, carta, 27 setembro, 1813, citado em Davis, 2012, p. 134). Este Wistar foi um dos muitos elementos

do meio científico e cultural de Filadélfia com que CS cedo se relacionou – botânico, futuro professor de anatomia na Universidade da Pensilvânia (a cumulatividade de interesses científicos em áreas diferentes era comum no campo acadêmico de então) e membro da American Philosophical Society (APS) para a qual, aliás, CS foi convidado a entrar logo após a sua chegada, acrescentando assim uma sociedade americana à lista das principais sociedades científicas europeias a que já pertencia.

Esta sociedade funcionaria como o centro donde irradiou a maior parte dos contactos que foram integrando a rede de relações em que CS se movimentou durante a sua estadia nos E.U. (muitos desses contactos prolongar-se-iam pelo 2.º momento) e também como centro onde se radicou muita da sua actividade científica, quer em termos de apresentação de resultados das suas excursões de pesquisa, quer em termos de trabalho docente, conforme adiante se verá. Nos começos da estadia de CS, a APS era ainda dirigida por Thomas Jefferson (presidente dos E.U. de 1801 a 1809) ao que parece a primeira grande figura americana a quem CS escreveu.

A correspondência entre os dois iniciou-se precisamente com uma das tais cartas de apresentação e preparação de primeiros contactos:

Quando deixei a Europa há dois meses, vários dos seus correspondentes e amigos naquela parte do mundo [Jefferson tinha sido ministro da América em França em 1785], favoreceram-me com cartas de recomendação para si, sabendo quão ardentemente desejava ter a honra de o conhecer. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 6 março, 1812, citado em Davis, 2012, p. 125)

Jefferson respondeu, dando-lhe conta, por sua vez, da vontade de também o conhecer:

Se a sua curiosidade o levava visitar esta parte dos EUA [Monticello onde Jefferson habitualmente residia], como a sua carta me dá motivo para esperar, ficarei muito feliz em recebê-lo em Monticello para lhe expressar pessoalmente o meu grande respeito e receber de si mesmo directamente as cartas dos meus amigos do outro lado do oceano [eram as cartas de recomendação enviadas por Lafayette, Du Pont, Thouin e Humboldt], dando-me o prazer de o conhecer. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 17 abril, 1812, citado em Davis, 2012, p. 126)

O encontro dos dois e começo da, porventura, maior amizade de CS no seu novo mundo teve lugar somente no ano seguinte devido às longas viagens de CS pelos E.U. Comentários de Jefferson sobre CS – “o maior devorador da ciência em livros, homens e coisas que eu já alguma vez conheci e com um carácter o mais amável e cativante” (Jefferson, carta para Correia da Serra, 17 agosto, 1813, citado em Davis, 2012, p. 61) e de CS sobre aquele numa conversa com um outro amigo (Biddle,

advogado e editor de um jornal literário de Filadélfia que, anos atrás tinha trabalhado com Jefferson na legação de Paris)³ mostram como cada um deles admirou o outro e como essa recíproca admiração se repercutiu vantajosamente sobre a reputação de ambos.

Embora não houvesse então meios capazes de permitir uma rápida troca de cartas e as frequentes e não raras erráticas viagens de CS também não concorressem para a facilitar, mesmo assim este conseguiria marcar vários encontros, designadamente para passar algumas temporadas na casa de Jefferson onde acabou por ter o seu quarto. Também convivia regularmente com outros amigos de Filadélfia, sobretudo os já referidos Wistar e Biddle bem como Vaughan, bibliotecário da APS e homem de negócios (enquanto tal trataria dos negócios de CS) e o jovem Guilmer, estudioso de botânica e de direito, grande admirador de CS e seu protegido. Para além do convívio com os novos amigos, CS também participava frequentemente nas sessões da APS — movia-se, assim, numa rede de relações benéficas em termos dos seus interesses científicos e culturais e das suas necessidades de apoio no novo mundo e, ao mesmo tempo, benéficas em termos do acrescido prestígio que a sua presença trazia à referida instituição e aos que com ele conviviam.

Relativamente à dimensão científica e cultural dos seus relacionamentos, o conjunto de cartas deste 1.º momento mostra como CS se preocupava em ser útil aos seus pares e não se poupava a esforços para os informar sobre questões que os interessavam, quer fornecendo-lhes referências bibliográficas, quer enviando-lhes encomendas com plantas, sementes ou pedaços de minério recolhidos ao longo das suas viagens pelo território americano; pelo seu lado, recebia também esse tipo de atenções, não só dos seus amigos de Filadélfia mas igualmente de muitos cientistas com que contactou nos vários lugares dos Estados Unidos por onde viajou (também para estes relacionamentos foram muito vantajosas as suas ligações à APS cujos membros lhe davam cartas de apresentação para os colegas em lugares distantes).

Relativamente à dimensão de convivialidade, CS era, ao que parece, um conversador interessante e animado que facilmente se tornava figura central de um searã e que, inclusivamente, as mulheres ainda achavam fascinante apesar da sua avançada idade. Nem sempre, porém, lhe era agradável a hospitalidade com que era recebido e, por vezes, fora do centro cultural e cosmopolita de Filadélfia, impacientava-se com uma agitada sociabilidade mundana que não correspondia ao tipo de convívio que ele desejava e que encontrara naquela cidade emblemática da sua demanda do novo mundo. Daria conta daquela sua impaciência a um dos amigos do circuito de Filadélfia:

Que hospitalidade excessiva têm os habitantes da Carolina! Eu pretendia passar incógnito, e fazer apenas uma visita ao botânico Sr. Elliot e às plantas da região, mas ele e os Rutledges [uma grande e famosa família que incluía vários governadores estaduais] lançaram-me num turbilhão de convites para jantares, ceias, clubes, concertos, de que só no final de uma quinzena, com um forte safanão, me consegui desvencilhar e mesmo assim a sua hospitalidade perseguiu-me até às fronteiras da Carolina do Sul. (Correia da Serra, 17 dezembro, 1815, citado em Davis, 2012, p. 160)

2. Viagens pelos Estados Unidos

Se, como se viu acima, Filadélfia tem para CS um valor emblemático na sua demanda do novo mundo, ela representa a vertente urbana dessa demanda que tem necessariamente de ser complementada pela vertente “selvagem” dos territórios inexplorados que as suas alargadas e frequentes viagens lhe revelariam. É surpreendente o facto de este europeu citadino com mais de 60 anos e saúde débil se ter aventurado a fazer viagens de muitos meses por vastos espaços na maior parte dos casos carecidos de vias de comunicação minimamente razoáveis, privado de todo o conforto e sujeito a riscos e a condições de clima não raro bastante adversas.

Movê-lo-ia a curiosidade face a esses espaços ainda pouco conhecidos e a vontade de recolher dados sobretudo acerca da flora e dos minérios que aí encontrava, podendo dizer-se que as suas viagens correspondem a verdadeiras expedições de exploração científica. Nas cartas, as referências de CS às suas excursões não se detêm propriamente a descrever e comentar os encantos das paisagens (tendência que, aliás, só viria a tornar-se habitual entre os viajantes quando se tornou comum a expressão do gosto romântico pela natureza) mas mostram uma particular atenção quanto à existência de recursos naturais capazes de proporcionar uma maior riqueza para os E.U. Neste sentido, escreveu a Madison (então Presidente dos E.U.), um dos seus novos amigos também ligado à APS, advertindo-o sobre a existência de minérios de ferro, prata e chumbo nos territórios do norte da nação (territórios por onde CS viajou longamente) e lembrando-o de que “O primeiro passo a dar é explorar estas e outras coisas desconhecidas ou de existência insuspeitada.”. Na mesma carta, referindo-se ao sal, “que é na Europa uma importante fonte de receitas”, fazia uma curiosa advertência ao Presidente:

se, no Oeste, as salinas que pertencem a proprietários privados fossem propriedade da União, que grande receita já receberiam! O passado não pode ser anulado, mas os recursos para o futuro são uma imensa reserva que não pode ser alienada da mesma maneira.

E para que não fosse mal-entendido, acrescentava mais adiante:

naquilo que agora tomo a liberdade de lhe escrever espero que possa ver uma prova do verdadeiro interesse que tenho na felicidade desta nação e na prosperidade deste governo, que é na verdade algo de muito real porque nada tenho a pedir de ambas as coisas. (Correia da Serra, carta para Madison, 10 dezembro, 1814, citado em Davis, 2012, pp. 147-148)

Nem sempre viajava só, algumas vezes levava um ou dois companheiros como aconteceu numa viagem com os seus amigos Jefferson e Guilmer, os três subindo os Picos Otter metidos numa rústica carroça, “a explorar as suas encostas para assuntos que tinham a ver com botânica” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 3 outubro, 1815, citado em Davis, 2012, p. 67), conforme notícia fornecida ao irmão daquele último. Guilmer, aliás, acompanhou CS em várias viagens, entre as quais uma que fariam a seguir à referida ida aos Picos (já sem Jefferson, demasiado frágil para continuar a acompanhá-los), tendo como objectivo visitar a longínqua reserva índia dos Cherokees no Tennessee.

CS levava habitualmente várias cartas de recomendação que utilizava ao longo dos seus percursos e que, como acima ficou dito, lhe facultavam os contactos com outros cientistas — serve de ilustração uma carta de Jefferson para um seu correspondente, dizendo a respeito do seu amigo europeu:

o Senhor Correia da Serra (...) é talvez o homem mais instruído do mundo, não só em livros, mas também em homens & coisas, e o mais amigável & interessante que jamais vi. Embora nenhuma ciência lhe seja estranha, tem predilecção pela botânica. Se por acaso tiver ido ao Kentucky como a sua última carta parecia indicar, receba-o e dê-lhe toda a atenção com que os nossos irmãos do Kentucky se podem honrar. (Jefferson, carta para Samuel Brown, 28 abril, citado em Davis, 2012, p. 139)

Este tipo de cartas funcionaria também como uma espécie de salvo conduto sobretudo para as viagens aos territórios mais remotos, caso da viagem aos Cherokees em que levou uma carta do Presidente Madison para o agente do governo junto daqueles índios, um tal general Meigs que por acaso se cruzou com CS e Guilmer quando seguiam por uma deserta estrada de montanha. Como Meigs não estava disponível para os acompanhar, orientou os dois viajantes para casa do filho onde ficaram algum tempo e, de acordo com o que o general depois contou a Madison, “Monsieur De Serra esteve constantemente ocupado a examinar as produções vegetais que a natureza aqui oferece e informou o meu filho e filha sobre as qualidades de um número de plantas que eles antes desconheciam.” (Meigs, carta para Madison, 22 dezembro, citado em Davis, 2012, p. 161). CS incitaria Guilmer a ir fazendo anotações botânicas

bem como um registo de observações que depois este usou para publicar um artigo sobre *The Institutions of the Cherokee Indians* (não raro, as descobertas resultantes desta e doutras viagens eram comunicadas em sessões da APS).

As viagens de CS prolongaram-se a um ritmo intenso por todo este 1.º momento da sua estadia de tal modo que acabou por conhecer grande parte dos E.U. Esta vertente da sua demanda pelo novo mundo é animada por uma curiosidade de homem das “luzes”, particularmente interessado no valor útil da ciência para a riqueza das nações, sendo-lhe indiferente, como cidadão do mundo, se esta era ou não a sua nação. Ao mesmo tempo, através das viagens empenhava-se não só em descobrir e conhecer, mas também em dar a conhecer, formando e estimulando jovens para aprofundarem os seus conhecimentos e fazerem as suas carreiras científicas (o caso de Guilmer é exemplar a esse respeito, mas não é único).

O interesse e curiosidade de CS e os seus conhecimentos científicos, particularmente em botânica e em geologia, cumulativamente com as descobertas que foi fazendo sobre os territórios que explorou ao longo das suas muitas viagens teriam concorrido para o pedido de ajuda que Jefferson lhe fez para recuperar e compilar os diários manuscritos do capitão Clark feitos durante a expedição deste até ao Pacífico. A Louisiana tinha sido comprada pelos E.U. a Napoleão e Jefferson, então Presidente, enviara dois exploradores, Lewis e Clark, para mapear e descrever esse território; Lewis morrera pouco depois e os seus manuscritos encontravam-se na maior desordem, arrecadados na casa da viúva de um Dr. Barton, médico e naturalista, que teria tido o encargo de vir a prepará-los para publicação. CS dispôs-se a cuidar do assunto, decerto empenhado em poder reunir e conhecer todos esses documentos onde, conforme a descrição na carta que Jefferson lhe enviou, havia registos de todas as ocorrências durante a viagem, descrições de animais e plantas, glossários de palavras dos índios, um mapa em grande escala do território percorrido, etc. Nessa mesma carta, Jefferson informava CS que eram propriedade do governo todos esses manuscritos, ou seja,

os frutos desta expedição, realizada com grande gasto de dinheiro e de risco de valiosas vidas. Contêm exactamente toda a informação que era nosso objectivo obter para benefício do nosso próprio país e do mundo. A sua recuperação tornou-se agora um dever imperioso. O seu local de depósito mais seguro, assim que puderem ser reunidos, será a Philosophical Society, que sem dúvida terá a gentileza de os receber e preservar, sujeitos às ordens do governo. (...) Para si, meu amigo, é devido um pedido de desculpas por envolvê-lo no problema desta investigação. Deve ser visto no interesse que tem por tudo o que pertence à ciência, e nas suas amáveis ofertas para me ajudar nesta pesquisa. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 26 abril, 1816, citado em Davis, 2012, pp. 185-186)

CS, ele próprio já um membro da APS, seria, assim, convidado a assumir um papel importante relativamente a uma questão relevante para o futuro cultural e económico dos E.U.

3. Intervenção e aconselhamento no domínio do ensino nos Estados Unidos

Os amplos conhecimentos de CS em diversas áreas faziam dele um útil consultor, sendo frequentemente abordado para se pronunciar sobre diversos projectos, muito em particular sobre programas de ensino superior para novas escolas, caso da Universidade da Pensilvânia em que Jefferson estava muito empenhado. A este respeito há duas interessantes cartas com pareceres de CS — uma para Jefferson, na sequência de um plano que este lhe enviou, comentando a questão da existência (ou não) de estudos teológicos no programa da referida universidade, outra sem designação do destinatário (segundo R. Davis seria para um tal Rawle, um outro membro da APS, empenhado, ao que parece, nos trabalhos da mesma universidade), comentando as possíveis matérias a serem tratadas em determinadas cadeiras.

Na carta para Jefferson, as observações de CS mostram-no bem independente do seu estatuto de Abade, ao avançar as razões por que, apesar de tudo, defendia a inclusão de um departamento de teologia,

convencido como estou de que superstição e religião, na maior parte da humanidade, deverão sempre existir, sendo este o resultado natural da proporção desigual com que as diferentes faculdades mentais estão geralmente associadas na natureza humana. Faz mais sentido neutralizá-las do que deixá-las sozinhas a funcionar de acordo com a sua natureza cáustica. O Senhor [Jefferson] tem feito muito na América para as neutralizar, retirando-lhes qualquer ajuda do governo e quebrando-lhes a sua velha aliança, mas isso ainda não é tudo; a melhor forma de as neutralizar é através do conhecimento infundido nos seus sacerdotes (...) Se forem cultos terão, na medida certa, um pensamento liberal e neutralizarão a insensatez que faz parte das suas crenças. Se forem ignorantes, mergulharão cada vez mais fundo no fanatismo e no disparate, que como se sabe são e serão sempre doenças muito epidémicas e perigosas. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 9 dezembro, 1814, citado em Davis, 2012, p. 144)

Na outra carta é de notar que CS, nos seus minuciosos comentários ao plano recebido, preocupou-se fundamentalmente com a relação entre as matérias a ensinar e as condições das respectivas instituições de ensino e os interesses dos respectivos países. Remeto para duas passagens significativas, uma relativa à disciplina de Anatomia Comparada:

Estou perfeitamente convencido de que a Anatomia Comparada, se tratada abertamente e em toda a sua extensão, é um refinamento da ciência para a qual as vossas instituições de ensino ainda não estão maduras. Mas ensinada como a chave da Zoologia e envolta no seu vigor, como é praticada agora em Paris e Gottingen, proporciona uma base sólida e mais importante a esta ciência, retirando-a da sua situação inferior de ciência de nomenclatura e mero inventário de espécies formado a partir das características externas destas. (Correia da Serra, carta para Rawle, 14 março, 1816, citado em Davis, 2012, p. 177)

A outra passagem é relativa à cadeira de Agricultura:

Deixei a Europa há quatro anos dividida entre a Agricultura Química e Botânica, e como sempre acontece, a divisão fez-se de acordo com os diferentes interesses dos países. Naqueles mais a norte, onde as novas culturas não poderiam ser facilmente introduzidas e o solo não é dos melhores, os adubos e as alterações do solo eram, naturalmente, os principais objectivos e a Agricultura Química assumiu a liderança. (...) Os países que a partir do seu solo e do seu clima têm uma grande variedade de plantas vegetais úteis para introduzir ou para trazer para a cultura são a favor da agricultura botânica, como se pode ver nos trabalhos de autores franceses, italianos e alemães do Sul (...) Estou convencido de que a Pensilvânia está na situação de ser capaz de obter lucro de ambos. (Correia da Serra, carta para Rawle, 14 março, 1816, citado em Davis, 2012, p. 179)

Para além dos seus pareceres e aconselhamentos no domínio do ensino, CS também trabalhou ele próprio como docente, leccionando cursos de Botânica na APS para o que fazia questão de ir todos os dias de manhã ao campo colher as plantas que considerava necessárias para as sessões. Esta avançada preocupação com a vertente prática do ensino está também presente nas suas recomendações para se dotar a nova universidade da Pensilvânia com “um jardim de experiências” destinado à cadeira de Botânica.

4. Considerações de natureza política

Depois das sucessivas lutas entre os E.U., a Inglaterra e a França que tinham marcado o final do séc. XVIII, a paz ainda não chegara ao novo mundo no período correspondente a este 1.º momento do caso em análise. Por vezes, as próprias viagens que CS planeava fazer ficavam afectadas pelo clima de guerra, caso da ida até às fronteiras do Canadá em que não chegou a poder visitar Niágara. Travava-se então a Guerra anglo-americana que em 1812 os E.U. tinham declarado aos ingleses, uma vez que estes continuavam a interferir no seu comércio marítimo. A Inglaterra mandara um exército para o Canadá, na altura sua colónia, e obrigara os E.U. a recuar. Seguidamente, os

ingleses ultrapassaram as fronteiras e ocuparam Washington. A guerra terminaria em 1815, mas um ano antes, CS, acompanhado por Guilmer, tinha visitado as ruínas da capital e testemunhado a controvérsia que o acontecimento tinha suscitado (de recordar as divergências entre os federalistas e os democratas-republicanos, os primeiros contrários à Guerra de 1812 aprovada pelos segundos).

Em cartas a Jefferson, CS adverte-o relativamente ao perigo de secessão da Nova Inglaterra onde permaneceu três meses durante os quais, conforme diz, conviveu

com todos os partidos, mas sobretudo com os líderes da oposição [Jefferson, como é sabido, liderava os democratas-republicanos, enquanto na Nova Inglaterra dominavam os federalistas, seus opositores]. Estou convencido de que embora muitos deles estejam assim devido a sentimentos partidários ou a interesses privados, ainda existe entre eles maior traição do que, daquilo que me recorde das nossas conversas, parecia estar consciente. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 20 setembro, 1814, citado em Davis, 2012, pp. 140-141)

Referia-se às conversas dos dois que se tinham seguido a uma outra carta anterior em que já aludira a esta questão de forma elíptica — “A minha permanência durante três meses na Nova Inglaterra permitiu-me estudar tanto a doença como o remédio, mas poderá ajuizar melhor se o meu ponto de vista sobre o assunto está correcto quando me encontrar consigo.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 10 abril, 1814, citado em Davis, 2012, p. 136). Na carta de 20 de setembro, alvitrava a criação de “comités de segurança pública” nos estados do Leste (estes comités seriam, porventura, o “remédio” para a “doença”, ou seja, para o perigo de secessão) e acrescentava cortesmente: “O Senhor e o actual governo melhor conhecem os caminhos a seguir, mas espero que me perdoe por esta intromissão nos seus assuntos de Estado.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, citado em Davis, 2012 p. 142). Jefferson partilhava com CS as preocupações quanto a esta guerra, receoso de que se ela “continuar, será exigido mais um ano de sofrimento para os homens, bem como de dinheiro até que os nossos legisladores consigam chegar a um regime militar e financeiro capaz de nos levar a bom porto numa guerra cuja duração se desconhece.”; no entanto, não acreditava que a Convenção de Hartford, convocada pelos federalistas e então a decorrer, resultasse naquela secessão (a traição temida por CS) que os ingleses esperavam, e opinava com uma segurança que veio a confirmar-se: “Quando souberem, porque eles [os federalistas] vão saber, que aí nada será feito, vão abrir mão e completar a paz no mundo, dando o seu aval à situação existente antes da guerra.” (Jefferson, carta para Correia da Serra, 27 dezembro, 1814, citado em Davis, 2012, pp. 153-154).

Ainda na mesma carta, e na sequência das suas preocupações com a guerra em curso, é bem visível a confiança que CS lhe merecia quando o informa e o consulta sobre uma questão colocada por um amigo comum (um Sr. Say, economista francês). Esse amigo estava interessado em instalar-se nos E.U. e queria saber preços das terras, trabalho, produção, etc. nos arredores de Charlottesville, questão a respeito da qual Jefferson fazia vários comentários sobre a dificuldade de lhe dar uma resposta uma vez que

Agora não temos preços fixos (...). Na maioria dos países, o melhor padrão permanente é talvez uma quantidade fixa de trigo. Mas aqui, o bloqueio de toda a nossa costa, impedindo qualquer acesso aos mercados, tem pressionado o preço do trigo e aumentado o de outros bens, em direcções opostas e, juntamente com os efeitos do excesso do papel-moeda, não deixa realmente nenhuma medida comum de valores a que se possa recorrer.

Dizia que ia ter de pensar para poder informar Say o melhor possível, até porque era do seu agrado a intenção deste que visava combinar um plano de funcionamento de uma fábrica de algodão em escala moderada com um plano de pequena agricultura —

Para mim, um tal acréscimo à nossa sociedade rural seria inestimável, e posso facilmente imaginar que pode ser um benefício para os filhos & descendentes dele se fixarem num país onde, se se possui empreendimentos & talentos, o caminho para se chegar à fortuna e à fama se encontra aberto. Mas se, neste momento da sua vida, com hábitos formados sobre o estado da sociedade francesa, uma mudança para alguém tão completamente diferente resultará em felicidade pessoal, o Senhor [CS] pode julgar melhor do que eu. (Jefferson, carta, 27 dezembro, 1814, citado em Davis, 2012, pp. 152-153)

Alguns meses depois, noutra carta a CS, Jefferson volta a pedir-lhe a opinião sobre a mesma questão e remete-lhe em anexo a carta que se propõe enviar a Say. Receando que a informação que preparou para este possa ter sido influenciada pela parcialidade relativa ao seu próprio país, insistia:

Sobre isto, um estrangeiro seria melhor juiz do que um nativo, e ninguém melhor do que o Senhor [CS]. Por isso deixei a carta aberta, e peço-lhe que a leia, e se encontrar alguma coisa que deva ser corrigida, agradeço-lhe que o anote numa carta ao Sr. Say, com quem acredito está particularmente familiarizado. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 6 março, 1815, citado em Davis, 2012, pp. 154-155)

Não encontrei nas posteriores cartas de CS para Jefferson qualquer resposta a esta questão mas pareceu-me interessante incluir os excertos das cartas citadas na medida em que ilustram não só o apreço em que a opinião de CS era tida mas também,

a um outro nível, dão conta das dificuldades económicas em que o país se encontrava devido à guerra e à inexperiência dos seus legisladores, sem que, malgrado isso, tais dificuldades impedissem Jefferson de ter uma visão dos E.U. como lugar promissor, optimismo que, como é sabido, viria a intensificar-se e a generalizar-se no período de paz e fortalecimento da economia que sucedeu ao final da Guerra anglo-americana.

Conforme acima se viu, CS, que era nitidamente a favor da democracia jeffersoniana, não se coibia de enviar sugestões de medidas políticas não só a Jefferson, mas também a Madison, o Presidente então em funções, um e outro democratas-republicanos. Viu-se já (acima no ponto 3.) como numa carta a Madison, referindo-se às salinas existentes no Oeste, o aconselhava a não alienar importantes recursos naturais dos E.U. a proprietários privados, mas a torná-los propriedade da União. Nessa mesma longa carta apresentaria igualmente comentários e recomendações relativas à questão da Guerra de 1812, então ainda em curso. A partir da leitura de jornais ingleses e continentais que conseguia receber, CS informava Madison sobre as diferentes opiniões apresentadas nuns e noutros — os primeiros “a aumentar o alarido contra esta nação enquanto ninho de jacobinos”, ao mesmo tempo que, nos segundos, “o continente parece simpatizar convosco enquanto vítimas de uma guerra de pirataria e de vingança. Como permanecéis sozinhos no centro de tudo, todos os olhos estão concentrados em vós.” — e passava a adverti-lo quanto à estratégia a adoptar:

Uma resistência digna, sem imitar no mínimo o que o continente neles [os ingleses] muito desaprova, mas, pelo contrário, seguindo o plano francês de mostrar moderação e autocontrolo, assegurará e prenderá ao vosso serviço todos os sentimentos dos continentais e forçá-los-á [aos ingleses] a fazer a paz.

e remata dizendo:

Eu não peço perdão por falar de uma forma tão livre e aberta com o chefe de uma grande nação, pelo contrário, considero isso como o maior elogio que posso prestar às suas qualidades pessoais, e uma prova da alta estima e veneração (...). (Correia da Serra, carta para Madison, 10 dezembro, 1814, citado em Davis, 2012, pp. 148-149)

Para além destas considerações políticas relativas às relações entre os E.U. e a Europa e particularmente à Guerra anglo-americana, a troca de correspondência de CS, sobretudo com Jefferson, já depois de conseguida a paz, dá também a conhecer como os dois amigos viam o que então se estava a passar em França, país pelo qual ambos sempre muito se interessaram. Jefferson comentaria o retorno de Napoleão

de Elba para Paris (notícia com algum atraso, uma vez que, dias antes, este já tinha sido novamente vencido pelos ingleses) nos seguintes termos: “Tanto quanto podemos julgar pelas aparências, Bonaparte, para além de ser um mero militar Usurpador, parece ter-se tornado a escolha do seu país; e os aliados, por sua vez, os usurpadores & espoliadores do mundo europeu.” — e acrescentaria cepticamente: “A partir da experiência dos últimos 25 anos, temo que os costumes não avancem por necessidade de mãos dadas com as ciências. Estas, porém, são especulações que podem ser adiadas para o nosso encontro em Monticello.” (Jefferson, carta para Monticello, 28 junho, 1815, citado em Davis, 2012, p. 156). Alguns meses depois, Jefferson voltaria a escrever a CS sobre o clima político na França (com Luís XVIII regressado ao trono no meio de grande agitação) de novo com grande pessimismo e, desta vez, preocupado também com a notícia da possível ida do amigo para esse país:

Que efeito terá a aparente restauração dos Bourbons em relação aos seus movimentos? Vai tentar o seu regresso? Não vejo nisto uma restauração calma. Pelo contrário, considero que a França se encontra num estado ainda mais vulcânico do que em qualquer outro momento anterior. (...) Estas não são conjunturas, meu caro amigo, para o meio das quais o Senhor possa ser lançado. Não têm nada a ver com a tranquilidade do seu carácter. (Jefferson, carta para Monticello, 1 janeiro, 1816, citado em Davis, 2012, p. 164)

CS responder-lhe-ia que “A sua opinião sobre os assuntos europeus presentes e futuros corresponde ao que eu próprio penso, mas vejo poucas hipóteses de escapar à necessidade de voltar para lá.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 12 fevereiro, 1816, citado em Davis, 2012, p. 174). As considerações de ordem pessoal que, por esta mesma altura, ambos reciprocamente exprimem a respeito desta presumível partida (suscitada por dificuldades de dinheiro de CS) serão tidas em conta no ponto seguinte.

B. Obstáculos, riscos e ameaças

Para este primeiro momento só se revelam nas cartas dois tipos de obstáculos, riscos ou ameaças — os que remetem para problemas de saúde e os que remetem para problemas de dinheiro. Em qualquer dos casos, eles não são propriamente causados pela vinda de CS para os E.U. Mesmo no que respeita à saúde, apesar das suas frequentes queixas contra o clima, a verdade é que CS já não era novo e, ao que parece, sofria há muito de diabetes e reumatismo. Em Filadélfia, num inverno rigoroso, estar cercado de neve deixou-o em tão más condições de saúde que falou disso a

Guilmer em duas cartas seguidas, no mesmo mês de Fevereiro: “A minha saúde ressentiu-se muito, e só nesta última semana senti algumas melhoras com o exercício” e dias depois escreveu: “a minha mente está quase tão congelada como o meu corpo.” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 6 e 8 de fevereiro, 1816, citado em Davis, 2012, pp. 167-168). Queixou-se também mais de uma vez dos ataques de reumatismo que dificultavam as suas deslocações como, por exemplo, quando estava a dar os seus cursos de Botânica na APS: “Dei aulas quase todos os dias, à tarde, com fortes dores reumáticas, indo ao campo num cabriolé todas as manhãs para reunir as plantas necessárias.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 16 junho, 1816, citado em Davis, 2012, p. 188) ou quando pretendia ir apresentar ao Presidente Madison as credenciais por altura da sua nomeação para ministro de Portugal nos E.U.: “Há alguns dias recebi, via Inglaterra, a minha nomeação e as minhas credenciais, e teria partido imediatamente para Washington e Montpelier se um ataque de reumatismo, que levou a melhor sobre mim, não tivesse aumentado com maior gravidade.” (Correia da Serra, carta para Madison, 10 julho, 1816, citado em Davis, 2012, p. 189). Ao que parece, as doenças surgiam frequentemente associadas aos problemas financeiros e melhoravam quando estes eram resolvidos... Não raro as cartas de Portugal tardavam e faziam tardar a chegada das tão necessárias letras de câmbio – Vaughan, o já referido homem de negócios e bibliotecário da APS com quem CS fizera amizade e que o ajudava com as questões de contabilidade, receberia várias vezes notícias dessas preocupações, do que pode ser exemplo a seguinte passagem de uma carta escrita cerca de um ano depois da sua chegada aos E.U.:

Tanto tempo estive sem cartas de Portugal, tão pouco sabia do estado das coisas, que a minha impaciência tinha conseguido o melhor de mim. (...) Finalmente os navios recentemente chegados de Lisboa trouxeram-me (...) não apenas cartas, mas letras de câmbio no valor de 987 libras esterlinas e a certeza de 450 libras terem sido enviadas para Paris para pagar grande parte do que eu devia. Juntamente com isso, a certeza de recuperar ainda o que me é devido e de colocar em ordem os pagamentos futuros de cada parte do meu parco rendimento. (Correia da Serra, carta para Vaughan, 27 setembro, 1813, citado em Davis, 2012, pp. 132-133)

Poderia então desistir de ter de regressar à Europa como com muita pena já anunciara a alguns dos seus correspondentes (em cartas a Jefferson, Biddle e Madison). Aliás, nessa carta para Vaughan dava conta da sua satisfação em poder continuar nos E.U. a conviver com os amigos “por mais algum tempo e agora com um tempo repousado e com uma mente tranquila” e pedia-lhe para avisar a dona da sua pensão em Filadélfia de que era “um pensionista estável e que ela pode contar comigo [e que em vez] do meu baú inglês mais apto para viagens, ela terá o maior dos baús

americanos que eu comprei, que é mais adequado a uma vida sedentária”, acrescentando a terminar: “A minha saúde ainda não está boa, mas tenho esperança de que vai ficar muito melhor com um descanso de algumas semanas:” (presumivelmente a solução, mesmo que temporária, dos seus problemas de dinheiro não deixaria de ajudá-lo a superar os problemas de saúde).

Todavia, três anos depois, a ameaça de regresso forçado à Europa voltaria a fazer-se sentir, ao que parece novamente devido a dificuldades financeiras. Jefferson que, como acima se viu (A. Situações específicas, 4. Considerações de natureza política), ficara preocupado com o possível retorno de CS a Paris por altura dos agitados dias da restauração dos Bourbons, teria sabido daquelas dificuldades e, muito gentilmente, ofereceu-lhe uma possibilidade para permanecer nos E.U.:

Na verdade não lhe podemos oferecer a companhia da comunidade científica de Paris. Mas quem pode desfrutar da ciência ou pensar nela, em plena insurreição, loucura e massacre? Além disso, o Senhor possui toda a ciência dentro de si. Dos outros poucos pode obter de novo, e o prazer de a comunicar devia ser maior onde é mais desejada. Fique, pois, connosco, e torne-se nosso mestre. (...) Venha e faça desta a sua casa [a casa de Jefferson em Monticello], o local de descanso e tranquilidade (...) um quarto confortável, num país com recursos para a sua reforma, quando tal o decidir, e uma família sociável, cheia de afecto & respeito por si, quando estiver cansado de estar sozinho (...). (Jefferson, carta para Monticello, 1 janeiro, 1816, citado em Davis, 2012, pp. 164-165)

CS respondeu-lhe muito reconhecido — “Enquanto viver, sentirei a sua bondade e guardarei um sentido de gratidão de tanta gentileza.” — e, embora não deixando de afirmar que via “poucas hipóteses de escapar à necessidade de voltar para lá”, acrescentaria: “O que posso fazer é não escolher Paris, de forma precipitada para a minha residência, até ver o rumo que as coisas levam.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 12 fevereiro, 1816, citado em Davis, 2012, p. 174).

Pouco tempo depois, com a sua nomeação como ministro de Portugal nos E.U.,⁴ as coisas levariam efectivamente um novo rumo, como se verá mais adiante na análise do 2.º momento.

C. Estratégias e formas de expressão

A partir dos aspectos acima destacados relativamente aos eixos A. e B., resultam desde já claras algumas das estratégias que orientaram CS nos “tempos felizes” do seu confronto com o novo mundo. Neste 1.º momento, conhecer o melhor possível os E.U. e desempenhar um papel de aconselhamento para o desenvolver do país

são os seus dois objectivos fulcrais. No sentido de os levar a cabo, CS faria convergir eficazmente um conjunto de determinadas disposições, designadamente: a. a realização de viagens que lhe permitiram conhecer uma grande parte dos territórios dos E.U.; b. a reflexão sobre trabalhos de diferente natureza (científica, histórica e política) relativos aos E.U. e a subsequente troca de ideias, particularmente com membros da APS; c. a participação nas actividades desta associação (estando presente nas reuniões, dando pareceres sobre obras destinadas a publicação, fazendo palestras e ministrando cursos, orientando jovens por ela tutelados, etc.); d. a prática de um frequente intercâmbio epistolar, importante veículo para o exercício do seu papel de aconselhamento.

A apoiar estas disposições encontra-se uma importante rede de relações tecida a partir das cartas de recomendação ao dispor de CS e alargada pelo efeito bola de neve – novos relacionamentos viabilizados por anteriores relacionamentos – uma rede de relações em que se manifestam formas de expressão correspondentes à sua grande capacidade de atrair as pessoas e fazer amigos através tanto da sua simpatia como do seu saber (aspecto já referenciado atrás em A. Situações relevantes, 1. Novos relacionamentos com diversas personalidades). Como dizia Guilmer,

Ele leu, viu, compreende e lembra-se de tudo o que obteve em livros, ou que pode ser aprendido em viagens, por observação e nas conversas com homens instruídos. Ele é membro de todas as sociedades filosóficas no mundo e conhece todos os homens distintos vivos. (Guilmer, carta para o irmão, 3 novembro, 1814, citado em Davis, 2012, p. 66)

Qualidades estas que lhe eram reconhecidas por muitos outros que não apenas este seu grande amigo e admirador, ao mesmo tempo que, não raro, se referiam também à sua modéstia, simpatia e sentido de humor, caso de Tucker (representante da Virgínia no Congresso) que, evocando um serão em que CS tinha estado presente, escreveu:

O Abade teve uma oportunidade justa para exhibir, sem ostentação, o seu conhecimento minucioso sobre a geografia, o solo, as produções naturais e o clima de um país [os E.U.] sobre o qual a maioria de nós não sabe nada. Além disso, disse alguns bons gracejos e ditos espirituosos e a noite passou de forma agradável. (Tucker, carta para Correia da Serra, 11 dezembro, 1816, citado em Davis, 2012, p. 74)

II. Os tempos decepcionantes de luta

A já referida nomeação de CS como Ministro de Portugal nos E.U. em 1816 pareceu-me um bom marco para abrir o 2.º momento do percurso aqui em análise. A partir daqui, embora se mantenham algumas das características encontradas para os tempos iniciais, vão surgir alterações importantes, qualquer que seja o eixo analítico considerado.

Relativamente à nomeação, Jefferson leu a notícia no *National Intelligencer* (o jornal da Administração em Washington) e apressou-se a escrever ao amigo para o felicitar:

Se isto for aceitável para si, quero felicitá-lo sinceramente, mas ainda mais os meus conterrâneos, para quem tal será ainda maior satisfação. Espero que isto o prenda a nós para o resto dos seus dias, e que continue a visitar os seus velhos amigos como antes, e se contente que o recebamos e tratemos como nosso amigo, mantendo fora de vista o carácter político. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 5 junho, 1816, citado em Davis, 2012, p. 187)

CS, na sua carta de resposta (depois de informações várias sobre a sua pouca saúde, as suas actividades relativas ao curso de botânica e aos apontamentos do capitão Lewis, etc.) reservou apenas meia dúzia de linhas para aquela notícia, em que, depois de agradecer as felicitações de Jefferson pela nomeação, escreveu a esse respeito: “pela coisa em si, embora deva valorizá-la, não me causa grande impressão. É um pouco como o dióspiro, chega tarde e amadurecido por fortes geadas” e encerrou o assunto com a devida gentileza: “Uma das evidentes vantagens que encontro nisso é o facto de que, mantendo-me na América, tenho assegurado um maior número de peregrinações a Monticello.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 16 junho, 1816, citado em Davis, 2012, p. 188). Cerca de um mês depois escreveu a outro seu amigo, o Presidente Madison, dando-lhe conta do forte ataque de reumatismo que, como acima já ficou dito, o impossibilitou de partir para Washington para lhe entregar as credenciais logo que as recebeu e dizendo-lhe que irá assim que conseguir caminhar com menos dor e que espera poder fazê-lo “da mesma maneira filosófica e amigável, sem cerimónia, como na minha última visita, e ser tratado do mesmo modo, sendo que nada é mais lisonjeiro para mim do que a sua amizade pessoal. Quanto ao futuro”, diria a terminar,

tenho boas expectativas que (pelo menos, durante a minha missão) o ministro português seja, para os Estados Unidos, uma espécie de ministro da família. De facto, neste momento, as nossas nações são ambas potências americanas, e serão sempre as duas soberanas, cada uma na sua parte do novo continente (...)

acrescentando o que para ele, podemos presumir, seria muito mais do que uma mera cortesia: “Tenho também a consciência de que nenhum ministro estrangeiro alguma vez veio para os Estados Unidos com um tal apego sincero a esta nação como eu, nem é provável que algum venha durante os próximos tempos.” (Correia da Serra, carta para Madison, 10 julho, 1816, citado em Davis, 2012, p. 189).

Enganou-se nas duas expectativas — relativamente a si mesmo, a de que iria ter um cargo tranquilo de “uma espécie de ministro de família”, e relativamente a Portugal, a de que este país e os E.U. iriam ser “sempre as duas [potências] soberanas, cada uma na sua parte do novo continente” — e, para além disso, não previu também que iria ser abalado o seu apego aos E.U.

Vejamos como se desenvolveu este 2.º momento do caso CS, durante o qual o seu confronto com o novo mundo vai passar de uma promissora demanda a uma desagradável contenda.

A. Situações relevantes

Os quatro tipos de situações relevantes anteriormente apresentadas podem reencontrar-se neste outro momento, embora seja agora necessário distinguir os aspectos que se mantêm e as alterações que vão surgindo.

1. Relacionamentos com diversas personalidades

De notar que, para o 2.º momento, tanto o número de cartas enviadas por CS (56) como o número dos seus diferentes destinatários (15) são superiores ao do 1.º momento (24 cartas e 8 destinatários), isto para um igual período de quatro anos (recurso, uma vez mais, que estou a limitar-me ao conjunto de cartas reproduzidas no livro de R. Davis) — apesar de tudo, trata-se de números bastante consideráveis para quem, como ele, dizia do seu pecado de não gostar de escrever cartas excepto por necessidade.

A troca de correspondência continuou também a ser predominantemente feita com os seus dois grandes amigos, Jefferson e Guilmer, seguindo-se com muito menor frequência Vaughan, Madison e Wistar bem como dois novos destinatários, Monroe e Randolph (respectivamente, o Secretário de Estado e o Governador da Virgínia, genro de Jefferson); para cada um dos restantes destinatários terá sido remetida apenas uma carta.

De acordo com toda esta série de cartas, não parece ter passado a haver grandes mudanças na constituição da rede de relações de CS, fundamentalmente composta por gente com interesses culturais e científicos (botânicos, médicos, naturalistas,

advogados e filólogos, sócios da APS e também de uma mais recente Academy of Natural Sciences of Philadelphia de que CS fora eleito membro em 1814). O (pequeno) aumento de diplomatas e decisores políticos entre os seus novos relacionamentos aparece associado às suas novas funções como Ministro de Portugal.

Foi já sublinhada, relativamente ao 1.º momento, a importância das cartas de recomendação (tanto emitidas por determinadas personalidades a favor de CS como por ele mesmo a favor de outrem) enquanto via para o estabelecimento de uma rede de relações fiáveis – no 2.º momento elas continuam a desempenhar essa mesma função e a ser um meio de reconhecimento e promoção relevante, acentuando-se agora o papel legitimador de CS em favor de outrem. Vale a pena aludir aqui à situação relativa a um tal juiz Cooper que CS recomendou entusiasticamente para leccionar no Central College em Filadélfia (um projecto de Jefferson a que voltarei a fazer referência no ponto 3. Intervenção e aconselhamento no domínio do ensino nos E.U.). Trata-se de uma situação elucidativa a vários títulos – quanto ao relevo da reputação de CS nos meios académicos dos E.U., quanto à forma desassombrada com que ele se defrontava com aqueles que não hesitava em designar como medíocres e quanto à sua porfia em apoiar aqueles que achava competentes e dignos. Amigo de Cooper, seu companheiro de algumas viagens, CS tinha em alta conta os saberes deste como se vê na referida recomendação:

O Sr. Cooper trará consigo uma quantidade imensa de conhecimento útil, acompanhado de muita filosofia e de um grande entusiasmo pela divulgação da verdadeira ciência. Estarei muito enganado se a sua fixação no seu estado não vier a revelar-se uma época marcante na história do progresso literário da Virgínia. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 26 setembro, 1818, citado em Davis, 2012, p. 218)

Meses depois Jefferson escrever-lhe-ia preocupado com as reservas levantadas por alguns professores quanto a receber Cooper no corpo docente, “alegando que tinham ouvido dizer que ganhara hábitos alcoólicos. Sem hesitar repeli a acusação (...) e o Sr. Madison foi tão insistente quanto eu”; no entanto, o problema ficaria adiado para uma reunião seguinte, mas, receando o resultado desta, Jefferson advertia CS:

pode ser preciso algum testemunho para refutar esta sugestão junto deles, & nenhum seria mais satisfatório do que o seu. E tanto mais que a sua relação com o Dr. Cooper o põe em posição de falar de conhecimento próprio, e não em base de boatos. Pode então escrever-me uma carta, como que de resposta a uma pergunta feita por mim, afirmando o que sabe sobre os hábitos de sobriedade do nosso amigo, e escrevê-la de maneira que eu possa lê-la aos visitantes [os elementos da reunião]. (Jefferson, carta para Correia Serra, 2 março, 1819, citado em Davis, 2012, p. 227)

CS assim faria, embora sem se preocupar em deixar claro o seu desprezo pela mediocridade dos que assim queriam pôr Cooper fora do caminho:

Durante os primeiros três anos da minha residência na América são inacreditáveis os mas com que essas pessoas, especialmente de um certo tipo, misturavam, quando me falavam dele, os elogios que não tinham como negar ao seu superior talento e sabedoria. (...) Tinham-mo descrito quase como um infiel, de temperamento violento e hábitos desregrados, e achei-o simplesmente um inimigo amargo dos hipócritas — não um homem violento mas de maneira nenhuma um homem disposto a tolerar —, e não assisti a um único exemplo de desregramento. Ele poderá sempre contar com o ódio cordial e também com o interesse [em denegri-lo] de todos os pirilampos literários que só brilham no escuro e que ele raramente tem a prudência de gerir. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 22 março, 1819, citado em Davis, 2012, p. 231)

O empenho e generosidade com que CS exercia o seu papel de caucionador/conseheiro e também de orientador parece ter sido recebido, em regra, com o maior apreço, o que o levaria a exprimir claramente o seu desagrado quando achava que tal não acontecia como se verifica na carta a um amigo:

Os seus naturalistas de Filadélfia, a caminho da Florida, passaram por esta cidade sem me prestarem qualquer atenção. Não é muito correcto da parte deles, pois tinha falado com vários membros dos estados do Sul a fim de lhes conseguir cartas de apresentação e instruções. Todo o meu trabalho ficou perdido. (Correia da Serra, carta para Wistar, 31 dezembro, 1817, citado em Davis, 2012, pp. 207-208)

— este seria um dos raros casos em que, por qualquer razão, não foram reconhecidos os esforços de CS para ajudar outros cientistas. Esforços que, aliás, as cartas deste 2.º momento continuam a documentar através do envio de informações bibliográficas e científicas e de encomendas com exemplares de plantas ao longo do intenso intercâmbio que manteve com alguns amigos (muito especialmente com Jefferson e Guilmer), o que só teria abrandado quando as exigências do seu novo cargo o passaram a absorver e atormentar.

Ainda sobre os relacionamentos de CS é de notar que figuraram, entre eles, o terceiro e quarto ex-Presidentes dos E. U. (Jefferson e Madison, já presentes nas suas relações do 1.º momento), o agora quinto Presidente (Monroe) e o futuro sexto Presidente, (John Quincy Adams) que se manteve como Secretário de Estado de Monroe durante a vida de CS. No entanto, como se verá adiante, as suas relações com os dois últimos apesar de cordiais não deixariam de ser afectadas pelos infelizes incidentes em torno da questão do apresamento dos navios portugueses que ensombrou os quatro últimos anos da estadia de CS nos E.U.

2. Viagens pelos E.U.

O desempenho das funções de Ministro de Portugal iria tornar menos frequentes e menos longas as viagens de CS. Seriam agora essas funções e não já a guerra que, por vezes, o obrigaram a desistir das viagens e das “herborizações” de que tanto gostava: “O meu verão tem sido ocupado (...) Em vez de ir ver as cataratas do Kanhawa, tenho estado a inspeccionar as intrigas da companhia de Pernambuco.” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 21 agosto, 1817, citado em Davis, 2012, p. 200) – CS referia-se ao grupo de revolucionários que, em Pernambuco, tinha proclamado uma república independente e enviara representantes aos E.U. para pedir reconhecimento e apoio (Davis, 2012, p. 200, nota 220). No entanto, não perdia uma oportunidade de se dedicar a um dos seus temas favoritos, as herborizações, do que é exemplo uma outra carta para Guilmer onde, a certo passo, relata ter observado uma determinada espécie de orquídea

em flor ontem de manhã num riacho a cerca de uma milha e meia do Capitólio. Que Flora aquela nos arredores de Norfolk! Não só é muito primitiva, mas é também o ponto de contacto dos sistemas de vegetação do Sul e do Norte dos Estados Unidos. (Correia da Serra, carta para Guilmer, 30 abril, 1818, citado em Davis, 2012, p. 216)

– isto no meio das suas preocupações com os conflitos à volta dos movimentos independentistas da América do Sul e particularmente do Brasil. No ano seguinte, seria forçado a adiar encontros com os amigos mais chegados (Jefferson e Guilmer) e a ficar fechado em Washington no inverno, dado o agudizar daqueles conflitos: “Nas presentes circunstâncias seria muito imprudente da minha parte deixar a costa e afastar-me desta cidade, de Nova Iorque e de Boston, as três portas pelas quais as comunicações e as ordens me podem chegar.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 2 outubro, 1819, citado em Davis, 2012, p. 237). Os problemas ligados ao seu posto condicionariam assim os locais de permanência de CS conforme as suas cartas demonstram – os endereços donde iam sendo remetidas indicam que, se Filadélfia, a sua cidade favorita, continuava a figurar frequentemente no seu remetente, o mesmo iria passar-se com Washington, sobretudo em 1818 e 1819. Aliás, o seu desagrado pela capital aumentaria durante as férias do Congresso, de acordo com as suas palavras:

Os negócios obrigam-me a ficar nesta cidade desolada depois da dissolução do Congresso. Não imagina o vazio que isso traz aos olhos e ao espírito.” e termina com melancólica ironia citando Virgílio, “Todos os deuses sobre quem este império se fundou partiram, deixando santuário e altar. (Correia da Serra, carta para Guilmer, 11 março, 1819, citado em Davis, 2012, p. 230)

As suas deslocações constantes entre Washington e Filadélfia e as muitas idas esporádicas a Norfolk ou a Nova Iorque não permitiriam, particularmente a partir de 1818, a realização das longas viagens exploratórias de que, até aí, CS tinha podido desfrutar.

3. Intervenção e aconselhamento no domínio do ensino nos E.U.

Tal como se viu no 1.º momento, também no 2.º continua a verificar-se o empenho de CS nas questões de ensino, particularmente em relação aos projectos de Jefferson neste domínio. As cartas de um e outro dão agora conta de situações em que CS foi de novo solicitado para dar a sua opinião quer sobre o modo de funcionamento dos cursos, quer sobre os nomes a convidar para o corpo docente. Quanto a este último aspecto, já foi feita referência à sua recomendação sobre o Dr. Cooper, aos problemas que ela suscitou entre alguns docentes e à determinação com que CS os refutou. Aliás, para além da preocupação com este caso pessoal, na acima citada carta de 1819 ele confessava a Jefferson a sua ansiedade sobre o sucesso final do projecto que este estava a organizar (referia-se ao Central College de que viria a ressaltar a Universidade da Virgínia), isto porque

Assim que se institui um seminário de grande erudição, gente de grande e contagiosa mediocridade, sobretudo pessoas de Nova Inglaterra, instalam-se nele, e os seminários tornam-se raquíticos no que respeita à ciência. Não é porque esses estados tenham falta de homens de grande gabarito científico, mas, esses, guardam-nos para si mesmos. O preconceito geral a favor da instrução religiosa produz os mesmos problemas em toda a parte. (...) A mediocridade em todos os formatos encontra-se em todo o lado natural e fortemente unida. Mantêm-se juntos e ajudam-se uns aos outros como que por instinto. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 22 março, 1819, citado em Davis, 2012, p. 231)

No ano seguinte Jefferson retomava a mesma ideia, descrevendo a CS a oposição com que o projecto da Universidade continuava a defrontar-se:

A [oposição] mais impaciente é a dos padres das diferentes seitas religiosas que temem o avanço da ciência como as bruxas temem a aproximação da luz do dia; e fazem má cara ao fatal arauto da subversão dos logros em que vivem. (Jefferson, carta para Correia da Serra, 11 abril, 1820, citado em Davis, 2012, p. 251)

De notar que é recorrente esta posição crítica de Jefferson e de CS relativamente ao ensino religioso e às dificuldades a que dava lugar, contrariando o entusiasmo de ambos face ao projecto do Central College a que CS também já se referira numa outra anterior carta ao amigo:

A perspectiva de ver um seminário para a juventude americana livre das amarras da influência e da governança clericais, e em que as ciências realmente úteis possam ser induzidas em mentes jovens, é uma visão tão agradável aos meus sentimentos que não posso abster-me de recordá-lo muitas vezes, e ter um interesse sincero no seu sucesso. (Correia da Serra, carta para Jefferson, 31 outubro, 1817, citado em Davis, 2012, p. 202)

De resto, era efectivamente inovador o projecto com que Jefferson vinha sonhando e que ultrapassava o da Universidade e respectivo Central College — como ele tinha exposto detalhadamente a CS, o seu projecto-lei propunha três níveis de instituições de ensino (escolas primárias em todos os condados, colégios distritais e uma universidade), devendo haver

uma selecção desde as escolas primárias, de indivíduos com talentos mais promissores, cujos pais sejam demasiado pobres para lhes darem uma educação superior a ser paga a expensas públicas através dos colégios e da universidade. O objectivo é pôr em acção aquela massa de talentos que permanece enterrada em pobreza em todos os países, por falta de meios de desenvolvimento

e, tendo o projecto-lei sido apresentado para apreciação pública pela Câmara dos Representantes, acrescentara, na mesma carta, ter esperanças de que o seu plano pudesse ser enfim concretizado, não deixando de observar com ironia que isso também pudesse, “afinal, ser um sonho utópico, mas sendo inocente, pensei que poderia retirar algum prazer dele até partir para a terra dos sonhos e lá dormir na companhia de todos os sonhadores do passado e do presente.” (Jefferson, carta para Correia da Serra, 25 novembro, 1817, citado em Davis, 2012, pp. 206-207).

CS, tal como o amigo, manteria vivo o seu entusiasmo ao longo das dificuldades por que foi passando este projecto a que, numa carta ao genro de Jefferson, se referiu nestes termos:

A instituição que ele [Jefferson] está prestes a estabelecer tem aos meus olhos mais importância de que ele talvez se dê conta. Além da influência da luz e do gosto nos futuros cidadãos da Virgínia, a rivalidade fará maravilhas noutros estados, conforme estou perfeitamente convencido pela minha própria observação, e não será indiferente ao mundo o grau de melhoramento mental de uma nação destinada a ter no mundo o papel que a vossa tem. Oxalá ele possa completar o seu trabalho. (Correia da Serra, carta para Randolph, 1 março, 1819, citado em Davis, 2012, p. 225)

A última observação tem a ver com o facto de Jefferson ter estado gravemente doente (recuperaria depois e viveria até 1826 — mais dois anos do que CS).

Já próximo da data em que CS deixaria os E.U., Jefferson escreveu a um amigo, contando que CS, então de visita em sua casa, estava “muito satisfeito com o plano e progresso da nossa Universidade e [tinha dado] algumas pistas valiosas sobre o ramo botânico.” E, visto ter-se tratado de uma visita de despedida antes de CS deixar os E.U., Jefferson acrescentava: “Ele vai fazer, espero, muito bem no seu próprio país, à instrução pública lá, tanto quanto compreendo, indo ficar no departamento que lhe é destinado.” (Jefferson, carta para William Short, 4 agosto, 1820, citado em Davis, 2012, p. 260, nota 379) — referia-se ao Brasil para onde CS esperava partir (destino que acabaria por ficar sem efeito uma vez que, depois da revolução de 1820, o rei teria de regressar a Portugal e CS também). Não consegui averiguar quais seriam os planos de CS para este presumível cargo, onde porventura iria tentar também fazer algo de novo num domínio como o do ensino que tanto o interessava. Apenas encontrei uma breve referência a este respeito numa das suas cartas dos inícios de 1820 onde dizia das razões que o levaram a decidir ir para o Rio de Janeiro:

O Rei tem sido ultimamente muito generoso comigo, dando-me um lugar altamente honroso junto dele como membro do seu Conselho, inspector das Finanças, e a estrela e trave da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, agora a primeira do Reino. A instrução pública nos Brasis está para ser organizada, e os actuais ministros todos meus velhos conhecidos, desejam e esperam a minha ajuda. Não seria eu tolo se preferisse ficar aqui, em circunstâncias menos amigáveis, a ir para junto do meu povo, e ser-lhes útil a eles e a mim mesmo? (Correia da Serra, carta para Randolph, 4 fevereiro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 248)

As experiências decepcionantes da luta em torno do apresamento dos navios portugueses (a analisar adiante nos eixos B. e C.) tinham minado, neste 2.º momento, o encanto de CS com o seu novo mundo ao ponto de preferir deixar os E.U. e desejar voltar para o seu país (provavelmente o Brasil aparecia-lhe como um território bem mais promissor do que o velho Portugal donde tivera de fugir muitos anos atrás).

Uma referência ainda aos interesses científicos em que CS continuava envolvido e que, mais ou menos directamente, alimentavam o seu envolvimento no domínio do ensino — é significativa a este respeito a sua preocupação em manter-se actualizado através da aquisição de livros e revistas de França e de Inglaterra, donde, não raro, destacava autores e títulos que lhe tinham merecido apreço e que recomendava a amigos como Guilmer e Jefferson — não deixa de ser surpreendente que, malgrado as vicissitudes por que iria passando neste 2.º momento, o idoso e aparentemente frágil Ministro de Portugal conseguisse conjugar estes

seus interesses com as lutas políticas em que forçosamente teve de se envolver e que se situavam bem longe deles.

4. Considerações de natureza política

O 2.º momento aqui em análise enquadra-se no período de paz que sucedeu ao final da Guerra anglo-americana de 1812, conflito à volta do qual se tinha desenvolvido uma situação de abundante troca de informações e comentários de natureza política entre CS e Jefferson, conforme acima se viu (neste item 4., para o 1.º momento). Agora CS vai deparar-se com um conflito de outra ordem e que o envolve pessoalmente — a questão do apresamento dos navios portugueses. Dado que a dita questão, como já foi dito, vai ser adiante especificamente abordada, limitar-me-ei neste ponto a fazer algumas breves observações. Desde já, é de notar que raramente se encontram considerações sobre este conflito nas cartas de CS quer para o seu amigo Jefferson quer para outros amigos também mais chegados como se CS não os quisesse incomodar com um assunto para ele tão deplorável — aliás, numa carta a Jefferson, faria uma alusão a este respeito: “Respeito demasiado a sua pessoa e o seu descanso para desejar envolvê-lo o mínimo que seja neste sujo assunto.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 12 outubro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 257).

Na verdade, ao mesmo tempo que, entre 1817 e 1820, trocava intensa correspondência com os governantes deste período sobre o conflito em causa (governantes que, por sua vez, criticavam entre si o que consideravam ser a demasiado insistente intromissão de CS nos assuntos do Estado americano), ele preferia escrever aos seus amigos sobre assuntos do domínio científico ou sobre problemas da criação da nova Universidade. Tal não significa que presumisse que ignorassem o que se ia passando, a julgar por breves alusões como, por exemplo, numa carta para Guilmer, dando conta da sua impossibilidade de ir ver as cataratas do Kanhawa por ter estado ocupado “a inspeccionar as intrigas da companhia de Pernambuco.” — CS referia-se de novo aos independentistas de Pernambuco que tinham proclamado um governo provisório que soçobrou em poucos meses, e rematava: “Não resistindo às expectativas sanguíneas de alguns, no final de 77 dias tudo estava absolutamente acabado, porque os artigos de jornal colocados pelo emissário de Pernambuco não podem dar existência ao que não existe.” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 21 agosto, 1817, citado em Davis, 2012, p. 200). Dois meses antes, Rush, então Secretário de Estado, escrevera a Madison a justificar os procedimentos que adoptara por altura da tal tentativa dos independentistas de Pernambuco, carta a que Madison respondera diplomaticamente, dizendo que

o Senhor Correia da Serra pode, na situação actual, sentir algum conflito entre os seus dois papéis, o de filantropo e o de plenipotenciário, e pode esperar, para este segundo papel, alguma indulgência ganha por respeito ao primeiro: a conciliação, em qualquer caso, não podia estar mais bem conseguida. (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 299)

(“conciliação” porque tinha havido desacordo entre CS e Rush, o que este procurava mitigar conhecendo das boas relações de CS com Madison e Jefferson).

Não se sabe se Madison, de acordo com o pedido de Rush, enviou aquela carta a Jefferson e não se sabe se este lhe respondeu, mas, por outro lado, encontra-se, no conjunto das cartas que constituem o material-base desta análise, uma troca de correspondência entre CS e Jefferson (já em 1820) a que vale a pena fazer referência visto apresentarem considerações de natureza política a respeito do dito conflito que mostram como Jefferson estava bem a par do mesmo. Foi em termos de apaziguamento e de votos de boa-vontade que o ex-Presidente escreveu a CS, fazendo o seu comentário sobre a questão:

Durante os trinta & seis anos em que tenho estado em situações de lidar com a conduta e o carácter de nações estrangeiras, achei o governo de Portugal o mais justo, inofensivo e sem ambição, de todos aqueles com que me relacionei, sem excepção. Tenho a certeza de que esse é também o carácter do nosso. Duas nações assim nunca podem desejar ter querelas uma com a outra.

— prosseguiria apontando como causa dos conflitos a negligência ou a parcialidade de oficiais subordinados que não cuidaram da

prevenção dos actos dos bandidos sem lei que se encontram em cada porto de cada país. Os últimos saques de piratas que o vosso comércio sofreu, tal como o nosso & o de outras nações parecem ter sido cometidos por piratas renegados de várias nações, franceses, ingleses, americanos, que elas, tal como nós, não tiveram o cuidado suficiente de evitar

e afirmaria com grande optimismo esperar que “o nosso Congresso, agora prestes a reunir-se, fortaleça as medidas de supressão. Da sua vontade de o fazer não pode haver dúvida; porque todos os homens com princípios morais devem ficar chocados com estas atrocidades.” (Jefferson, carta para Correia da Serra, 24 outubro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 261). Relatou também a CS, na mesma carta, ter conversado várias vezes com o Presidente (Monroe) sobre o assunto, o qual sempre lhe dera conta da sua indignação face a tais actos e da sua boa vontade para que não pudesse continuar a ser perturbada a harmonia das duas nações, boa vontade que

Jefferson esperava também de CS — “Nisto, meu Exmo. Amigo, o Senhor pode ter um papel importante, e conheço demasiado bem o seu patriotismo e filantropia para duvidar de que dê o seu melhor para nos consolidar nestas coisas”.

No entanto, esta carta não se esgota nas considerações sobre o dito conflito, contendo igualmente interessantes alusões às expectativas de Jefferson quanto ao desenvolvimento das relações políticas entre os E.U. e Portugal, ou mais precisamente, entre os E.U. e o Brasil. Neste sentido, ao referir-se à prevista partida de CS para o Brasil, depois de desejar-lhe que aí “receba as honras e recompensas que merece, e que poderão fazer o resto da sua vida fácil e feliz” e aí continue a promover “essa harmonia íntima entre as nossas duas nações, que é tanto do interesse de ambas”, lembrar-lhe-ia a importância desse comum interesse para a promoção de um novo sistema de política americana que separe a América dos sistemas da Europa: “Todos os entrosamentos com essa parte do globo deverão ser evitados se quisermos que a paz & a justiça sejam as estrelas polares das sociedades americanas”. Fazia notar seguidamente que lhe enviava em anexo uma outra carta que escrevera para um amigo comum, onde falava mais desenvolvidamente deste assunto que tinha como fundamental. Segundo Davis, essa carta seria a que Jefferson enviou a William Short, declarando que

não estará distante o dia em que possamos requerer formalmente um meridiano de divisão no oceano que separe os dois hemisférios, de um lado do qual nenhum disparo será ouvido, nem nenhum americano do outro; e em que, durante a fúria das eternas guerras da Europa, nas nossas regiões, o leão e o cordeiro se deitarão juntos em paz. (...) e com este propósito, alegrar-me-ia ver as frotas do Brasil e dos Estados Unidos a singrarem juntas, como irmãs da mesma família, procurando o mesmo objectivo. (Jefferson, carta para William Short, 4 agosto, 1820, citado em Davis, 2012, p. 260, nota 379)

Não aparece nenhuma resposta de CS àquela carta de Jefferson de 24 out. 1820, aliás, tanto quanto se sabe, a troca de correspondência entre os dois amigos cessaria então. CS estaria demasiado preocupado com o regresso a Portugal depois da saída de D. João VI do Brasil e, futuramente, aqueles sonhos de aliança política deixariam de ter sentido — a evolução de Portugal e do Brasil iria tornar completamente anacrónico o que CS escrevera, quando da sua tomada de posse como Ministro de Portugal, na já atrás citada carta ao Presidente Madison: “De facto, neste momento, as nossas nações são ambas potências americanas, e serão sempre as duas soberanas, cada uma na sua parte do continente” (Correia da Serra, carta para Madison, 1816, citado em Davis, 2012, p. 189).

B. Obstáculos, riscos e ameaças

Para entender o conflito à volta do apresamento dos navios portugueses que atravessa este 2.º momento da estadia de CS nos E.U. é necessário fazer um sucinto relato sobre os acontecimentos que o despoletaram no final do ano em que CS tinha sido nomeado Ministro de Portugal nos E.U. (1816) e depois se foram sucedendo até à sua saída deste país.

No clima de hostilidade dos americanos em relação à Espanha (provocado pelos interesses expansionistas daqueles em relação ao território da Florida ainda detido pelos espanhóis), eram tolerados nos E.U. o apresamento e a venda, nos seus portos, dos navios espanhóis apanhados por corsários americanos envolvidos com rebeldes dos movimentos independentistas nas colónias espanholas (além dessa hostilidade, os bons negócios que essas vendas proporcionavam aos mercadores americanos também concorreriam decerto para a referida tolerância). Pouco depois de ter começado a desempenhar as suas novas funções como Ministro de Portugal, CS foi informado de que os corsários tinham recebido indicações para perseguir também os navios portugueses caso o rei de Portugal antagonizasse os rebeldes, o que o levou a decidir, desde logo, fazer um ofício (20 dez. 1816) a protestar contra a possibilidade de esses corsários assaltarem cidadãos e bens de Portugal, país, como aí dizia, em excelentes relações de paz com os E.U. Neste ofício, que foi recebido por Monroe e depois por Madison (aquele Secretário de Estado e este Presidente, por essa altura), ele sugeria “que fosse proposta ao Congresso a criação de mecanismos legais que de futuro impeçam esse tipo de actos” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 292), sugestão que, efectivamente, levou Madison a enviar uma nota ao Congresso no sentido de se criar a legislação necessária “de molde a que o poder Executivo pudesse preservar a estrita neutralidade dos Estados Unidos na guerra existente entre Espanha e as Colónias Espanholas, e evitar efectivamente perigos decorrentes para os navios do rei de Portugal [sublinhados meus]” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 293). Na verdade, três meses depois saiu a “lei da neutralidade” de 1817, mas os assaltos não deixaram de ter lugar e foram mesmo aumentando, embora com altos e baixos de acordo com o jogo de forças entre as duas partes envolvidas (o governo português com CS como seu representante nos E.U., e, do outro lado, os rebeldes independentistas e os corsários). CS continuaria a insistir junto dos sucessivos Secretários de Estado (Rush e depois Adams) e do novo Presidente (Monroe) com vista a conseguir que os navios portugueses capturados que chegavam aos portos americanos fossem restituídos aos seus legítimos proprietários, juntamente com as suas cargas, e que os corsários fossem castigados (de notar que, no final de 1818, o número de navios

portugueses capturados ascenderia, ao que parece, a cerca de uma centena) (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 207).

A ineficácia dos tribunais ligada às influências que os corsários conseguiam accionar e a incapacidade ou a pouca vontade do governo americano em intervir decididamente (malgrado, como acima se viu, as boas intenções expressas junto de CS) permitiram o arrastar do conflito, continuando os incidentes de apresamento e venda dos navios portugueses nos portos dos E.U. a representar sérios obstáculos, riscos e ameaças ao sucesso do comércio marítimo de Portugal, à autoridade do seu governo e, claro está, à dignidade e eficácia do seu representante nos E.U. que, até ao fim da estadia, continuou a sua porfiada luta para procurar contrariar os acontecimentos que lhe tornaram tão amargos e conflituosos os últimos quatro anos nesse novo mundo que tanto o tinha entusiasmado.

Dos dois tipos de dificuldades com que, no 1.º momento, CS se tinha confrontado — falta de dinheiro e falta de saúde — se, neste 2.º momento, aquela não parece reaparecer, já a falta de saúde voltaria a fazer-se sentir, fortemente agravada pelos obstáculos deste outro conflito em que ele teria de se envolver. Isso aconteceu de forma particularmente aguda depois de o Secretário de Estado, Adams, ter respondido negativamente a um ofício (8 março, 1818) em que CS declarava que SM o Rei de Portugal esperava que “o Governo dos E.U. estivesse na disposição de satisfazer e indemnizar o prejuízo causado aos súbditos de SM por cidadãos americanos indignos dessa cidadania” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 303). O próprio Adams escreveu nas suas *Memoirs* que CS, por essa altura, tivera um dos seus ataques “daquela loucura melancólica” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 304) e sabe-se também que, efectivamente, pela mesma data, CS, numa carta a Vaughan, disse-lhe que tinha estado muito doente e acabara por ter de ir de barco a vapor de Baltimore para Norfolk “na esperança de que um clima mais ameno e a assistência médica do Dr. Fernandes [um médico português que aí vivia] me permitam alcançar um tempo bom e claro.” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 27 março, 1818, citado em Davis, 2012, p. 212). Uma vez mais atribuiria ao clima as suas quebras de saúde, ameaçada desta vez pelo desgaste dos esforços e contrariedades a que este conflito o sujeitava.

No eixo analítico que se segue indicam-se os modos como se configurou essa sua luta.

C. Estratégias e formas de expressão

À medida que se ia agudizando a questão em torno do apresamento dos navios portugueses, CS nas suas cartas aos amigos começaria a introduzir, aqui e ali, breves confidências reveladoras da quebra do seu entusiasmo pelos E.U. Assim, numa

carta a Madison, falando dos esforços deste e de Jefferson para melhorar a agricultura no tempo em que tinham sido chefes da nação, não deixou de acrescentar: “É muito ditoso para a sua nação dispor, neste momento, destes exemplos, que servem para contrabalançar os motivos de descrédito proporcionados por um tipo muito diferente de cidadãos, indignos de pertencer à mesma nação”, terminando com as metáforas agrícolas tão do seu gosto: “É também de esperar que venha das mesmas montanhas algum remédio capaz de extirpar essas ervas daninhas que prejudicam as vossas belas e promissoras colheitas” (Correia Serra, carta para Madison, 5 setembro, 1818, citado em Davis, 2012, p. 217). Vão no mesmo sentido as palavras que mais tarde dirigiu a Jefferson: “vejo com desgosto que o belo e novo carácter que tinha impresso à sua nação está a desvanecer-se depressa.” (Correia da Serra, carta para Jefferson, 12 outubro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 258); comentários igualmente negativos foram incluídos também numa carta a Guilmer: “Falando em tom de confiança, tenho vindo a falar sobre o futuro da sua nação numa maneira bem mais optimista do que agora, no momento presente. (...) Pela minha parte, lamento muito ver em alguns casos sintomas bastante desencorajadores.” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 28 dezembro, 1818, citado em Davis, 2012, p. 221).

Desanimado com a nação, não desistiria, contudo, da luta contra os adversários com que agora tinha de se confrontar face a este outro novo mundo decepcionante que foi descobrindo no 2.º momento da sua estadia. Essa luta manifestar-se-ia tanto através de formas de expressão mais formais a que já fiz referência — caso dos ofícios e cartas dirigidos ao Presidente dos E.U. (Madison e depois Monroe) bem como ao Secretário de Estado (Rush e depois Adams) — ou mais informais — caso das conversas com Adams que, aliás, o admirava e que, não raro, se encontrava com ele para tomar chá. Com a clareza e a firmeza habituais, CS não se coibia de indicar, insistentemente, as linhas de acção que, a seu ver, os governantes dos E.U. deviam desenvolver no sentido de resolverem o conflito em causa. Sabe-se que, em relação aos seus frequentes contactos com o governo no Rio de Janeiro, também sucedia, por vezes, que CS pouco se preocupava com as indicações que daí lhe chegavam, preferindo adoptar estratégias que lhe pareciam mais eficazes. É elucidativa quanto a essas estratégias e respectivas formas de expressão a série de iniciativas levadas a cabo por CS em maio de 1817 — a 13 de Maio quando, alarmado com os boatos sobre o sucesso da revolução republicana em Pernambuco e com a chegada de um porta-voz dos rebeldes junto do governo americano, enviou um ofício a Rush, o Secretário de Estado de então, dando conta das suas dúvidas em relação ao comportamento “da parte gananciosa e imoral dos cidadãos [americanos] envolvidos no comércio [referia-se ao envio de armas e munições para os rebeldes],

particularmente em Nova Iorque e Baltimore” e em relação às “atitudes permissivas de alguns funcionários portuários dos Estados Unidos, em ocorrências semelhantes do passado”; ao mesmo tempo dizia esperar que a negligência destes funcionários pudesse ser evitada “se aprovesse ao Presidente mandá-los conscientizar da vigilância que pretende deles”, o que poderia “assegurar a continuação ininterrupta da boa harmonia entre Portugal e os Estados Unidos” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 292 e 297). A 16 de maio, face às notícias entusiásticas sobre a revolução republicana de Pernambuco difundidas por alguns jornais americanos, CS conseguiu fazer publicar no *National Intelligencer* (o jornal da Administração em Washington) uma “Notificação Oficial da Legação de Portugal” declarando que os navios de guerra de Sua Majestade tinham bloqueado o porto de Pernambuco. A 22 de maio enviou uma nova Notificação para o mesmo jornal reafirmando o bloqueio que, entretanto, fora desmentido pelo emissário dos revoltosos recém chegado aos E.U. onde se apresentara como Ministro do novo governo de Pernambuco - nesta segunda Notificação, advertia “os navios americanos a não se aventurarem a navegar nessas partes, uma vez que a lei das nações relativa aos bloqueios estritos será rigorosamente aplicada” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 292 e 297).

A Rush não agradou a publicação destas Notificações, como deixou claro numa missiva enviada a CS, a 28 do mesmo mês, declarando-lhe que “qualquer comunicação que tivesse a fazer relativamente ao alegado bloqueio de Pernambuco e seu fundamento, [requeria que] fosse feita a este governo e não, sem o conhecimento deste governo, difundida através de um jornal.” No entanto, o desagrado de Rush relativamente às ousadas estratégias de CS manteve-se discreto e não foi dada ordem para publicar qualquer desmentido da existência do bloqueio – ao ministro português, dada a própria reputação e a sua rede de amigos influentes, permitia-se que adoptasse aquelas formas de expressão menos convencionais (viu-se já como Rush teve mesmo o cuidado de atenuar o seu desacordo com CS numa carta para Madison). E, desta feita, muitos mercadores americanos, face aos riscos do alegado bloqueio, cancelaram os envios de armamento para Pernambuco – CS poderia, assim, relatar o sucesso das suas iniciativas ao conde da Barca, seu interlocutor no Rio de Janeiro.

As dificuldades, porém, estavam longe de ter sido superadas – as investidas de corsários e rebeldes contra os navios portugueses não cessavam e a acção dos tribunais raras vezes resultava na prisão dos assaltantes. CS continuava incansavelmente a enviar ofícios, não já para Rush mas para Adams, o novo Secretário de Estado, tentando de novo que o governo dos E.U. indenizasse “o prejuízo causado aos súbditos de SM (...) por cidadãos americanos indignos dessa cidadania”

(Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 303). Mas Adams, apesar da sua relação cordial com CS, desiludi-lo-ia respondendo que o governo dos E.U. não se podia “considerar obrigado a indemnizar indivíduos estrangeiros por perdas e danos causados por capturas sobre as quais os Estados Unidos não têm controle nem jurisdição.” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 304). Ao mesmo tempo, o ministro português tinha também de se defrontar com os ataques que lhe eram dirigidos por jornais americanos que apoiavam os rebeldes (se bem que alguma imprensa moderada, por sua vez, não deixasse de mostrar a sua indignação face à impunidade com que os assaltantes actuavam) e que não raro o insultavam, caso de um artigo onde se declarava que “os verdadeiros filósofos têm pena de que o retrato dele [CS] patente no Museu de Filadélfia não esteja colocado no departamento dos animais selvagens, como sendo o mais notável dos retratos de tiranos, seus agentes e executores” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 306).

No ano seguinte, empenhado em conseguir pôr fim ao conflito, CS deitou mão a um outro meio – a redacção de uma brochura que, como revelou num despacho ao Encarregado dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Vilanova Portugal), estava

a escrever, em segredo, em que são pormenorizadas todas as iniquidades que até aqui tão bem têm resistido a ser expostas, além das consequências que tudo isto vai trazer aos americanos, sendo este último aspecto, para eles, o que mais conta. (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 310)

Este texto, segundo Léon Bourdon (citado em Davis, 2012) (o autor do “Posfácio” que venho utilizando), corresponderá a um memorando intitulado *An Appeal to the Government and Congress of the United States against the depredations committed by American privateers on the commerce of nations at peace with us*, subscritopor “um Cidadão Americano”. O dito memorando teve larga distribuição e o certo é que depois disso o Congresso viria a aprovar uma nova legislação (em maio de 1820) contra as depredações dos corsários que, efectivamente, começaram a ser julgados com maior severidade e, nalguns casos, mesmo executados.

Para além das estratégias em que CS utilizou a escrita como forma de expressão (cartas, ofícios, despachos, memorandos), noutras socorrer-se-ia dos serviços de muitos apoiantes que foi convocando, conforme relatou num outro despacho enviado ao seu interlocutor Vilanova Portugal (a 6 Set. 1820), afirmando pela mesma altura que estaria a levar “perto da conclusão o desastrado negócio dos piratas” (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 315). Efectivamente, todo esse conjunto de estratégias accionadas pelo ministro português parecia estar enfim a obter alguns resultados mais consistentes, o que terá implicado, de acordo com o dito despacho, o

adiamento da data que previra para a sua partida para o Brasil (inicialmente prevista para Junho de 1820). Aliás, o próprio anúncio da decisão de ir para o Brasil terá também sido usado como uma das suas estratégias. CS aludiu a esta viagem numa carta a Adams, escrita ainda nos finais de 1819 (volto às cartas da meu material-base). Trata-se de uma longa carta destinada a dar-lhe a conhecer os factos e considerações sobre a pilhagem “cometida contra a propriedade de súbditos portugueses por pessoas que vivem nos Estados Unidos e com navios aparelhados nos portos da União, para ruína do comércio de Portugal”. A concluir o seu minucioso relato, CS observava que, não tendo sido até então debelados os crimes cometidos, só o governo dos E.U. poderia tomar as disposições necessárias porque

só ele detém os meios para [o fazer], os quais estão constitucionalmente fechados a qualquer ministro estrangeiro. (...) Antes de tais meios convenientes serem estabelecidos, os esforços de um ministro português sobre este assunto (o único de importância, presentemente, entre as duas nações) pouco aproveitam aos interesses do Seu Soberano. Confiança nos esforços bem-sucedidos do governo [dos E.U.] para materializar tal desejável ordem de coisas, escolho este momento para visitar os Brasis [sublinhados meus], onde estou autorizado a ir por Sua Majestade. (Correia da Serra, carta para Adams, 23 novembro, 1819, citado em Davis, 2012, p. 242)

Na verdade, o próprio CS teve em conta a utilidade de usar a viagem como uma estratégia a favor do seu interesse em resolver o conflito, o que confidenciaria a Vila-nova Portugal:

A minha presença prejudica os esforços daqueles que têm vontade de trabalhar a nosso favor, e a minha ausência funciona a favor deles... [refere-se aos apoiantes de que se rodeara] Dar a impressão de que estou longe, a preparar muito a sério a minha viagem, reforça o que quer que eles façam. (Bourdon, citado em Davis, 2012, p. 312)

O facto é que, ao longo de todo este processo, o desgaste provocado quer pela sua incessante luta para vencer os muitos obstáculos com que se ia defrontando, quer pelas suas inevitáveis crises de desânimo, e, por outro lado, os aspectos positivos da ida para o Brasil fortaleceriam de facto essa decisão de partir. Deixou claros os seus motivos numa carta para o genro de Jefferson em que incluiu uma cópia da carta a Adams acima citada e em que se queixava amargamente pelo facto de os navios portugueses serem tomados por corsários americanos

a não ser que sejam escoltados por corvetas de guerra, o que causa extraordinária despesa ao governo, e isto é a recompensa da conduta amigável e sem mácula em relação à vossa nação, e dos desejos manifestos de estreitamento da relação de amizade

dizendo a terminar:

O Rei tem sido ultimamente muito generoso comigo, dando-me um lugar altamente honroso junto dele, como membro do seu Conselho, inspector das Finanças, e a estrela e trave da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, agora a primeira do Reino. A instrução pública nos Brasis está para ser organizada, e os actuais ministros, todos meus velhos conhecidos, desejam e esperam a minha ajuda. Não seria eu um tolo se preferisse ficar aqui, em circunstâncias menos amigáveis, a ir para junto do meu povo, e ser-lhes útil a eles e a mim mesmo? (Correia da Serra, carta para Randolph, 4 fevereiro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 248)

E, de facto, partiu para Inglaterra nesse mesmo ano, convencido que daí seguiria para o Brasil, conforme disse na última carta ao seu amigo Guilmer, escrita na véspera do embarque: “Amanhã parto para Inglaterra no paquete *Albione* daí, em Janeiro, seguirei para o Brasil, onde estarei no princípio de Março.” (Correia da Serra, carta para Guilmer, 9 novembro, 1820, citado em Davis, 2012, p. 261). Mas CS ainda não sabia que os seus planos iriam ser alterados na sequência da revolução de 1820 em Portugal, sendo para aqui e não para o Brasil que teria de seguir.

D. Desfecho

Não foram tranquilos os tempos que mediaram entre a chegada de CS a Inglaterra e avinda para Lisboa — sabe-se que a sua débil saúde foi “afectada pelas contrariedades que se seguiram aos desapontamentos ocasionados pelas idas de um lado para o outro do nosso Rei”, como relatou o seu filho Eduardo⁵ quando ainda se encontravam em Londres, desejando, “no entanto, que [isso] brevemente tenha fim, porque o Rei estará em Lisboa dentro de pouco tempo. Esperamos todos os dias a notícia deste agradável evento, para partirmos e nos juntarmos a ele.” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 26 de junho, 1821, citado em Davis, 2012, p. 268) — D. João VI chegaria a Lisboa a 3 de julho e CS e o filho a 6 de Agosto. Já em Lisboa, no começo de 1822, CS escreveu a um amigo falando-lhe também das preocupações que tivera durante o referido período, mas dando conta da satisfação que sentia uma vez ultrapassada essa fase:

Desde que cheguei a Inglaterra até hoje, todo o meu tempo tem sido tomado por assuntos da nossa revolução, tanto para bem da minha nação como para o perfil que desejo ter entre os que devem julgar-me na posteridade, e creio que tenho tido algum sucesso. Presentemente estou sobrecarregado de trabalho, mas tenho a doce recompensa de ser olhado pelos reformadores e por aqueles que reformamos

como um homem que não tem outro partido senão o bem do seu país, para satisfação de uma consciência tranquila. Assim o testemunharam da maneira mais lisonjeira, na sessão das Cortes de 18 de Agosto passado, o Rei (...), evidenciando os meus serviços em tempos passados e no momento actual, e manifestando também o seu desejo de que se verificassem as recompensas que contava aprovar para mim, juntamente com a resposta das Cortes, que mas aprovaram de imediato unanimemente e por aclamação, tanto a ala direita como a da esquerda, e acrescentando que era de toda a justiça. É um exemplo muito raro, e um dia assim paga bem os anos de sofrimento. (Correia da Serra, carta para DuPonceau, 12 janeiro, 1822, citado em Davis, 2012, p. 269)

Um dia depois enviou uma carta a Vaughan em que repetiria esta informação, acrescentando: “De doze ministros plenipotenciários, e embaixadores que estavam em serviço efectivo há doze meses, sou o único que foi recompensado (...). O Rei manteve-me no posto e a ser pago até que ingresse no novo posto que é vitalício” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 13 janeiro, 1822, citado em Davis, 2012, p. 272).

Se não conseguiu deixar resolvido o conflito provocado pelo apresamento dos navios portugueses nos últimos anos da sua estadia nos E.U., pelo menos os esforços que aí desenvolveu, nesse sentido, enquanto Ministro de Portugal, foram reconhecidos e recompensados pelo rei e pelos novos governantes. Foi-lhe finalmente possível não só regressar ao seu país, mas ser aí recebido com grandes manifestações de consideração:

coberto de honras, sobrecarregado com o peso e as obrigações impostas sobre ele por sete ou oito cargos que lhe foram dados ou pelo Rei ou pelas Cortes. (...) é membro do conselho do Rei, membro do conselho da tesouraria, membro da comissão da real academia de Lisboa, recentemente nomeado deputado das Cortes, membro da comissão para julgar a rainha, membro da comissão da agricultura, membro da comissão da Diplomacia, membro...membro...etc.,

conforme o seu filho escreveu, comentando que, face a todos esses encargos, CS, como era de esperar num homem velho e doente, se encontrava muito cansado e muito desanimado por não conseguir curar-se apesar dos muitos remédios que tomava e que “são piores do que a doença em si, e consequentemente destrói com eles a pouca força que ainda sobra no seu corpo” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 8 janeiro, 1823, citado em Davis, 2012, p. 276).

O marquês da Fronteira, nas suas “Memórias”, refere-se à chegada de CS a Lisboa em termos muito curiosos:

era uma verdadeira múmia; vinha acabar os seus dias à pátria. Tinha cor macilenta, voz quase extinta e uma notável magreza, mas uns olhos muito vivos que denunciavam o seu grande espírito e talento; não percebia a sociedade moderna nem compreendia nada do que se passava. (...) A primeira vez que foi à Câmara veio de lá completamente desorientado. Foi então que pela primeira vez leu a Constituição e, pelo que ouviu na discussão e leu, concluiu dizendo que estávamos mais democratas do que nos Estados Unidos, que instituições republicanas com uma monarquia era uma experiência muito arriscada e que lhe parecia que a reaparição do absolutismo era infalível. (Fronteira, 1928)

Talvez, ao contrário do que Fronteira pensava, CS não estivesse tão incapaz de entender o que se passava — na verdade, ele teve a infelicidade de ver os seus receios e prognósticos confirmar-se quando a restauração da monarquia absoluta teve lugar a seguir à contra-revolução de maio de 1823, acabando por morrer em setembro do mesmo ano, sem ter podido assistir à vitória dos liberais.

Síntese

O processo aqui analisado tem a particularidade de se desdobrar em dois tipos de confronto. Inicialmente, na sua demanda do novo mundo, CS confronta-se com um país geográfica, política e socialmente diferente dos países europeus que conhecia; no entanto, trata-se, neste 1.º momento da sua estadia, de um confronto pacífico, pode dizer-se um confronto feliz, uma vez que as situações com que se depara embora lhe exijam algumas alterações no que respeita às suas actividades e relacionamentos e lhe suscitem novas experiências e reflexões, não são propriamente situações ameaçadoras ou causadoras de grande tensão. No entanto, conforme se verificou ao longo do 2.º momento que distingui no decurso da presença de CS nos E.U., o confronto com este país irá mudar drasticamente, levando-o a modificar negativamente a sua visão do mesmo e a forma de nele viver -como escreveu Walsh (um dos seus amigos, membro da American Philosophical Society):

Toda a felicidade de M. Correia foi destruída com a sua nomeação como ministro. Tornou-se inquieto, desconfiado, obcecado com a doença e tem sido mais ou menos infeliz desde então. É o que dá alcançar o auge dos nossos desejos. Toda a sua filosofia desapareceu perante as razões de Estado. (Walsh, carta para Jefferson, 14 abril, 1823, citado em Davis, 2012, p. 117)

Efectivamente, é na sua nova situação como ministro que tem de se haver com os problemas de apresamento dos navios portugueses, o que leva à forte distorção na

dinâmica do seu processo de confronto com o novo mundo no 2.º momento do seu desenvolvimento. Donde, a fase inicial (os primeiros quatro anos) ser caracterizada predominantemente por uma grande continuidade onde é difícil encontrar as alterações verificadas no evoluir dos outros casos analisados (ver atrás “Para um modelo de análise”), sendo que isso só vai verificar-se posteriormente (nos seguintes quatro anos), quando CS, no desempenho do cargo de ministro, passa a oscilar entre derrotas decepcionantes e sucessos promissores e está constantemente preocupado com a definição de sucessivas estratégias para procurar superar os sucessivos obstáculos com que tem de se defrontar.

Isto faz com que a identificação da problemática central do confronto possa, no presente caso, parecer relativamente ambígua — trata-se do confronto com um novo mundo ou antes do confronto com uma questão de apresamento de navios? De acordo com a definição avançada no começo desta análise, um processo de confronto pressupõe o desencadear de consideráveis alterações nas actividades do sujeito em causa, nas suas relações com os outros e nas suas necessárias estratégias, o que aparentemente só terá tido lugar quando do conflito no 2.º momento considerado. Dir-se-á que, chegado aos EU, CS manteve um estilo de vida não muito diferente do que tinha anteriormente — continuou a desenvolver os seus interesses científicos, continuou a relacionar-se com um tipo de pessoas próximas desses interesses e continuou a gozar do prestígio que já tinha na Europa. No entanto, não deixou, desde os primeiros anos da sua estadia no novo mundo, de se confrontar com as especificidades que aí encontrou, donde resultará a sua visão encantada desse outro país, manifestada nas cartas através do seu interesse quer pela natureza dos novos territórios (muitos deles ainda por desbravar) que conhece ao longo das suas viagens exploratórias, quer pelo perfil de alguns dos “pais fundadores” dos EU de que se tornou amigo (os “Presidentes filósofos” como chamou a Jefferson e Madison) e aos quais, a seu ver, se devia em grande parte o facto desta nação se apresentar como um mundo novo para onde convergiam expectativas individuais e colectivas de um futuro próspero.

E é precisamente esta visão, criada no positivo confronto inicial com um mundo tão diferente da Europa (visão próxima do que mais tarde seria o “sonho americano”), que torna tão dramático o desenvolvimento do processo no 2.º momento, podendo presumir-se que, sem os efeitos dos anteriores quatro anos, a questão do aprisionamento dos navios não teria, provavelmente, representado um abalo tão profundo para CS. Pressionado pelas preocupações e pelo afã a que o obrigou a dita questão, passou a ter dificuldades não só em manter as actividades e interesses do 1.º momento (viagens, leituras e relações de convivialidade) mas também em conservar as suas tão favoráveis disposições sobre os EU, decepcionado

com o contacto directo com os jogos de poder então em acção. Neste sentido, julgo que, se a análise do confronto ficasse circunscrita àquele conflito, resultaria daí necessariamente prejudicada a procura de “restituição” do respectivo processo.

O desfecho apresenta também alguma ambiguidade — superação do conflito? sua suspensão? impossibilidade dessa superação? A saída do cargo de ministro e a partida dos EU, sem que a questão do apresamento dos navios tenha sido efectivamente resolvida a favor de Portugal, parece corresponder à ultima modalidade. No entanto, CS não deixou de marcar a sua posição, conseguindo, como se viu, algumas vitórias (as possíveis...), o que, aliás, muito terá concorrido para o apreço e as recompensas do rei e as homenagens recebidas no seu regresso a Portugal, podendo, então, falar-se de uma aproximação à primeira modalidade. A outra modalidade (suspensão do conflito) não é viável uma vez que CS, dada não só a sua idade e estado de saúde, mas também a evolução dos acontecimentos políticos em Portugal após a revolução, não teria qualquer hipótese de voltar aos EU para retomar o confronto e eventualmente vir a superá-lo no quadro daquela política de aliança entre o Brasil e os EU que Jefferson projectara e em que ele próprio estivera interessado.

O seu novo confronto depois do regresso já não diz respeito a esta análise — trata-se de um outro confronto cujo desfecho é o da impossível superação do conflito que trava com a doença e com a morte eminente, na tentativa de conseguir desempenhar os muitos cargos que em Portugal, enfim, lhe foram atribuídos pelo seu prestígio e saber. CS terminará assim a sua vida empenhado em corresponder a essa consagração tão importante para um homem como ele, figura notável e internacionalmente reconhecida enquanto tal, mas nem por isso imune à sucessão de perseguições e infortúnios com que tantas vezes teve de se confrontar.

Notas

- 1 Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.
- 2 O breve resumo da biografia de Correia da Serra que aqui apresento assenta em informações recolhidas do citado livro de R. B. Davis (2012) (do seu cap. II e dos prefácios e posfácio).
- 3 Carta de Biddle para Jefferson, 28 Set., 1813, onde, referindo-se ao entusiasmo com que CS falara da visita que fizera a Jefferson, observa como esse entusiasmo expresso por uma pessoa como CS eleva “o nosso país na sua opinião e far-nos-á muita honra no exterior” (citado em Davis, 2012, p. 61).
- 4 A nomeação foi assinada a 1 de Fev. de 1816, mas parece só ter chegado aos E.U. a 15 de Maio e CS só a 10 de Julho teve as credenciais para enviar ao Presidente Madison (Davis, 2012, pp. 71-72).

- 5 Eduardo Correia da Serra nasceu em 1803, em França, filho de CS e de uma francesa, Esther Delavigne. Foi ter com o pai aos E.U. (por volta de 1817-1818) e veio com ele para Lisboa em 1821. CS conseguiu, antes de morrer, que o filho fosse legitimado. Apesar de lhe ter arranjado aqui um lugar lucrativo como sub-secretário de um ministro dos assuntos estrangeiros, nem o cargo, nem Lisboa interessaram a Eduardo que preferiu ir para Paris onde tirou o curso de medicina. Nas cartas de CS, só encontrei duas referências a Eduardo (o facto de este ser filho de um Abade não deixaria de exigir a CS alguma discipção). Ambas as cartas são dirigidas a Vaughan, numa contava-lhe que Edward ficara num colégio interno, nos E.U., que considerava particularmente adequado “a uma jovem mente francesa. É quase uma continuação da vida e dos estudos a que foi acostumado no colégio de Belleville, onde viveu em França.” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 27 março, 1818, citado em Davis, 2012, p. 212); numa outra comentava: “o Edward, com cujo comportamento no mundo tenho grande razão para estar contente, manda-lhe lembranças (...).” (Correia da Serra, carta para Vaughan, 23 abril, 1821, citado em Davis, 2012, p. 266).

Referências

- Davis, Richard Beale (2012). *O Abade Correia da Serra na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ICS-UL.
- Fronteira, José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1928). *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna (Vol. I e III)* (p. 298). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2014). *Ensaio sobre três casos. Ostracismo, mudança, paixão*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ICS-UL. O último trabalho integrado neste livro foi inicialmente publicado na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2011). O caso William Beckford: Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do séc. XVIII. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXII, 11-37.

Maria de Lourdes Lima Santos. Investigadora coordenadora emérita (jubilada) do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa e ex-Presidente do extinto Observatório das Actividades Culturais (OAC).

Data de submissão: 06/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017

NORMAS PARA AUTORES
SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais;
2. Os artigos poderão ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para sociologiaonline@aps.pt;
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as;
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações;
6. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
7. Os artigos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
8. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a *Bold*, centrados, em corpo 12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;
12. Os textos deverão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras;

13. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (em Excel; SPSS; outro) ou nos seguintes formatos:
EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;
14. Os artigos devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de 100 palavras em português e outro em inglês, 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
15. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *E-mail*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
16. No caso dos textos incluírem uma secção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
17. As citações, as referências no texto e a referência bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
18. Os direitos de copyright são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em revista.aps.pt.